



Anais da Assembléia

N.26

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE ABRIL DE 1987

ANO XIII

SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 15.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 1.^o DE ABRIL DE 1987

MENSAGEM N. 32/87

Curitiba, 31 de março de 1987.

QUARTA-FEIRA

Senhor Presidente.

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Paulino José Delazeri (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, dispondo sobre a reforma administrativa dos órgãos do Poder Executivo, objetiva a racionalização do serviço público, para, através do melhor funcionamento da máquina da administração, ensejar o aprimoramento das condições sociais e econômicas da gente paranaense - meta prioritária de meu governo -, como também a perfeita integração do Estado ao esforço de desenvolvimento nacional.

A urgente necessidade de uma reestruturação e redistribuição de funções no sistema da Administração Pública do Estado do Paraná obriga o Poder Público a buscar as melhores formas possíveis de aplicação dos meios e recursos que possam ser mobilizados, através de procedimentos mais adequados. Isso leva também necessariamente à urgência de uma perfeita coordenação das atividades dos órgãos públicos no sentido de sua missão básica de conceber e implantar programas e projetos que traduzam, de maneira mais ordenada, as metas e objetivos emanados da Constituição e das Leis, em estreita articulação com os demais Poderes, órgãos federais e das municipalidades.

Ademais, em tempos de escassez de recursos e acentuada demanda de ações governamentais no campo social, é dever do Estado procurar obter maior eficiência da máquina administrativa a custos compatíveis com a atual conjuntura econômica, que exige os melhores resultados com os menores gastos possíveis.

Nessa linha de pensamento e de preocupação de meu governo, a proposição, além de outras medidas de real necessidade, prevê substanciais alterações na estrutura da Governadoria, com a supressão da atual Secretaria Particular do Chefe do Poder Executivo e criação do Gabinete do Governador com atribuições de assistência e assessoramento no trato de questões, providências e iniciativas do expediente oficial, além de outras missões que lhe forem incumbidas; criação da Ouvidoria Geral do Estado como um canal para a direta manifestação popular na avaliação de desempenho dos órgãos públicos; instituição das funções de Secretários Especiais, aos

quais caberá, em prazos determinados, a coordenação de ações em áreas de relevante interesse para o Estado; a criação da Assessoria Especial do Governo para a realização de estudos, pesquisas e trabalhos específicos determinados pelo Governador; e também a integração da Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria Geral da Justiça, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e a recém criada Secretaria de Estado da Comunicação Social, no seu âmbito de atuação. Com o mesmo espírito, redefine campos de atuação de Secretarias de Estado, extingue órgãos da administração direta e indireta, diminui o número de membros de diretorias executivas de entidades da administração indireta, agrupa entidades e órgãos administrativos, atribuindo-lhes novas denominações e unidade de objetivos.

É importante destacar que as extinções que serão efetivadas, não implicarão em desatendimento dos setores atingidos. As atribuições e finalidades dos órgãos extintos serão exercidas ou absorvidas por outras unidades, com melhores resultados em termos de eficiência na prestação de serviços, aproveitamento pleno dos recursos humanos utilizados e das dotações orçamentárias aplicadas. Exemplos dessa assertiva são os casos do Instituto de Assistência ao Menor e da Fundação de Promoção Social do Paraná, que serão extintos, mas cujas ações, na nova concepção, apresentarão resultados mais positivos e com prontas respostas à demanda social.

A medida proposta amplia o campo de atuação da Secretaria de Estado da Agricultura que passa também a atender, suprimindo deficiências, assuntos atinentes às políticas de produção e abastecimento, setores hoje carentes de uma especial atenção dos órgãos públicos, mormente daqueles do Governo Federal; amplia a competência da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários que, sob nova denominação, passará a coordenar também, a ação social do governo. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, assumindo a área de atribuições da Secretaria de Estado do Interior, ora em extinção, dará execução a atividades concernentes ao homem em relação ao seu "habitat", acrescentando à sua competência o trato de assuntos ligados à formulação da política de desenvolvimento urbano no Estado e a assistência aos municípios para a solução global de problemas advindos do seu crescimento e da tendência ainda marcante do êxodo do homem do campo para as cidades de médio e grande porte.

Na área da educação, além das modificações ora propostas, seguir-se-ão, por decisão governamental, atos complementares objetivando o retorno às salas de aula de

dez mil professores que hoje se encontram exercendo cargos técnicos ou administrativos, bem como serão extintas vinte Inspeções Regionais de Ensino que passarão a coexistir com núcleos a serem futuramente instalados. Tais medidas representarão uma evidente economia no dispêndio da receita pública e juntamente com outras tendentes à desburocratização do sistema educacional no Paraná, levarão certamente ao objetivo primeiro da Secretaria de Estado da Educação traduzido na competência do ensino e conseqüente preparação da juventude para assumir a sua quota de participação no processo de desenvolvimento e, com igualdade de oportunidades, dele também usufruir à medida que, chegando preparada ao mercado de trabalho, colabore para o seu crescimento pessoal e o da sociedade a qual pertence.

Vale mencionar ainda a questão da definição de vinculação de órgãos da administração indireta às diversas Secretarias de Estado, o que se estabelece visando uma melhor identificação de atribuições e âmbito de ação, e assim evitando-se superposição de tarefas, paralelismos de autoridade e dispersão de recursos públicos.

Ainda com o intuito de desburocratizar a máquina da Administração e economizar o dinheiro público, será oportunamente encaminhada a essa Augusta Assembléia, tão logo sejam ultimados estudos já por mim determinados para a constatação de sua globalidade e necessidade de manutenção, proposta de extinção de milhares de cargos do quadro geral do Poder Executivo, no momento não preenchidos, à exceção tão somente daqueles necessários ao resguardo do direito de promoção e acesso de funcionários.

Quanto à criação de novos cargos, será ela limitada ao estritamente necessário ao funcionamento eficiente do sistema da Administração Pública, ressaltando-se que o custo de tais criações será plenamente compensado com as extinções ora propostas e aqueles que serão, como já assinalado, submetidos à apreciação dessa Augusta Casa de Leis. Por outro lado, o custo do funcionamento do sistema como um todo sofrerá, com essas medidas, expressiva diminuição.

O mundo contemporâneo, através do rápido desenvolvimento científico - tecnológico, traz instrumentos que simplificam os procedimentos do ser humano na busca de sua realização integral, possibilitando-lhe a satisfação de suas necessidades básicas. O Estado deve acompanhar tal processo de desenvolvimento, aproveitando-o no sentido de modernizar e sistematizar sua estrutura, instrumentalizando-se, assim, para a persecução mais eficaz do bem comum.

Certo de que a proposição ora encaminhada merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, apresento a Vossa Excelência e ilustres Pares meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

ALVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

TÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL COMO SISTEMA, SUAS METAS E OBJETIVOS

Art. 1.º - A administração pública estadual compreende uma dimensão jurídica expressa no relacionamento harmônico dos três Poderes, e uma dimensão funcional, correspondente à necessária integração do Estado com o Governo Federal e os Municípios.

Art. 2.º - O Poder Executivo, como agente do sistema de administração pública estadual, tem a missão básica de conceber e implantar programas e projetos que traduzam, de forma ordenada, as metas e objetivos emanados da Constituição e de leis específicas, em estreita articulação com os demais Poderes e com os outros níveis de Governo, sendo responsável perante eles pela correta aplicação dos meios e recursos que mobilizar na sua ação executiva.

Parágrafo Único - O resultado das ações empreendidas pelo Poder Executivo deve propiciar o aprimoramento das condições sociais e econômicas da população estadual nos seus diferentes segmentos e a perfeita integração do Estado ao esforço de desenvolvimento nacional.

Art. 3.º - As metas e objetivos do Poder Executivo compreendem três campos associados, que assim se especificam:

I. CAMPO SOCIAL

a) a melhoria das condições de vida da população, nos seus aspectos de alimentação, saúde, habitação, educação e oportunidades econômicas de trabalho produtivo;

b) a assistência e proteção à maternidade, à infância e à velhice, aos socialmente desajustados e aos inválidos;

c) o oferecimento de serviços médicos e hospitalares, o fornecimento de medicamentos e a defesa sanitária da população;

d) o combate ao analfabetismo, a ampliação das oportunidades educacionais, a melhoria do ensino e o amparo financeiro ao estudante pobre;

e) o aperfeiçoamento do sistema penitenciário e a assistência social aos reclusos e seus familiares;

f) a promoção de medidas visando o acesso da população urbana e rural de baixo nível de renda a programas de habitação popular;

g) a assistência ao trabalhador de forma a assegurar condições de trabalho dentro de elevados padrões de segurança e higiene;

h) o incentivo ao desenvolvimento cultural e ao lazer organizado.

II. CAMPO ECONÔMICO

a) O combate aos desequilíbrios regionais no âmbito do Estado, mediante adoção de programas microrregionais com essa finalidade;

b) o combate aos estrangulamentos referentes à escassez cíclica de produtos agrícolas, em conexão com políticas de abastecimento e comercialização;

c) o apoio e a assistência ao pequeno e médio agricultor e ao cooperativismo, mediante a adoção de medidas voltadas a garantir o abastecimento de insumos básicos à agropecuária;

d) a assistência técnica, fomento e defesa da agropecuária e da agroindústria, pelo desenvolvimento da pesquisa tecnológica e inovação constante dos métodos de exploração;

e) a defesa da fertilidade dos solos e a ampliação e aprimoramento do seu uso econômico pela adoção de política de zoneamento agrícola e mineral, de colonização e de exploração;

f) o desenvolvimento das medidas tendentes a fortalecer e ampliar o setor industrial e o de serviços da economia, mediante a concessão de facilidades de crédito e atrativos financeiros às iniciativas locais e externas;

g) a ampliação da infra-estrutura de transporte, energia, telecomunicações e saneamento, bem como a adoção de medidas capazes de resguardar os investimentos feitos nesses setores;

h) a criação de oportunidades amplas e diversificadas visando a formação, desenvolvimento e aprimoramento de talentos empresariais para a economia do Estado;

i) o estímulo à pesquisa capaz de gerar novos conhecimentos e novos meios de atuação técnica de sentido econômico para o Estado.

III. CAMPO INSTITUCIONAL

a) preservação do meio ambiente mediante o combate às formas de poluição e destruição ecológica e do disciplinamento do crescimento dos centros urbanos especialmente no que respeita à manutenção de áreas verdes, condições sanitárias, pa-

drões habitacionais e de construção;

b) a constituição de núcleos regionais, distritos administrativos e outras formas de regionalização, inclusive regiões metropolitanas nos termos da legislação federal, de modo a favorecer o desenvolvimento das comunidades e o aperfeiçoamento da ação governamental no seu território;

c) a assistência técnica aos Municípios possibilitando-lhes a melhoria dos serviços e integrando-os aos programas de desenvolvimento do Estado do Paraná;

d) a manutenção da ordem e da segurança pública, pela prevenção, repressão e apuração de infrações penais, em articulação com o Governo Federal;

e) a defesa civil da população contra calamidades;

f) o planejamento da ação do Governo exprimindo-a em programas e projetos articulados no espaço e no tempo e conectados com mecanismos orçamentários, de controle de resultados, consideração de custos e oportunidades econômicas;

g) a integração do esforço de desenvolvimento do Estado às iniciativas do Governo Federal, de maneira a assegurar articulação de programas que melhor atendam às necessidades e aspirações do Estado do Paraná.

Art. 4.º - A ação do Poder Executivo na formulação e execução de suas metas e objetivos obedecerá às diretrizes técnicas constantes desta Lei.

TÍTULO II

DO PODER EXECUTIVO COMO SISTEMA ORGANIZACIONAL

Art. 5.º - O Poder Executivo compreende dois conjuntos organizacionais permanentes representados pela administração direta e pela administração indireta, integrados segundo setores de atividades relativos às metas e objetivos, que devem, conjuntamente, buscar atingir.

§ 1.º - O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado.

§ 2.º - Auxiliam diretamente o Governador do Estado no exercício do Poder Executivo o Vice-Governador e os Secretários de Estado, e a estes os Diretores-Gerais de Secretarias de Estado e o dirigente principal de cada uma das entidades da administração indireta nos termos definidos nesta Lei.

Art. 6.º - A administração direta compreende serviços estatais dependentes, encarregados das atividades típicas da administração pública, a saber:

I - Unidades de assessoramento e apoio direto ao Governador para o desempenho de funções auxiliares, coordenação e controle de assuntos e programas intersecretariais.

II - Secretarias de Estado, de natureza

instrumental e de natureza substantiva, órgãos de primeiro nível hierárquico para o exercício do planejamento, comando, coordenação, fiscalização, execução, controle e orientação normativa da ação do Poder Executivo.

III - Órgãos de Regime Especial, criados por lei, com autonomia relativa, resultantes de desconcentração administrativa de Secretarias de Estado, para o desempenho de atividades, cujo tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta, possa contribuir para a melhoria operacional das Secretarias.

§ 1.º - A autonomia relativa a que se refere o inciso III do artigo expressa-se na faculdade de:

a) contratar pessoal para atividades temporárias pelo regime da legislação trabalhista;

b) contar com quadro de pessoal CLT;

c) manter contabilidade própria;

d) celebrar convênios com pessoas físicas e jurídicas;

e) dispor de dotação orçamentária global;

f) constituir fundos rotativos ou especiais.

§ 2.º - O Poder Executivo não mais utilizará a forma de órgãos de regime especial para o desempenho das suas atividades, ficando os mesmos limitados aos existentes, até a sua extinção ou transformação.

Art. 7.º - A administração indireta compreende serviços instituídos para limitar a expansão da administração direta ou aperfeiçoar sua ação executiva no desempenho de atividades de interesse público, de cunho econômico ou social, usufruindo, para tanto, de independência funcional controlada a saber:

I - Autarquias, entidades de personalidade jurídica de direito público, criadas por lei e organizadas por ato do Poder Executivo, com patrimônio e receita próprios, sem capital, para o desempenho de atividades típicas da administração pública que não traduzam resultados comerciais ou industriais, funcionando sob tutela administrativa de Secretarias de Estado e com autonomia de gestão.

II - Empresas Públicas, entidades de personalidade jurídica de direito privado, autorizadas por lei e organizadas por estatutos, com patrimônio próprio ou de afetação, capital majoritário do Estado, para o desempenho de atividades econômicas atípicas da administração pública, com fins lucrativos destinados à ampliação do capital de giro, constituição de reservas e reinvestimentos.

III - Sociedades de Economia Mista, entidades de personalidade jurídica de direito privado, instituídas por autorização

de lei e organizadas por estatutos, com patrimônio próprio, capital representado por ações de posse majoritária do Estado e fins declaradamente lucrativos.

IV - Fundações, entidades de personalidade jurídica de direito privado, que integram a administração indireta quando criadas por lei com tal intenção, organizadas por estatutos, com patrimônio e bens afetados a um determinado objetivo de utilidade pública e com capacidade de captar e reter, continuamente, recursos privados no montante mínimo de um terço de suas despesas correntes.

Art. 8. - As entidades integrantes da administração indireta vinculam-se às Secretarias de Estado, conforme consta do Título IX desta Lei, sujeitando-se à fiscalização e ao controle organizados, que, não infringindo o teor da autonomia caracterizada nos seus respectivos atos de criação, permitam, eficazmente, a avaliação do seu comportamento econômico e financeiro e a análise periódica dos seus resultados em cotejo com os objetivos do Governo.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA DO PODER EXECUTIVO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES SOBRE A ESTRUTURA BÁSICA

Art. 9.º - Os serviços dependentes que integram a administração direta objeto do art. 6.º, referem-se a:

I - Governadoria - integrada por unidades de assessoramento e apoio direto ao Chefe do Executivo e de coordenação intersecretarial de auxílio ao Governador na seleção, acompanhamento e controle de programas e projetos governamentais.

II - Secretarias de Estado de natureza instrumental representadas por órgãos e entidades que centralizam e provêm os meios administrativos necessários à ação do Governo.

III - Secretarias de Estado de natureza substantiva representadas por órgãos e entidades de orientação técnica especializada e de execução, por administração direta, delegação ou adjudicação dos programas e projetos definidos e aprovados pelo Governador.

Art. 10 - A estrutura organizacional básica de cada uma das Secretarias de Estado compreende:

I - Nível de direção superior, representado pelo Secretário de Estado, com funções relativas à liderança e articulação institucional ampla do setor de atividades polarizado pela Pasta, inclusive a representação e as relações intersecretariais e intergovernamentais.

riais e intergovernamentais.

II - Nível de gerência, representado pelo Diretor Geral da Secretaria, com funções relativas à inteligência e liderança técnica do processo de implantação e controle de programas e projetos, bem como à ordenação das atividades de gerência, relativa aos meios administrativos, necessários ao funcionamento da Pasta.

III - Nível de assessoramento, relativo às funções de apoio direto ao Secretário de Estado nas suas responsabilidades.

IV - No nível de atuação instrumental, representado por grupos setoriais concernentes aos sistemas estruturantes referidos no Título VI, com funções relativas à coordenação da atividade de planejamento e à prestação dos serviços necessários ao funcionamento da Secretaria.

V - Nível de execução programática, representado por unidades encarregadas das funções típicas da Secretaria, consubstanciadas em programas e projetos ou em missões de caráter permanente.

VI - Nível de atuação desconcentrada, representado por órgãos de regime especial instituídos em conformidade com o que estabelece o art. 6.º, III.

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO DA

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

Art. 11 - A estrutura organizacional básica do Poder Executivo compreende as seguintes unidades:

I - GOVERNADORIA

1. Governador do Estado
 - 1.1 - Casa Civil - CC
 - 1.2 - Casa Militar - CM
 - 1.3 - Gabinete do Governador
 - 1.4 - Ouvidoria Geral do Estado
 - 1.5 - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CEDES
 - 1.6 - Assessor Especial de Governo
 - 1.7 - Procuradoria Geral do Estado - PGE
 - 1.8 - Procuradoria Geral da Justiça - PGJ
 - 1.9 - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL
 - 1.10 - Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS
 - 1.11 - Secretários Especiais

2. VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

- 2.1 - Gabinete do Vice-Governador

II - SECRETARIAS DE ESTADO DE NATUREZA INSTRUMENTAL

1. Secretaria de Estado da Administração - SEAD
2. Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

III - SECRETARIAS DE ESTADO DE NATUREZA SUBSTANTIVA

1. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB
2. Secretaria de Estado da Cultura - SEEC
3. Secretaria de Estado do Desenvolvimento

- to Urbano e do Meio Ambiente - SEDU
- 4. Secretaria de Estado da Educação SEED -
- 5. Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC
- 6. Secretaria de Estado da Justiça - SEJU
- 7. Secretaria de Estado da Saúde - SESA
- 8. Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP
- 9. Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social - SETA
- 10. Secretaria de Estado dos Transportes - SETR

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A ESTRUTURA BÁSICA

Art. 12 - Constan da estrutura organizacional básica de cada uma das Secretarias de Estado as seguintes instâncias e unidades administrativas:

I - No nível de direção superior, a instância administrativa referente à posição de Secretário de Estado.

II - No nível de gerência, a instância administrativa referente à posição de Diretor-Geral de Secretaria.

III. - No nível de assessoramento:

- a) Gabinete do Secretário - GS
- b) Assessoria Técnica - AT

IV - No nível de atuação instrumental:

- a) Grupo de Planejamento Setorial - GPS
- b) Grupo Financeiro Setorial - GFS
- c) Grupo Administrativo Setorial - GAS
- d) Grupo de Recursos Humanos Setorial - GRHS

Parágrafo Único - Os grupos referidos no inciso IV constituem unidades operacionais das Secretarias de Estado de natureza instrumental e da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, conforme dispõe o Título VI desta Lei.

Art. 13 - Os critérios para organização e funcionamento das entidades da administração indireta são os explicitados no Título VIII desta Lei.

Art. 14 - O Governador do Estado, mediante decreto, poderá nomear Secretários Especiais, até o número de 6 (seis), com "status" de Secretário de Estado, por prazo determinado, para coordenação da ação do Poder Executivo, em áreas de relevante interesse para o Estado.

Parágrafo Único - Do decreto de nomeação deverão constar:

- a) as atribuições do Secretário Especial;
- b) a indicação dos órgãos e entidades que passam para sua subordinação ou vinculação;
- c) a definição do órgão ou entidade que lhe proporcionará suporte administrativo;
- d) a indicação do número de servidores, e respectivas funções, para apoio direto ao Secretário Especial.

Art. 15 - A definição das unidades de nível departamental integrantes das estruturas básicas constantes deste Título será feita através dos regulamentos das Secretarias de Estado, a serem baixados por decretos do Governador do Estado.

TÍTULO IV

DO ÂMBITO DE AÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CAPÍTULO I DA GOVERNADORIA

SEÇÃO I DA CASA CIVIL

Art. 16 - O âmbito de ação da Casa Civil compreende: a administração geral do Palácio e das residências oficiais do Governo; a assistência direta e imediata ao Governador na sua representação civil, relações públicas com autoridades civis, políticas e com a Assembléia Legislativa; a recepção, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Governador e a transmissão e controle da execução das ordens dele emanadas; o cerimonial público; a coordenação dos escritórios de representação do Governo fora do Estado; a coordenação da elaboração da mensagem anual do Governador à Assembléia Legislativa; a preparação de projetos de atos normativos e o controle do trâmite de projetos de leis na Assembléia; a coordenação das medidas relativas ao cumprimento dos prazos de pronunciamento, pareceres e informações do Poder Executivo às solicitações da Assembléia Legislativa bem como o relacionamento com as lideranças políticas do Governo para formalização de vetos e encaminhamento de projetos de leis ao Legislativo; outras atividades correlatas.

SEÇÃO II

DA CASA MILITAR

Art. 17 - O âmbito de ação da Casa Militar compreende: a assistência direta e imediata ao Governador no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar; a coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares; a segurança do Governador, da sua família, do Palácio e das residências oficiais; a recepção, estudo e triagem dos expedientes militares encaminhados ao Governador e a transmissão e controle da execução das ordens dele emanadas; outras atividades correlatas.

SEÇÃO III

GABINETE DO GOVERNADOR

Art. 18 - O âmbito de ação do Gabinete do Governador compreende: a assistência e o assessoramento ao Governador no trato de questões, providências e iniciativas do

seu expediente oficial; outras missões determinadas pelo Governador.

SEÇÃO IV

DA OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Art. 19 - O âmbito de ação da Ouvidoria Geral do Estado compreende: o recebimento e a verificação da procedência de queixas da população do Estado, quanto a falhas e omissões da administração pública estadual; a identificação e a sugestão de soluções para correção das falhas verificadas; outras atividades correlatas.

SEÇÃO V

DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Art. 20 - O âmbito de ação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compreende: a proposição de medidas que visem a otimização da atuação do Governo do Estado em áreas de desenvolvimento econômico e social.

SEÇÃO VI

DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Art. 21 - O âmbito de ação da Procuradoria Geral do Estado compreende: a representação judicial e extra-judicial do Estado do Paraná; o exercício das funções de consultoria jurídica da administração direta e indireta do Poder Executivo do Estado, e para os Municípios do Estado; a cobrança judicial da dívida ativa do Estado; outras atividades correlatas.

SEÇÃO VII

DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Art. 22 - O âmbito de ação da Procuradoria Geral de Justiça compreende: a defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade pela fiel observância da Constituição e das leis, promovendo através de seus Procuradores e Promotores de Justiça a fiscalização da execução da Lei em todos os seus termos, funcionando em processos criminais e cíveis em que haja matéria de interesse público; outras atividades correlatas.

SEÇÃO VIII

DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Art. 23 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral compreende: a administração da atividade de planejamento governamental mediante a orientação normativa e metodológica às Secretarias de Estado na concepção e desenvolvimento das respectivas programações; o controle, acompanhamento e avaliação sistemáticos do desempenho das Secretarias na consecução dos objetivos consubstanciados em seus planos, programas, convênios interinstitucionais e orga-

mentos; a orientação dos órgãos governamentais na elaboração de seus orçamentos anuais, a consolidação crítica desses orçamentos no Orçamento do Estado e o acompanhamento da execução orçamentária; a promoção de estudos, pesquisas e projetos sociais, econômicos e institucionais ligados à sua área de atuação, ou de caráter multidisciplinar ou de prioridade especial; a pesquisa de informações técnicas, sua consolidação e divulgação sistemática entre as Secretarias e demais órgãos; a promoção do planejamento institucional da administração pública estadual; os estudos relativos à criação, transformação, ampliação, fusão e extinção de entidades da administração indireta e de unidades administrativas no âmbito da administração direta; outras atividades correlatas.

SEÇÃO IX

DA SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 24 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Comunicação Social compreende: a articulação da promoção e divulgação das realizações governamentais; o assessoramento do Governador do Estado no seu relacionamento com a imprensa local, nacional e estrangeira; a prestação permanente de informações ao Governador sobre o comportamento da opinião pública com relação às atividades governamentais; outras atividades correlatas.

SEÇÃO X

DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Art. 25 - O âmbito de ação do Gabinete do Vice-Governador do Estado compreende: a assistência direta e imediata ao Vice-Governador nas suas relações oficiais; o recebimento, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Vice-Governador; o provimento dos meios administrativos necessários ao funcionamento da Vice-Governadoria; a realização de outras atividades determinadas pelo Vice-Governador do Estado.

CAPÍTULO II

DAS SECRETARIAS DE ESTADO DE NATUREZA INSTRUMENTAL

SEÇÃO I

DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 26 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Administração compreende: a prestação de forma centralizada, dos serviços - meio necessários ao funcionamento regular da administração direta, bem como a administração patrimonial e de materiais, e o transporte oficial; a documentação, publicação de atos oficiais e reprografia; as comunicações administrativas e zeladoria; a orientação e controle

das construções e a manutenção e conservação de prédios e equipamentos de escritório do Governo; a padronização e uniformização de serviços e equipamentos; a análise sistemática dos custos dos serviços-meio; o controle da iniciativa privada mobilizada para prestação de serviços-meio ao Governo a organização e gestão centralizada de cadastro de informações sobre licitantes e licitações no Estado; a execução, de forma centralizada, das atividades de administração de pessoal relativas à descoberta, atração, obtenção, manutenção e desenvolvimento de recursos humanos para a administração direta e autárquica; a administração de cargos, funções e salários, capazes de distinguir, objetivamente, clientela funcionalis pelos níveis de responsabilidade e natureza das obrigações, face aos programas governamentais; a administração e atualização do cadastro central de recursos humanos, extensível à administração indireta, para o inventário e diagnóstico permanentes da força de trabalho disponível na administração pública, facilitando o recrutamento interno, programação de admissões, concessão de direitos e vantagens, análise de custos para o processo decisório e aumentos periódicos; a promoção de programas médicos, previdenciários e assistenciais aos servidores do Estado; a prestação de serviços de processamento eletrônico de dados; outras atividades correlatas.

SEÇÃO II

DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Art. 27 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Fazenda compreende: a análise e a avaliação permanente da economia do Estado; a formulação e execução da política e da administração tributária, econômica, fiscal e financeira do Estado; as medidas de controle interno e a coordenação das providências exigidas pelo controle externo da administração pública; os estudos e pesquisas para previsão da receita, bem como as providências executivas para a obtenção de recursos financeiros de origem tributária e outros; a contabilidade geral e administração dos recursos financeiros do Estado; a inscrição e cobrança da dívida ativa; a orientação dos contribuintes; o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual; a auditoria financeira, a análise e o controle de custos na administração direta; a análise da viabilidade de fundos especiais, o controle e a fiscalização da sua gestão; a defesa dos capitais do Estado; o controle dos investimentos públicos e de capacidade de endividamento do Governo; a execução do Orçamento do Estado pelo desembolso programado dos recursos financeiros alocados aos órgãos governamentais; outras atividades correlatas.

CAPÍTULO III

DAS SECRETARIAS DE ESTADO DE NATUREZA SUBSTANTIVA

SEÇÃO I

DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

Art. 28 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento compreende: a assistência técnica e prestação de serviços ligados ao desenvolvimento e aprimoramento da agropecuária paranaense; a realização de estudos, pesquisas e avaliações de natureza econômica visando à previsão da produção agropecuária; a adoção de medidas voltadas a garantir o abastecimento de alimentos e o provimento de insumos básicos para a agricultura estadual; a aplicação e a fiscalização da ordem normativa de defesa vegetal e animal; a concepção e controle da política estadual de colonização; a articulação das medidas visando obter a melhoria da vida no meio rural; a proteção da fertilidade dos solos; o desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo; a administração dos parques florestais do Estado; a classificação de produtos de origem vegetal e animal; outras atividades correlatas.

SEÇÃO II

DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Art. 29 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Cultura compreende: a promoção e a difusão da cultura em todas as suas manifestações; o estímulo e a orientação às atividades culturais e esportivas dos Municípios; a captação e a aplicação de recursos para instalação e manutenção de bibliotecas, museus, teatros, a conservação e a ampliação do patrimônio cultural, compreendendo a preservação de documentos, obras e locais de valor histórico e artístico, monumentos e paisagens naturais notáveis e jazidas arqueológicas; o patrocínio da edição e reedição de documentos, e estudos de relevância para a reconstituição de eventos do significado cultural; o estímulo e o apoio à iniciativa privada, através da concessão de auxílios e subvenções para a realização de atividades culturais e esportivas; o incentivo à prática do esporte e das atividades recreativas; a programação de certames e competições de esporte amador e outras formas de lazer organizado; outras atividades correlatas.

SEÇÃO III

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE

Art. 30 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente compreende; a integração com entidades e programas federais para coor-

denação e articulação dos interesses do Estado e de Municípios na obtenção de recursos financeiros e de apoio técnico especializado; o combate à poluição ambiental nas suas diversas formas; o controle e supervisão de obras e de serviços de iniciativa do Estado nos setores de saneamento básico, recursos hídricos e de habitação popular; a formulação da política de desenvolvimento urbano no Estado e a assistência técnica abrangente às municipalidades e associações de municípios no desenvolvimento e aprimoramento de seus serviços e na solução de seus problemas comuns; o planejamento, a fiscalização e execução de serviços técnicos e administrativos concernentes aos problemas de erosão e do saneamento ambiental; outras atividades correlatas.

SEÇÃO IV

DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Art. 31 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Educação compreende: a execução, supervisão e controle da ação do Governo relativa à educação; o controle e fiscalização do funcionamento de estabelecimentos de ensino, de diferentes graus e níveis, públicos e particulares; o apoio e orientação à iniciativa privada; a perfeita articulação com o Governo Federal em matéria de política e de legislação educacional; o estudo, pesquisa e avaliação permanentes de recursos financeiros para o custeio e investimento no sistema e no processo educacionais, a assistência e orientação aos Municípios, a fim de habilitá-los a absorver responsabilidades crescentes no oferecimento, operação e manutenção de equipamentos educacionais; a assistência e amparo ao estudante pobre; a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativo na área da educação com os sistemas financeiro, de planejamento, da agricultura, da ação social e da saúde pública estaduais; a pesquisa, o planejamento e a prospecção permanentes das características e qualificações do magistério e da população estudantil e a atuação corretiva compatível com os problemas conhecidos; outras atividades correlatas.

SEÇÃO V

DA SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Art. 32 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio compreende: a promoção econômica e as providências visando à atração, localização, manutenção e desenvolvimento de iniciativas industriais e comerciais de sentido econômico para o Estado; o conhecimento e orientação dos fluxos de comercialização dos produtos do Estado; a promoção e di-

vulgação de estudos e pesquisas sobre comercialização e colocação de produtos paranaenses nos mercados interno e externo; as atividades de pesquisa e experimentação tecnológica e as relativas à metrologia; a promoção das medidas normativas e executivas de defesa, preservação e exploração econômica dos recursos naturais não renováveis, especialmente os minérios; o registro, controle e fiscalização de atividades comerciais; outras atividades correlatas.

SEÇÃO VI

DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

Art. 33 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Justiça compreende: a supervisão e fiscalização da aplicação de penas de reclusão e de detenção e a administração do sistema penitenciário; o relacionamento administrativo com os órgãos da Justiça; o cadastro de provimento e vacância dos ofícios e serventias da Justiça; a perfeita integração com o Governo Federal sobre matéria de aplicação de Justiça; a orientação e a proteção ao consumidor; a postulação e a defesa dos direitos dos juridicamente necessitados; outras atividades correlatas.

SEÇÃO VII

DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Art. 34 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Saúde compreende: a promoção das medidas de proteção da saúde da população, mediante o controle e combate a doenças de massa; a fiscalização e controle das condições sanitárias, de higiene e de saneamento, qualidade de medicamentos e de alimentos e da prática profissional médica e paramédica; a aplicação do Código Sanitário do Estado; a restauração da saúde da população de baixo nível de renda; a pesquisa, estudo e avaliação da demanda de atenção médica e hospitalar, face às disponibilidades previdenciárias e assistenciais públicas e particulares; a prestação supletiva de serviços médicos e ambulatoriais de urgência e de emergência; a ação sanitária exaustiva e compreensiva em locais públicos; a promoção de campanhas educacionais e de orientação à comunidade, visando à preservação das condições de saúde da população; o estudo e pesquisa de fontes de recursos financeiros para o custeio e financiamento dos serviços e instalações médicas e hospitalares; a produção e distribuição de medicamentos; a perfeita integração com entidades públicas e privadas, visando articular a atuação e a aplicação de recursos destinados à saúde pública no Estado; outras atividades correlatas.

SEÇÃO VIII

**DA SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA PÚBLICA**

Art. 35 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Segurança Pública compreende: a promoção das medidas necessárias à manutenção da ordem e da segurança pública e à defesa das garantias individuais e da propriedade pública e particular, mediante campanhas educacionais e de orientação à comunidade, de fins preventivos, ou pelo uso ostensivo de pessoal e equipamento especializado; a repressão e apuração de infrações penais, em articulação com o Governo Federal; o auxílio e ação complementar às autoridades da justiça e da segurança nacional; a defesa civil da população contra calamidades; o estudo e pesquisa de fontes de recursos financeiros para o custeio e investimento no setor; a internalização da filosofia do respeito e do bem servir ao público, como setor responsável pela prestação de serviços à nível de indivíduo e de comunidade; a coordenação da aplicação da legislação de trânsito, exercendo o seu controle e fiscalização nos centros urbanos e nas rodovias estaduais; outras atividades correlatas.

SEÇÃO IX

**DA SECRETARIA DE ESTADO DO
TRABALHO E DA AÇÃO SOCIAL**

Art. 36 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social compreende: a promoção e o estímulo para regularização do mercado de trabalho e do sistema de emprego; a formação e o aperfeiçoamento da mão-de-obra; a promoção da intermediação da mão-de-obra; o relacionamento com organismos que congreguem empregados e empregadores; a promoção e o incentivo ao desenvolvimento comunitário; a assistência e a proteção à maternidade, à infância, à velhice, aos socialmente desajustados e aos inválidos; a prestação de serviços assistenciais, especialmente ao trabalhador, ao desempregado, aos indigentes e aos menores carentes; outras atividades correlatas.

SEÇÃO X

DA SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES

Art. 37 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado dos Transportes compreende: a promoção das medidas para a implantação da política estadual de viação; o controle operacional e formal da aplicação dos recursos federais no setor de transportes no Estado; a integração da programação setorial com as demais iniciativas de fortalecimento e expansão da infra-estrutura econômica do Estado; o controle e fiscalização dos custos operacionais do setor e a promoção das medidas visando à maximização dos investimentos do Estado nas diferentes modalidades de transporte; a perfeita

articulação com entidades federais do setor; o controle e fiscalização da concessão de serviços, dos padrões de segurança e de qualidade no setor; outras atividades correlatas.

CAPÍTULO IV

**DAS UNIDADES ESTRUTURAIS COMUNS A
TODAS AS SECRETARIAS DE ESTADO**

Art. 38 - Gabinete do Secretário - a assistência abrangente ao Secretário no desempenho de suas atribuições e compromissos oficiais e particulares; o estudo, instrução e minuta do expediente oficial e particular do Secretário; as relações públicas do Secretário e da Secretaria com o público e com a imprensa; a coordenação da agenda; a representação do Secretário; o acompanhamento de despachos; o provimento de transporte oficial; a realização de missões de caráter reservado ou confidencial; outras atividades correlatas.

Art. 39 - Assessoria Técnica - segundo as necessidades de cada Secretaria, para o assessoramento técnico abrangente, inclusive jurídico, ao Secretário sob a forma de estudos, pesquisas, investigações, pareceres, avaliações, exposições de motivos, análises, representação, atos normativos; minutas e controle da legitimidade de atos administrativos; a articulação com os serviços jurídicos do Estado; outras atividades correlatas.

Art. 40 - Grupo de Planejamento Setorial - a vinculação entre a Secretaria cuja estrutura integra e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para a execução das atividades concernentes ao sistema de planejamento, compreendendo a participação na elaboração da programação específica da Secretaria e a aplicação dos processos de coleta e divulgação sistemática de informações técnicas, a elaboração, controle e acompanhamento da execução orçamentária e planejamento institucional; as atividades constantes do Título VI; outras atividades correlatas.

Art. 41 - Grupo Financeiro Setorial - a vinculação entre a Secretaria cuja estrutura integra e a Secretaria de Estado da Fazenda, para execução das atividades concernentes ao sistema financeiro, compreendendo contabilização, controle e fiscalização financeira; a execução do orçamento; a apuração, análise e controle de custos; as atividades constantes do Título VI; outras atividades correlatas.

Art. 42 - Grupo Administrativo Setorial - a vinculação entre a Secretaria cuja estrutura integra e a Secretaria de Estado da Administração, para execução das atividades concernentes ao sistema de administração geral, compreendendo a prestação de serviços-meio necessários ao funcionamento regular da Secretaria; as ati-

vidades constantes do Título VI; outras atividades correlatas.

Art. 43 - Grupo de Recursos Humanos Setorial - a vinculação entre a Secretaria cuja estrutura integra e a Secretaria de Estado da Administração, para execução das atividades concernentes ao sistema de recursos humanos, compreendendo o fornecimento e controle de utilização de pessoal nos diferentes programas e atividades da Secretaria; a coleta de informações para análise e controle de custos e atualização do cadastro central de recursos humanos; as atividades constantes do Título VI; outras atividades correlatas.

TÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES FUNDAMENTAIS E ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DAS CHEFIAS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CAPÍTULO I

DAS RESPONSABILIDADES FUNDAMENTAIS:

Art. 44 - Constitui responsabilidade fundamental dos ocupantes de chefias na administração direta, em todos os níveis, promover o desenvolvimento funcional dos respectivos subordinados e a sua integração com os objetivos do Governo do Estado, cabendo-lhes, especialmente:

I - propiciar aos subordinados a formação e o desenvolvimento de noções, atitudes e conhecimentos a respeito dos objetivos da unidade a que pertencem;

II - promover o treinamento e aperfeiçoamento dos subordinados, orientando-os na execução de suas tarefas e fazendo a crítica construtiva do seu desempenho funcional;

III - treinar permanentemente seus substituto e promover, quando não houver inconvenientes de natureza administrativa ou técnica, a prática de rodízio entre os subordinados, a fim de permitir-lhes adquirir visão integrada da unidade;

IV - incentivar entre os subordinados a criatividade e a participação crítica na formulação, na revisão e no aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, bem como nas decisões técnicas e administrativas da unidade;

V - criar e desenvolver fluxos de informações e comunicações internas na unidade e promover as comunicações destas com as demais organizações do Governo;

VI - conhecer os custos operacionais das atividades sob sua responsabilidade funcional, combater o desperdício em todas as suas formas e evitar duplicidades e superposições de iniciativas;

VII - manter, na unidade que dirige, orientação funcional nitidamente voltada para os objetivos da Pasta;

VIII - incutir nos subordinados, a filosofia do bem servir ao público;

IX - desenvolver nos subordinados o espírito de lealdade ao Estado e às autoridades instituídas, pelo acatamento de ordens e solicitações, sem prejuízo de participação crítica, construtiva e responsável, em favor da ampliação da eficácia na administração pública.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

SEÇÃO I

NO ÂMBITO DA GOVERNADORIA

Art. 45 - As atribuições básicas dos ocupantes de posições de chefia no âmbito da Governadoria, assim se especificam:

I - ao Governador do Estado, as que lhe são cometidas pela Constituição do Estado do Paraná, por esta e outras leis.

II - Ao Chefe da Casa Civil:

a) promover a administração geral da Casa Civil, do Palácio e das residências oficiais do Governo;

b) promover a assistência direta e imediata ao Governador, no desempenho de suas atividades;

c) despachar diretamente com o Governador do Estado, delegar atribuições, distribuir o trabalho, superintender sua execução e controlar os resultados;

d) exercer ação disciplinar, ordenar despesas, requisitar pessoal, serviços e meios administrativos;

e) responsabilizar-se pela fiel observância e cumprimento eficaz das disposições legais e normativas da administração pública estadual aplicáveis à Casa Civil;

f) promover a recepção de pessoas e autoridades que se dirijam ao Governador;

g) transmitir ordens e determinações do Governador;

h) representar o Governador, quando designado;

i) superintender as tarefas e atividades relativas ao processo legislativo de interesse do Governo;

j) exercer as atribuições do artigo 46, no que couber:

l) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador.

III - ao Chefe da Casa Militar:

a) promover a administração geral da Casa Militar;

b) despachar diretamente com o Governador do Estado, delegar atribuições, distribuir o trabalho, superintender sua execução e controlar os resultados;

c) responsabilizar-se pela fiel observância e cumprimento eficaz das disposições legais e normativas da administração pública estadual aplicáveis à Casa Militar;

d) promover a recepção das autoridades militares que se dirijam ao Governador;

- e) promover as medidas de segurança do Governador e de seus familiares, do Palácio e das residências oficiais do Governo;
 - f) representar o Governador, quando designado;
 - g) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.
- IV - Ao Chefe do Gabinete do Governador:
- a) promover a administração geral do Gabinete e a assistência ao Governador no desempenho de suas atribuições e no atendimento de compromissos oficiais;
 - b) formular e organizar a agenda do Governador em articulação com o Chefe da Casa Civil;
 - c) coordenar o processamento das audiências e o atendimento pessoal e direto ao Governador;
 - d) organizar a agenda de compromissos não oficiais do Governador;
 - e) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.
- V - Ao Ouvidor Geral do Estado:
- a) promover a coordenação das atividades a cargo da Ouvidoria Geral do Estado;
 - b) promover a averiguação de queixas formuladas pela população com relação à atuação de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
 - c) solicitar aos órgãos e entidades da administração pública estadual a adoção de medidas para correção de falhas apontadas no seu funcionamento;
 - d) recomendar a anulação, a correção ou alteração de atos em desacordo com a lei ou as normas da administração;
 - e) apurar falhas e omissões que porventura envolvam pessoas vinculadas à administração pública estadual;
 - f) articular-se com órgãos congêneres a nível municipal, estadual e federal;
 - g) representar o Governador do Estado no acompanhamento e mediações de situações relativas à solução de problemas apontados pela população quanto à atuação de órgãos e entidades do Poder Executivo;
 - h) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.
- VI - Ao Assessor Especial de Governo:
- a) executar trabalhos específicos determinados pelo Governador do Estado;
 - b) realizar estudos e pesquisas sobre assuntos gerais do Governo e da administração pública estadual;
 - c) cumprir missões de representação por determinação do Governador do Estado;
 - d) requisitar pessoal dos demais órgãos do Poder Executivo para o cumprimento de missões específicas, determinadas pelo Governador do Estado;
 - e) assistir e assessorar o Governador

no trato de questões, providências e iniciativas do seu expediente pessoal;

f) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.

VII - Ao Procurador Geral do Estado:

a) exercer as previstas em legislação específica atinentes à defesa do Estado em qualquer juízo ou instância;

b) as constantes do art. 46, desta Lei;

c) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.

VIII - Ao Procurador Geral da Justiça:

a) exercer as previstas em legislação específica atinentes à ação do Ministério Público;

b) as constantes do art. 46, desta Lei;

c) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.

IX - Aos Secretários Especiais, a coordenação, por designação expressa do Governador do Estado, da ação a cargo de órgãos e entidades do Poder Executivo, no tratamento de assuntos ou setores de relevante interesse para o Estado.

X - Ao vice-Governador do Estado, o desempenho de missões definidas pelo Chefe do Executivo, nos termos da Constituição do Estado do Paraná.

SEÇÃO II

DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO

Art. 46 - São atribuições de todos e de cada um dos Secretários de Estado as previstas na Constituição Estadual e as a seguir enumeradas:

I - promover a administração geral da Secretaria em estreita observância das disposições legais e normativas da administração pública estadual e, quando aplicável, da federal;

II - exercer a liderança política e institucional do setor polarizado pela Pasta, promovendo contatos e relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais;

III - assessorar o Governador e os outros Secretários de Estado em assuntos da competência da Secretaria;

IV - despachar diretamente com o Governador;

V - fazer indicações ao Governador para o provimento de cargos em comissão e prover as funções gratificadas no âmbito da Secretaria;

VI - propor ao Governador a declaração de inidoneidade de pessoas físicas e jurídicas que, na prestação de serviços, fornecimento ou execução de obras, tenha se desenhado de forma prejudicial aos interesses do Estado;

VII - promover o controle e a fiscalização das entidades da administração indireta vinculadas à Secretaria;

VIII - delegar atribuições ao Diretor Geral da Secretaria;

IX - atender às solicitações e convocações da Assembléia Legislativa, buscando, antes, a orientação do Governador;

X - apreciar, em grau de recurso, quaisquer decisões no âmbito da Secretaria e das entidades a ela vinculadas, ouvindo sempre a autoridade cuja decisão enseje recurso;

XI - emitir parecer final, de caráter conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua decisão;

XII - autorizar a instalação e a homologação de processos de licitação, ou a sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;

XIII - aprovar a programação a ser executada pela Secretaria e pelas entidades a ela vinculadas, a proposta orçamentária anual e as alterações e ajustamentos que se fizerem necessários;

XIV - expedir resoluções sobre a organização interna da Secretaria, não envolvida por atos normativos superiores e sobre a aplicação de leis, decretos e outras disposições de interesse da Secretaria;

XV - apresentar, trimestral e anualmente, ao Governador do Estado, relatório crítico-interpretativo das atividades da Secretaria;

XVI - assinar contratos em que a Secretaria seja parte;

XVII - aprovar, por meio de resolução, os orçamentos anuais de órgãos de regime especial;

XVIII - solicitar ao Governador do Estado, relativamente a entidades vinculadas e por questões de natureza técnica, financeira, econômica ou institucional, sucessivamente: a intervenção nos órgãos de direção; a substituição de dirigente e dirigentes; a prisão administrativa de dirigente e dirigentes; a extinção da entidade;

XIX - promover reuniões periódicas de coordenação entre os diferentes escalões hierárquicos da Secretaria;

XX - propor ao Governador do Estado a designação de pessoas para posições de direção no âmbito de entidades da administração indireta vinculadas à Secretaria;

XXI - referendar todos os atos do Poder Executivo concernentes à Pasta;

XXII - promover a prestação da promessa legal e dar posse aos servidores nomeados ou comissionados em cargos da estrutura da Secretaria;

XXIII - designar, entre assessores e dirigentes de unidades da Secretaria, representante para solenidades e efemérides;

XXIV - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.

SEÇÃO III

DO CHEFE DE GABINETE DE SECRETÁRIO DE ESTADO

Art. 47 - São atribuições de Chefes de Gabinete de Secretário de Estado:

I - promover a administração geral do gabinete e a assistência ao Secretário no desempenho de suas atribuições e no atendimento de compromissos oficiais e particulares;

II - estudar, instruir e minutar o expediente e a correspondência do Secretário, bem como, dar encaminhamento à correspondência oficial recebida, recomendando prioridades para assuntos urgentes;

III - coordenar a agenda de compromissos e representar o Secretário, quando designado;

IV - programar audiências e recepcionar pessoas que se dirijam ao Secretário;

V - promover as medidas necessárias ao provimento de transporte ao Secretário;

VI - cumprir tarefas de caráter reservado ou confidencial, determinadas pelo Secretário;

VII - submeter à consideração do Secretário os assuntos de urgência ou cuja importância mereçam tratamento imediato;

VIII - transmitir ordens e despachos do Secretário às unidades da Secretaria;

IX - promover as atividades de imprensa e relações públicas da Secretaria;

X - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário.

SEÇÃO IV

DOS DIRETORES GERAIS DE SECRETARIA

Art. 48 - São atribuições de Diretores Gerais de Secretaria:

I - programar, organizar, dirigir, orientar, controlar e coordenar as atividades da Secretaria, por delegação do Secretário;

II - despachar diretamente com o Secretário;

III - substituir o Secretário de Estado nas suas ausências e impedimentos;

IV - atuar como principal auxiliar do Secretário de Estado;

V - promover reuniões com os responsáveis por unidades de nível departamental para coordenação das atividades operacionais da Secretaria;

VI - coordenar a atuação dos grupos setoriais no âmbito da Secretaria, centralizando as demandas de serviços a eles destinadas e facilitando o atingimento de seus propósitos como sistemas estruturantes;

VII - praticar os atos administrativos

relacionados com os sistemas de planejamento, financeiro, de administração geral e de recursos humanos, em articulação com os respectivos responsáveis;

VIII - submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam à sua competência, e promover o controle dos resultados das ações da Secretaria, em confronto com a programação, expectativa inicial de desempenho e volume de recursos utilizados;

IX - autorizar a expedição de certidões e atestados relativos a assuntos da Secretaria;

X - assegurar, no que couber à Secretaria, a rigorosa atualização do cadastro central de recursos humanos da Secretaria de Estado da Administração;

XI - propor ao Secretário a realização de licitações, sugerindo, quando for o caso, a sua homologação, anulação ou dispensa;

XII - promover a elaboração da proposta orçamentária da Secretaria;

XIII - delegar competência específica do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;

XIV - propor ao Secretário a criação, transformação, ampliação, fusão e extinção de unidades administrativas de nível divisional e inferiores a este, para a execução da programação da Pasta;

XV - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário.

SEÇÃO V

DOS CHEFES DE GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL

Art. 49 - São atribuições de Chefes de Grupo de Planejamento Setorial:

I - promover a perfeita integração funcional entre a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e a Secretaria de Estado onde atua;

II - promover a adaptação das diretrizes programáticas setoriais às diretrizes gerais do planejamento governamental;

III - coordenar a elaboração dos planos de trabalho e da proposta orçamentária da Secretaria;

IV - levar a efeito programas de reforma administrativa e planejamento institucional;

V - assessorar na implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito da Secretaria;

VI - acompanhar a execução do orçamento e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;

VII - produzir elementos e evidências facilitadoras da correta avaliação dos resultados dos programas de trabalho da Secretaria;

VIII - promover a coleta de informa-

ções técnicas determinadas pela Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral no setor polarizado pela Pasta;

IX - manter estreita articulação com as unidades especializadas da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral para execução de suas diretrizes e determinações técnicas no âmbito da Secretaria;

X - promover a consolidação e divulgação sistemática de informações de interesse da Secretaria e para o processo decisório de seus titulares;

XI - orientar técnica e administrativamente grupos auxiliares;

XII - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário do Planejamento e Coordenação Geral.

SEÇÃO VI

DOS CHEFES DE GRUPO FINANCEIRO SETORIAL

Art. 50 - São atribuições de Chefes de Grupo Financeiro Setorial:

I - promover a perfeita integração funcional entre a Secretaria de Estado da Fazenda e a Secretaria de Estado onde atua;

II - proceder à execução do orçamento;

III - promover os assentamentos, escriturações e registros contábeis e financeiros;

IV - providenciar o levantamento do balancete mensal da Secretaria;

V - proceder ao acerto de contas em geral;

VI - executar as medidas e providências de controle interno;

VII - manter assentamentos sobre responsáveis por valores;

VIII - promover a auditoria econômica e financeira da Secretaria;

IX - promover o levantamento e análise sistemática dos custos operacionais da Secretaria;

X - orientar técnica e administrativa-mente grupos auxiliares;

XI - representar à Secretaria da Fazenda sobre quaisquer irregularidades relativas ao sistema financeiro;

XII - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário da Fazenda.

SEÇÃO VII

DOS CHEFES DE

GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL

Art. 51 - São atribuições de Chefes de Grupo Administrativo Setorial:

I - promover a perfeita integração funcional entre a Secretaria de Estado da Administração e a Secretaria onde atua;

II - proceder à prestação dos serviços-meio necessários ao funcionamento regular da Secretaria;

III - promover a análise dos custos

dos serviços na Secretaria, alimentando os sistemas de planejamento e financeiro, com esses dados;

IV - promover estudos de racionalização de procedimentos, visando o aprimoramento dos serviços prestados;

V - proceder à fiscalização do uso e aplicação de serviços e equipamentos para detectar formas de desperdício, uso inadequado e impróprio;

VI - orientar técnica e administrativamente grupos auxiliares;

VII - manter perfeita articulação com as unidades especializadas da Secretaria da Administração para execução de suas diretrizes e determinações técnicas no âmbito da Secretaria;

VIII - colher informações, na Secretaria e no setor, sobre licitações de interesse para o cadastro da Secretaria da Administração;

IX - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário da Administração.

SEÇÃO VIII

DOS CHEFES DE GRUPO DE

RECURSOS HUMANOS SETORIAL

Art. 52 - São atribuições de Chefes de Grupo de Recursos Humanos Setorial:

I - promover a perfeita integração funcional entre a Secretaria de Estado da Administração e a Secretaria onde atua;

II - providenciar as requisições de pessoal para os programas e atividades da Secretaria;

III - controlar a lotação e os custos de pessoal, por categoria, função e outras dimensões;

IV - promover a avaliação pelas chefias do desempenho de servidores, sempre que concluídas tarefas ou anualmente;

V - promover a análise dos custos de pessoal da Secretaria, alimentando os sistemas de planejamento e financeiro com esses dados;

VI - coordenar a execução de programas de treinamento de interesse restrito para a Secretaria;

VII - manter perfeita articulação com as unidades da Secretaria para execução de suas diretrizes e determinações técnicas no âmbito da Secretaria;

VIII - providenciar a atualização mensal do cadastro central de recursos humanos, alimentando-o com as alterações ocorridas na vida funcional do pessoal da Secretaria;

IX - promover junto a entidades da administração indireta vinculadas à Secretaria, a coleta de informações de interesse para o cadastro de recursos humanos;

X - orientar técnica e administrativamente grupos auxiliares;

XI - desempenhar outras tarefas compa-

tíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário da Administração.

TÍTULO VI

DOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO E ABRANGÊNCIA DOS SISTEMAS ESTRUTURANTES

Art. 53 - Para assegurar, na administração direta, a predominância de um funcionamento nitidamente voltado para os objetivos, as atividades de planejamento, administração financeira, administração geral e administração de pessoal serão conduzidas de forma centralizada, por meio dos seguintes sistemas estruturantes:

I - Sistema de Planejamento;

II - Sistema Financeiro;

III - Sistema de Administração Geral;

IV - Sistema de Recursos Humanos.

Art. 54 - A concepção de sistema estruturante, nos termos desta lei, compreende a existência de uma organização-base, a nível de Secretaria de Estado, com capacidade normativa e orientadora centralizada, da qual emanam grupos setoriais como unidades executivas.

Parágrafo Único - As Secretarias de Estado de natureza instrumental, referidas no inciso II do artigo 11 e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, constituem as organizações-base dos sistemas estruturantes, tendo como unidades executivas os respectivos grupos setoriais mencionados no artigo 12, IV.

Art. 55 - Os grupos setoriais constituem extensões da estrutura orgânica das organizações-base dos sistemas estruturantes e têm atuação no âmbito das demais Secretarias e da Casa Civil, para assegurar linguagem uniforme, universalização de conceitos e execução integrada e tempestiva das atividades que representam, em estreita observância do disposto neste Título.

§ 1.º - Os grupos setoriais estão sujeitos à orientação normativa, supervisão técnica, critérios de lotação, programação funcional e fiscalização específica das Secretarias que representam, sem prejuízo da subordinação de cunho administrativo às Secretarias cuja estrutura integram.

§ 2.º - No âmbito de uma Secretaria, o grupo setorial pode ser desdobrado, tendo em vista critérios técnicos relativos à especialização funcional, divisão do trabalho, tamanho e descontinuidade física e, ainda, para aperfeiçoar mecanismos de controle interno, em Grupos Auxiliares - GA - abrangendo órgão de regime especial, uma ou mais unidades de nível departamental no âmbito da Secretaria.

§ 3.º - O âmbito da ação administrati-

va dos grupos setoriais integrantes da Casa Civil abrange também as unidades da Governadoria, descritas no inciso I, 1.2, 1.3, 1.4, 1.6, 1.11 e 2.1 do artigo 11.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS ESTRUTURANTES

SEÇÃO I DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO

Art. 56 - O Poder Executivo adotará o planejamento como técnica de aceleração deliberada do desenvolvimento econômico e social do Estado e como instrumento de integração de iniciativas, aumento da racionalidade nos processos de decisão, de alocação de recursos, combate às formas de desperdício, de paralelismos e de distorções regionais.

Parágrafo Único - A ação de planejar será desenvolvida em todos os níveis hierárquicos de todas as organizações, tomando a forma de proposições gerais e parciais de trabalho, sucessivas e encadeadas, de curta e longa duração.

Art. 57 - A hierarquização dos objetivos, as prioridades setoriais, o volume de investimentos e a ênfase da ação executiva a ser empreendida pelos órgãos estaduais na execução de sua programação serão fixados pelo Governador do Estado no plano geral do Governo, em consonância com as diretrizes do Governo Federal, explicitadas no seu plano geral.

Art. 58 - As Secretarias de Estado elaborarão, por intermédio do respectivo Grupo de Planejamento Setorial, suas programações específicas, de forma a indicar, precisamente, em termos técnicos e orçamentários, objetivos quantitativos e qualitativos, articulados no tempo e no espaço, em consonância com as diretrizes técnicas da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

Art. 59 - O controle e o acompanhamento substantivos, a análise e a avaliação objetiva dos resultados obtidos serão exercidos por todas as Secretarias de Estado, com a ajuda especializada da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que promoverá, neste sentido:

I - a consolidação e a integração da programação setorial em planos e orçamentos globais do Governo;

II - o replanejamento metodológico dos programas e projetos;

III - o remanejamento organizacional de unidades administrativas;

IV - a adequação do volume e da periodicidade das liberações financeiras, em conjunto com a Secretaria da Fazenda;

V - a mudança de ênfase e de conformação dos objetivos quantitativos e qualitativos;

VI - a exclusão de iniciativas inviáveis ou inoportunas.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, visando assessorar as demais Secretarias, baixará normas operacionais dispondo sobre critérios e procedimentos básicos relativos ao cumprimento do disposto no artigo.

Art. 60 - A administração do sistema de planejamento, a cargo da respectiva Secretaria, fundamenta-se nos seguintes processos operacionais:

I - Informações Técnicas - relativas a aspectos econômicos, sociais e institucionais do Estado e do Governo, sob a forma de indicadores e para o fim de dotar os planos, programas e políticas governamentais de orientação teleológica, e de definir o quadro de intervenção objetiva do sistema de planejamento, de maneira a aprimorar os mecanismos decisórios do Governo.

II - Orçamentação - referente à alocação de recursos financeiros, orçamentários e extra-orçamentários aos projetos e programas governamentais, nos termos da legislação federal, por meio da elaboração e acompanhamento do orçamento anual e plurianual do Governo do Estado.

III - Planejamento Institucional - referente à realização de estudos sobre a criação, a transformação, a ampliação, a fusão e a extinção de entidades da administração indireta e de unidades administrativas no âmbito da administração direta, visando a otimização da máquina governamental.

IV - Programação Intersetorial - referente ao processo de elaboração de programas e projetos de incidência multisetorial, de cunho prioritário, que requeiram abordagem multidisciplinar.

SEÇÃO II DO SISTEMA FINANCEIRO

Art. 61 - É responsabilidade de todos os níveis hierárquicos das organizações públicas zelar, nos termos da legislação em vigor, pela correta gestão dos recursos estaduais, nas suas diversas formas, assegurando sua aplicação regular, parcimoniosa e documentada.

Parágrafo Único - A gestão dos recursos financeiros, orçamentários e extra-orçamentários se processará em nome do Governador do Estado, sob a orientação centralizada da Secretaria de Estado da Fazenda, por meio de Grupos Financeiros Setoriais.

Art. 62 - A ação da Secretaria da Fazenda, como órgão-base do sistema financeiro, assegurará todas as dimensões e formalidades do controle interno da administração estadual, na aplicação dos recursos a ela destinados, estabelecendo, para tanto, o grau de uniformização e pa-

dronização na administração financeira, suficiente para permitir análises e avaliações comparadas do desempenho organizacional, por meio do sistema de planejamento; promoverá ainda:

I - a determinação do cronograma financeiro de desembolso para os programas e atividades do Governo;

II - a iniciativa das medidas asseguradoras do equilíbrio orçamentário;

III - a auditoria da forma e conteúdo dos atos financeiros;

IV - a tomada de contas dos responsáveis;

V - a intervenção contábil-financeira em unidades administrativas;

VI - a alimentação do processo decisório governamental com dados relativos a custos e desempenho financeiro.

Art. 63 - A administração do sistema financeiro, a cargo da respectiva Secretaria, fundamenta-se nos seguintes processos operacionais:

I - Contabilização - referente ao registro dos atos financeiros dos ordenadores de despesas; à execução do orçamento; à guarda de documentos e evidências contábeis; à inscrição do patrimônio; à emissão de balancetes e de balanços; à movimentação de fundos e à inscrição de "restos à pagar".

II - Arrecadação - processo relativo à coleta, registro, controle e disposição de valores.

III - Controle - processo relativo ao resguardo da legalidade dos atos financeiros praticados descentralizadamente, mediante auditoria esporádica; à coleta e processamento de informações sobre custos para o processo de decisão; a tomada de contas dos responsáveis pela aplicação dos recursos do Estado.

SEÇÃO III

DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Art. 64 - O apoio às Secretarias de Estado, mediante a prestação de serviços-meio necessários ao seu funcionamento regular, será prestado de forma centralizada pela Secretaria de Estado da Administração, por intermédio de Grupos Administrativos Setoriais.

Parágrafo Único - A centralização dos serviços-meio deverá ensejar, no âmbito das Secretarias de Estado, a concentração de esforço técnico e a aplicação do tempo executivo às suas finalidades específicas; e, subsidiariamente, à padronização e aumento da rentabilidade de equipamentos e de materiais, a uniformização e celeridade processual, o combate ao desperdício e a contenção e progressiva redução de custos operacionais.

Art. 65 - Os serviços-meio, nos termos desta Lei, compreendem:

I - processamento eletrônico de dados;

II - administração de materiais, compreendendo a aquisição, recepção, guarda, distribuição e controle;

III - administração patrimonial, compreendendo o tombamento, registro, carga, reparação e alienação, inclusive das obras de arte de propriedade do Governo;

IV - transporte oficial de autoridades e de objetos, bem como aquisição, guarda, manutenção e alienação de veículos;

V - zeladoria, relativa às atividades de portaria, limpeza conservação, vigilância, administração da planta física e copa;

VI - documentação, compreendendo biblioteca, arquivo, microfilmagem, microfichagem de documentos e plantas, publicação e reprodução de atos oficiais;

VII - comunicações, compreendendo as atividades de protocolo, rota administrativa para circulação de expediente, telefonia e télex;

VIII - reprografia relativa às atividades de datilografia em volume e reprodução de documentos;

IX - racionalização da prestação dos serviços-meio;

X - construção e manutenção dos prédios públicos estaduais.

Art. 66 - Os serviços-meio prestados pela Secretaria da Administração, serão debitados às Secretarias usuárias, mediante assentamento contábil promovido pela Secretaria da Fazenda.

Parágrafo Único - No orçamento-programa do Estado consignar-se-ão à Secretaria da Administração as dotações destinadas a atender as despesas com serviços-meio de toda a administração direta conforme definidos no art. 65.

Art. 67 - A Secretaria de Estado da Administração, em benefício da qualidade dos serviços que deve prestar e dos interesses financeiros do Governo:

I - convocará a iniciativa privada, por meio de licitação, para prestação de serviços, como zeladoria, reprografia, manutenção e reparo de bens móveis e imóveis, vigilância e arrendamento de equipamentos;

II - concentrará aquisições de materiais e equipamentos de escritório, de forma a obter padrões econômicos de desempenho e durabilidade;

III - disciplinará o uso de carros oficiais e de representação.

Art. 68 - A Secretaria de Estado da Administração alimentará os sistemas financeiro e de planejamento com informações para análise de custos e para fins orçamentários.

SEÇÃO IV

DO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS

Art.69 - A administração do pessoal civil, entendida como gestão de recursos humanos, será processada de forma centralizada pela Secretaria de Estado da Administração, por intermédio dos Grupos de Recursos Humanos Setoriais, os quais suprirão as Secretarias de Estado de Pessoal na quantidade e características exigidas pelas suas programações.

§ 1. - Os critérios de recrutamento, seleção e admissão de pessoal de categorias funcionais específicas refletirão, obrigatoriamente a orientação desejável pelas unidades usuárias predominantes dessas categorias.

§ 2. - Os funcionários integrantes de categorias funcionais que não exijam especialização serão obrigatoriamente movimentados pelos órgãos da administração direta, de acordo com a programação da Secretaria de Estado da Administração.

§ 3. - As operações técnicas referidas nos parágrafos anteriores terão como passo inicial obrigatório a consulta ao cadastro central de recursos humanos.

Art.70 - O sistema de recursos humanos aqui instituído terá expressão e consequências funcionais mediante a adoção, sem prejuízo de direitos líquidos e certos de funcionários, das seguintes diretrizes executivas:

I - organização e operação de um cadastro central de recursos humanos abrangendo todo o Poder Executivo, inclusive da administração indireta, capaz de gerar dados para o inventário e o diagnóstico permanentes da população funcional do Governo;

II - organização e operação de planos de classificação de cargos, empregos, funções e vencimentos, diferenciados quanto ao tipo de relacionamento e de retribuição, para clientelas funcionais;

III - centralização da admissão, contratação, lotação e pagamento do pessoal na Secretaria de Estado da Administração e sua alocação às Secretarias mediante atribuição, rateio e controle de custos relativos à aplicação de cada servidor, por categoria, unidade administrativa, programa, projeto e atividade, e outras dimensões de análise;

IV - controle centralizado dos cargos em comissão e das funções gratificadas, bem como das iniciativas de criação de cargos.

Art.71 - A Secretaria de Estado da Administração decidirá, face às demandas de pessoal, pelo tipo de recrutamento, regime jurídico, contrato e pelo uso temporário de pessoal.

Art.72 - A concessão de direitos e vantagens se processará automaticamente com base nos dados do cadastro de recursos humanos, dispensando-se a formação de pro-

cesso administrativo.

Art.73 - A função de administrar o sistema de recursos humanos, a cargo da respectiva Secretaria, fundamenta-se nos seguintes processos operacionais:

I - Atração e obtenção de recursos humanos - relativos ao recrutamento, seleção, avaliação, admissão, contratação, classificação, posse, lotação e cadastramento de servidores e empregados;

II - Administração de recursos humanos - relativo à avaliação, movimentação, treinamento, pagamento, concessão de direitos, processo disciplinar, disponibilidade e demissão;

III- Assistência ao Pessoal - relativa à programas de assistência e aposentadoria.

TÍTULO VII

DAS BASES FUNDAMENTAIS DA AÇÃO ADMINISTRATIVA NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Art. 74 - A ação administrativa se processará no âmbito da administração direta em estrita observância às seguintes bases fundamentais:

I - Programação e Controle de Resultados

II- Coordenação Funcional

III- Regionalização Administrativa e Descentralização do Processo Decisório

IV - Licitações

V- Subordinação da Estrutura Organizacional aos Objetivos.

CAPÍTULO I

DA PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DE RESULTADOS

Art. 75 - A alocação de recursos financeiros, orçamentários e extra-orçamentários, obedecerá a critérios de programação, entendida como a indicação das etapas que compõem um esquema de ação, dispostas em termos temporais, quantitativos e de valor, de forma coerente e compatível com as necessidades a serem atendidas.

Art. 76 - A programação físico-financeira das providências a serem empreendidas deverá permitir, obrigatoriamente, o acompanhamento e controle dos resultados, pela avaliação das etapas constituintes do programa e do rendimento global da iniciativa.

Art. 77 - A programação deverá facilitar também a ação reprogramadora, que se torne necessária como resultante de fatos novos, capazes de propiciar melhores condições ou conhecimentos para o atendimento dos objetivos pretendidos.

Parágrafo Único - Sem prejuízo das exigências formais de controle e segurança, necessário ao funcionamento da administração pública, o administrador deve preocupar-se com os resultados e não só com a forma da ação administrativa.

Art. 78 - O desempenho organizacional prévio, o adequado conhecimento dos custos operacionais e a devida consideração às informações disponíveis devem constituir, obrigatoriamente, parâmetros para o processo de decisão na administração pública.

Art. 79 - O processo de acompanhamento e controle de resultados terá como referência principal os objetivos estabelecidos na programação inicial e, sempre que possível, tomará forma padronizada, favorável aos estudos e análises comparadas.

CAPÍTULO II

DA COORDENAÇÃO FUNCIONAL

Art. 80 - O funcionamento da administração direta será objeto de coordenação funcional sistemática, capaz de evitar superposições de iniciativas, facilitando a complementariedade do esforço inter e intraorganizacional e as comunicações entre órgãos e funcionários.

Art. 81 - A coordenação far-se-á por níveis funcionais, a saber:

I- Coordenação de nível superior, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

II- Coordenação de nível setorial, mediante reuniões no âmbito de cada uma das Secretarias de Estado, envolvendo os dirigentes principais da Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas.

III- Coordenação de nível secretarial, mediante reuniões periódicas dos responsáveis pelos órgãos de regime especial e de execução programática da Secretaria.

CAPÍTULO III

DA REGIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DESCENTRALIZAÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO

Art. 82 - O Poder Executivo poderá fixar, por meio de decretos, regiões administrativas facilitadoras do processo de descentralização e interiorização da ação administrativa das Secretarias de Estado.

§ 1.º - Quando do cumprimento do disposto neste artigo, as Secretarias instalarão seus núcleos de representação nas cidades-sede das regiões administrativas que forem fixadas, de modo a concentrar a presença do Governo Estadual e permitir redução de custos de manutenção pelo uso comum de dependências físicas e equipamentos.

§ 2.º - A partir da representação regional básica, comum a todas as Secretarias, cada Pasta determinará os critérios de sub-regionalização que melhor atendam seus interesses funcionais e operacionais.

Art. 83 - Os critérios de escolha para localização no território do Estado das regiões administrativa devem facilitar para que a atuação de cada Pasta possa:

I - aproximar mais acentuadamente o Governo das municipalidades e dos públicos diferenciados do Estado, desenvolvendo uma ação executiva coerente e complementar com as demais Secretarias;

II- adotar diferentes estratégias de ação face aos desequilíbrios regionais observados;

III- selecionar critérios locacionais objetivos para os investimentos públicos;

IV - descentralizar a ação administrativa da Capital do Estado, reduzindo o deslocamento de contribuintes, funcionários, processos, equipamentos e materiais.

Art. 84 - A descentralização do processo decisório objetivará o aumento da velocidade das respostas operacionais do Governo, mediante o deslocamento, permanente ou transitório, da competência decisória para o ponto mais próximo do ato ou fato gerador de situações e eventos, que demandem decisão.

Art. 85 - A descentralização se processará por meio de delegação explícita, informal ou formal, de competência, nos seguintes termos:

I- Poderão ser objeto de delegação informal:

a) a implementação de decisões previamente aprovadas;

b) a interpretação e adequação de fatos relacionados com a Mecânica de funcionamento de programas de trabalho;

c) o exercício de atividades administrativas repetitivas e rotineiras necessárias à implementação de programas de trabalho.

II- Poderão ser objeto de delegação formal:

a) o controle da execução de programas aprovados;

b) a realização de despesas autorizadas em orçamento ou em convênios;

c) o estabelecimento de relações com órgãos e instituições de diferentes níveis de Governo;

d) a representação do órgão ou da autoridade superior perante outros órgãos do Governo.

III- Não poderão ser objeto de delegação:

a) o assessoramento ou relacionamento com autoridade hierárquica de nível superior;

b) as tarefas ou atividades recebidas por delegação;

c) a formulação de diretrizes para ação da unidade administrativa;

d) a aprovação de planos de trabalho previamente discutidos em outros escalões;

e) as modificações estruturais da unidade administrativa.

Art. 86 - Nos termos da Constituição do Estado do Paraná, as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos

que os seus funcionários causem a terceiros, cabendo, para este efeito, ação regressiva contra o responsável.

CAPÍTULO IV DAS LICITAÇÕES

Art. 87 - O Poder Executivo convocará o setor privado, por meio de licitação, para colaborar com o Governo, mediante o fornecimento de materiais, serviços, alienação de bens, a prestação de serviços técnicos e especializados e a execução de obras, sempre que a iniciativa privada puder demonstrar padrões de qualidade, rapidez e segurança compatíveis com os interesses do Governo, na consecução de seus planos e programas.

Parágrafo Único - O processo formal de licitação, ou a sua dispensa, obedecerá à legislação federal aplicável à administração estadual e às normas operacionais que o Executivo fixe por meio de decretos.

Art.88 - O Governador, por solicitação fundamentada de Secretário de Estado, poderá autorizar a contratação, sem licitação, de pessoa física de notória especialização e expressiva experiência para realização, por período certo de tempo, de estudos, pesquisas, levantamentos, análises, diagnósticos, termos de referência, projetos, programas e planos de interesse do Governo.

Art. 89 - A Secretaria de Estado da Administração centralizará informações sobre licitações e licitantes, mediante organização, administração e atualização de um cadastro central de empresas e de autônomos, atestando por solicitação dos interessados, o "status" do licitante no cadastro.

Parágrafo Único - O cadastro central referido neste artigo poderá substituir cadastros setoriais e constituir-se em instrumento básico para qualificação de licitantes no Estado.

CAPÍTULO V DA SUBORDINAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL AOS OBJETIVOS

Art. 90 - As unidades administrativas de nível subdepartamental no âmbito da administração direta são, por natureza, de caráter transitório, devendo ser, obrigatoriamente, desestruturadas, na medida em que cumpram os objetivos para os quais foram criadas.

Parágrafo Único - Representam, para os efeitos desta Lei, unidades administrativas de nível subdepartamental: divisão, assessoria, centro, serviço, setor, escritório, núcleo, seção, inspetoria, distrito, unidade, delegacia, grupo, comissão e outras designações assemelhadas.

Art. 91 - A criação, a transformação e a ampliação de unidades administrativas só

poderá ser feita, observando-se os seguintes requisitos:

I - a indicação precisa dos objetivos a serem atingidos e a inexistência de instrumento estrutural disponível;

II - a impossibilidade ou inconveniência de atribuição de atividades, pelo seu volume ou natureza, à unidade já existente;

III - a existência de recursos financeiros para custeio;

IV - a existência de arrazoadado técnico demonstrativo do campo funcional a ser atendido;

V - a avaliação realista das possibilidades de duplicidade ou superposição com iniciativas existentes;

VI - a análise das repercussões da iniciativa perante as unidades existentes;

VII - a consideração às possibilidades de fusão de unidades existentes.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral assegurará a observância dos requisitos indicados no artigo mediante emissão de parecer técnico conclusivo sobre a criação, transformação e ampliação de unidades administrativas.

TÍTULO VIII DOS CRITÉRIOS BÁSICOS PARA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 92 - Os atos formais de instituição e organização de entidades da administração indireta, previstas no art. 7º, sob a forma de regimento, regulamento ou estatuto, obedecerão aos seguintes critérios básicos:

I - Quanto à forma organizacional:

a) instituição de órgãos colegiados de direção superior, de controle econômico e financeiro e de orientação técnica, formados por membros não remunerados, sendo o primeiro desses órgãos presidido pelo titular da Secretaria vinculante da entidade e integrado, entre outros membros, por outro titular de Secretaria interessada funcionalmente no campo de atuação da entidade;

b) a admissão, demissão e fixação da duração dos mandatos de diretores e de membros de órgãos colegiados pelo Governador;

c) a adoção de técnica e de metodologia de planejamento, organização, contabilidade e controle de custos e administração contábil-financeira adequadamente modernas e atualizadas.

II - Quanto à administração do pessoal:

a) adoção do regime jurídico da legislação trabalhista, extensível, quando conveniente, às autarquias;

b) organização dos cargos e funções em

planos estruturados segundo critérios técnicos adequados;

c) a admissão mediante critérios de seleção ajustados à importância das posições a serem preenchidas, às características do mercado de trabalho e às determinações das leis reguladoras do exercício das profissões;

d) o fornecimento periódico ao cadastro central de recursos humanos, da Secretaria de Estado da Administração, de informações sobre o pessoal a serviço da entidade.

Parágrafo Único - As entidades da administração indireta não incluídas na categoria de sociedades de economia mista poderão gozar dos privilégios e isenções próprios da Fazenda Estadual.

Art. 93 - As entidades da administração indireta relacionar-se-ão diretamente com as Secretarias de Estado e Secretários Especiais a que estiverem vinculadas, delas recebendo orientação normativa para consecução de suas finalidades.

Art. 94 - É da competência do colegiado superior da entidade a aprovação prévia de:

I - planos e programas de trabalho bem como orçamento de despesas e de investimentos e suas alterações significativas;

II - intenções de contratação de empréstimos e outras operações que resultem em endividamento;

III - atos de organização que introduzam alterações de substância no modelo organizacional formal da entidade;

IV - tarifas e tabelas relativas a serviços, produtos e operações de interesse público;

V - programas e campanhas de divulgação e publicidade;

VI - atos de desapropriação e de alienação;

VII - balanços e demonstrativos de prestação de contas - e aplicação de recursos orçamentários e extra-orçamentários;

VIII - quadro de pessoal da entidade.

Parágrafo Único - O dirigente principal da entidade integrará o colegiado com seu Secretário Executivo, cabendo-lhe, nesta condição, a implantação das decisões e deliberações do órgão.

Art. 95 - O colegiado superior promoverá, na entidade, o controle contábil e de legitimidade por meio de jornadas de auditoria, de periodicidade e incidência variáveis, sobre os atos administrativos relacionados com despesas, receita, patrimônio, pessoal e material.

§ 1.º - A auditoria, sempre que possível, terá sentido preventivo e será conduzida por meio de auditores independentes, devidamente habilitados, correndo as despesas por conta da entidade.

§ 2.º - Os auditores independentes não poderão auditar a mesma entidade por mais de dois exercícios financeiros seguidos.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 96 - O provimento pela autoridade competente de posições de chefia deve tomar em consideração a educação formal e a sua afinidade com a posição, a experiência profissional relevante e a capacidade administrativa.

§ 1.º - As indicações, obedecidas as leis reguladoras do exercício das profissões, devem ter caráter transitório, referindo-se, sempre que possível, a objetivos, programas e metas a serem cumpridas pelo indicado.

§ 2.º - Os responsáveis pela implantação ou direção de projetos e de programas de duração superior a dois anos devem sujeitar-se, anualmente, a programas de treinamento formal, por meio de observação ou estágio, conforme cada caso.

Art. 97 - A posição de Diretor Geral de Secretaria será provida pelo Governador, observando o disposto no artigo 96 e de forma a favorecer a continuidade administrativa na Pasta.

Art. 98 - O Chefe da Casa Civil, o Ouvidor Geral do Estado, o Assessor Especial de Governo, Procurador Geral do Estado, o Procurador Geral de Justiça e os Secretários Especiais têm "status", deveres e prerrogativas de Secretário de Estado.

Parágrafo Único - O Ouvidor Geral do Estado será nomeado pelo Governador do Estado, ad referendum da Assembléia Legislativa.

Art. 99 - A fixação inicial da estrutura das Secretarias de Estado, a nível departamental e subdepartamental, em consequência desta Lei, não está sujeita ao disposto no artigo 91.

Art. 100 - Os atos administrativos que externem tomada de decisão ou gerem obrigações para o Governo se revestirão de forma especial e serão publicados, quando o exigirem a lei e seus regulamentos.

Parágrafo Único - O Governador baixará decreto dispondo sobre a natureza e a forma dos atos administrativos, bem como sobre sua divulgação oficial.

Art. 101 - O Poder Executivo, como instituidor ou acionista majoritário, promoverá a reforma de regimentos, regulamentos e estatutos para introduzir nas normas que organizam as atuais entidades da administração indireta as alterações que se fizerem necessárias à efetivação do disposto nesta Lei.

Art. 102 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no âmbito da administração direta e indireta, visando a implementação do disposto nesta

Lei, dentro dos limites das respectivas dotações da Lei n. 8.426, de 08 de dezembro de 1986, para o exercício de 1.987 e do Decreto n. 9.949 de 14 de janeiro de 1.987 que aprova os Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas.

Art. 103 - Fica também o Poder Executivo autorizado a proceder a conversão nos Orçamentos Próprios, de recursos de Outras Fontes para Recurso Ordinário - Não Vinculado.

Art. 104 - Para implementação dos artigos 102 e 103, o Poder Executivo baixará decretos regulamentando e disciplinando todas as ações que se fizerem necessárias.

Art. 105 - Com relação às Secretarias de Estado:

I - Ficam transformadas a Secretaria de Estado do Interior em Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente; a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social em Secretaria de Estado da Saúde; a Secretaria de Estado do Trabalho e de Assuntos Comunitários em Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social.

II - Mudam de denominação a Secretaria de Estado da Agricultura para Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte para Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado das Finanças para Secretaria de Estado da Fazenda; a Secretaria de Estado do Planejamento para Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

§ 1.º - Consideram-se equivalentes as denominações anteriores das Secretarias de Estado e de seus titulares, especialmente para efeito de leis e decretos anteriores e para questões operacionais relativas ao uso de papéis, documentos, carimbos e outras marcas oficiais.

§ 2.º - Fica o Poder Executivo autorizado a transformar cargos de provimento em comissão para a implantação das estruturas organizacionais decorrentes da presente Lei.

Art. 106 - Ficam extintos os cargos de provimento em comissão no âmbito da administração pública estadual, conforme segue:

I - Na Governadoria: 03 (três) cargos de Secretário de Estado Extraordinário;

II - Na Procuradoria Geral do Estado: 01 (um) cargo de Diretor Secretário, símbolo DAS-3; 02 (dois) cargos de Chefe de Divisão, símbolo 1-C;

III - Na Secretaria de Estado do Planejamento: 01 (um) cargo de Diretor do Departamento Estadual de Estatística, símbolo DAS-5;

IV - Na Secretaria de Estado da Educação: 20 (vinte) cargos de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4-C;

V - Na Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social: 01 (um) cargo de Chefe da Coordenadoria de Orientação à Comunidade, símbolo DAS-5;

VI - No Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE: 01 (um) cargo de Diretor do Departamento de Aplicação do Capital, símbolo DAS-3;

VII - No Instituto de Assistência ao Menor - IAM: 01 (um) cargo de Diretor, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Técnico de Planejamento, símbolo 1-C; 03 (três) cargos de Assessor de Diretoria, símbolo 2-C; 01 (um) cargo de Assessor Jurídico, símbolo 2-C; 02 (dois) cargos de Assistente de Planejamento, símbolo 2-C; 04 (quatro) cargos de Diretor de Unidade Social da Capital, símbolo 2-C; 02 (dois) cargos de Diretor de Unidade Social Especial, símbolo 2-C; 01 (um) cargo de Assistente de Diretor, símbolo 5-C; 01 (um) cargo de Assessor de Relações Públicas, símbolo 5C; 06 (seis) cargos de Diretor de Unidade Social, símbolo 6-C; 02 (dois) cargos de Oficial de Gabinete, símbolo 7-C.

Art. 107 - Ficam criados os cargos de provimento em comissão no âmbito da administração pública estadual, conforme segue:

I - Na Governadoria: 06 (seis) cargos de Secretário de Estado Especial; 01 (um) cargo de Assessor Especial de Governo; 01 (um) cargo de Ouvidor Geral do Estado; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete do Governador, símbolo DAS-1;

II - Na Casa Civil: 08 (oito) cargos de Assessor Especial símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor Especial, símbolo DAS-4; 14 (quatorze) cargos de Assessor Especial, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Secretário Executivo do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, símbolo DAS-5;

III - Na Procuradoria Geral do Estado: 01 (um) cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-1;

IV - Na Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral: 01 (um) cargo de Secretário Executivo do Conselho Superior de Informática e Processamento de Dados do Paraná, símbolo DAS-5; 17 (dezessete) cargos de Chefe de Escritório Regional, símbolo 1-C.

V - Na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento: 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5;

VI - Na Secretaria de Estado da Educação: 01 (um) cargo de Superintendente de Educação, símbolo DAS-2;

VII - Na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente: 01 (um) cargo de Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, símbolo DAS-5; 01 (um)

cargo de Assessor, símbolo DAS-5;

VIII - Na Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio: 02 (dois) cargos de Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-5;

IX - Na Secretaria de Estado da Justiça: 01 (um) cargo de Chefe de Departamento, símbolo DAS-5;

X - Na Secretaria de Estado dos Transportes: 01 (um) cargo de Chefe de Departamento, símbolo DAS-5.

Art. 108 - O servidor regido por regime jurídico diverso do Estatuto dos Servidores Cíveis, poderá ser comissionado para o exercício de funções de chefia, direção e assessoramento, sem perder o vínculo empregatício.

Art. 109 - Com relação às entidades da administração indireta:

I - Ficam extintos o Instituto de Assistência ao Menor - IAM, a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, a Fundação de Promoção Social do Paraná - PROMOPAR, a Paraná Radiofusão S/A - RADIPAR e a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e, em consequência destas extinções:

a) os cargos de Diretor Superintendente e de Diretor Técnico da FIDEPAR;

b) os cargos de Diretor Superintendente, de Diretor Administrativo-Financeiro e de Diretor Técnico da PROMOPAR;

c) os cargos de Diretor Presidente, de Diretor Administrativo-Financeiro e de Diretor Técnico da RADIPAR;

d) os cargos de Diretor Superintendente, de Diretor Administrativo-Financeiro e de Diretor Técnico da EMOPAR.

II - Mudam de denominação a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR para Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha para Fundação Caetano Munhoz da Rocha.

III - Todos os Diretores do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná e da Fundação Caetano Munhoz da Rocha serão nomeados pelo Governador do Estado, por proposta do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e do Secretário de Estado da Saúde, respectivamente.

IV - Fica alterado o número de membros da Diretoria Executiva do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR de cinco (05) para quatro (04), passando o art. 15, § 2º, da Lei n. 7.056, de 04 de dezembro de 1978, a ter a seguinte redação:

"§ 2º - A Diretoria Executiva será constituída de 4 membros nomeados pelo Governador do Estado, por proposta do Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida a recondução".

V - Fica alterado o número de membros

da Diretoria da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos CLASPAR de 4 (quatro) para 3 (três), passando o art. 9º, inciso III, alínea "a", da Lei n. 7.052, de 04 de dezembro de 1.978, a ter a seguinte redação:

"a) Será constituída de um Presidente de 2 (dois) diretores, nomeados pelo Governador, por proposta do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com sistema de remuneração e de vantagens financeiras fixado por ato do Governador do Estado".

VI - Ficam alterados os objetivos, a personalidade jurídica e a constituição da Diretoria Executiva do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - Fundação Edison Vieira, passando os arts. 1º e 8º, da Lei n. 6.407, de 07 de junho de 1.973, alterada pelas Leis n. 7.550, de 17 de dezembro de 1.981 e n. 8.153, de 02 de outubro de 1.985, a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído o INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA, com personalidade jurídica de direito privado, vinculado à Secretaria de Estado responsável pelo planejamento estadual, com sede e foro na cidade de Curitiba, tendo como finalidade básica apoiar e auxiliar o Governo do Estado nas seguintes áreas de atividade:

a) realizar pesquisas, estudos, elaborar projetos e programas, acompanhar a evolução da economia estadual, fornecendo apoio técnico, nas áreas econômica e social à formulação de políticas estaduais de desenvolvimento;

b) coordenar, orientar e desenvolver atividades técnicas compreendidas no Sistema de Informação Estatística, visando subsidiar, com dados estatísticos, os estudos voltados ao conhecimento da realidade física, econômica e social do Estado;

c) elaborar, executar, coordenar programas e promover atividades de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a pesquisa, planejamento e gerência nas áreas de atuação governamental, a nível de pós graduação - lato senso.

Parágrafo Único - Na execução de seus trabalhos e para a consecução de seus objetivos poderá o IPARDES manter intercâmbio com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, sob a forma de convênios, contratos, termos de ajuste e outros".

"Art. 8º - A Diretoria Executiva será constituída de um Diretor Presidente, de um Secretário Geral e de três (3) Coordenadores, todos de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, com um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1.º - O Diretor Presidente deverá ser escolhido entre pessoas de notórios conhecimentos e experiência em atividades relacionadas com as da Fundação.

§ 2.º - Ao Diretor Presidente compete a representação jurídica do IPARDES - Fundação Edison Vieira e a coordenação superior das atividades da Fundação, para o atingimento de seus objetivos.

§ 3.º - Compete ainda ao Diretor Presidente atribuir funções outras não previstas no Estatuto, por ato de delegação interna, ao Secretário Geral, aos Coordenadores e demais funcionários, assim como constituir mandatários na defesa dos interesses da Fundação.

§ 4.º - O Diretor Presidente em suas faltas e impedimentos será substituído pelo Secretário Geral.

§ 5.º - O Secretário Geral será substituído, em períodos de ausência prolongada do Diretor Presidente, por funcionário formalmente designado para tal, por ato da delegação interna expedido previamente pelo Diretor Presidente.

§ 6.º - A remuneração mensal da Diretoria Executiva será definida pelo Governador do Estado".

VII - Fica extinto o cargo de Secretário Geral da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR.

§ 1.º - As atribuições da FIDEPAR passam à Secretaria de Estado da Administração no concernente ao treinamento administrativo e, ao IPARDES, no concernente aos programas de treinamento para o desenvolvimento ao nível de pós-graduação lato-sensu.

§ 2.º - As atribuições, pessoal e patrimônio a cargo da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR passam à responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração.

§ 3.º - O Governador do Estado designará Grupos de Trabalhos para a liquidação das entidades referidas no inciso I, constituídos por servidores indicados pelos titulares das Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, das respectivas Pastas às quais as mesmas eram vinculadas e das que absorvem as suas atribuições.

Art. 110 - Fica extinto o Departamento Estadual de Estatística DEE, passando as suas atribuições, pessoal e patrimônio para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - Fundação Edison Vieira, que procederá a alteração de sua estrutura organizacional para atender às atribuições incorporadas.

Art. 111 - Os contratos, acordos, convênios e termos de ajustes que se encontram em execução pelos órgãos e entidades extintos terão sua continuidade sob a responsabilidade a quem foi atribuída a com-

petência dos serviços nos termos desta Lei.

Art. 112 - O Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, instituído pela Lei n. 7.978, de 30 de novembro de 1.984, alterada pela Lei n. 8.289, de 07 de maio de 1.986, passa à subordinação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder adequações na sua composição e funcionamento mediante Decreto.

Art. 113 - As entidades da administração indireta vinculam-se às Secretarias de Estado conforme se indica:

I. À Governadoria:

a) Companhia Paranaense de Energia - COPEL

II. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral:

a) Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - Fundação Edison Vieira.

III. à Secretaria de Estado da Administração:

a) Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR

b) Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE

c) Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE

IV - à Secretaria de Estado da Fazenda:

a) Banco do Estado do Paraná S/A - BANEASTADO

V. à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento:

a) Centrais de Abastecimento do Paraná S/A - CEASA/PR

b) Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE DO PARANÁ

c) Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA

d) Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR

e) Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR

f) Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR

g) Instituto de Terras, Cartografias e Florestas do Estado do Paraná - ITCF

VI. à Secretaria de Estado da Cultura:

a) Fundação Teatro Guaíra

VII. à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente:

a) Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR

b) Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

c) Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM

d) Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente SUREHMA

e) Fundação de Assistência aos Municí-

prios do Estado do Paraná - FAMEPAR

VIII. à Secretaria de Estado da Educação:

- a) Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR
- b) Fundação Universidade Estadual de Londrina
- c) Fundação Universidade Estadual de Maringá
- d) Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa
- e) Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
- f) Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro
- g) Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho
- h) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Cornélio Procopio
- i) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava
- j) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho
- l) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá
- m) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória

IX. à Secretária de Estado da Indústria e do Comércio:

- a) Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP
- b) Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR
- c) Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR
- d) Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR
- e) Junta Comercial do Paraná
- f) Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR

X. à Secretaria de Estado da Saúde:

- a) Fundação Caetano Munhoz da Rocha

XI. à Secretaria de Estado da Segurança Pública:

- a) Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN

XII. à Secretaria de Estado dos Transportes:

- a) Administração dos Portos de Paranguá e Antonina - APPA
- b) Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

§ 1.º - A representação do Estado do Paraná no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e a no Centro do Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR atuam sob a coordenação da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.

§ 2.º - O Governador do Estado poderá, através de Decreto, proceder o remanejamento das entidades da administração indireta.

Art.114 - Constituem órgãos de regime

especial, nos termos do inciso III do art.6.º desta Lei:

a) a Biblioteca Pública do Paraná, subordinada à Secretaria de Estado da Cultura;

b) o Colégio Estadual do Paraná, subordinado à Secretaria de Estado da Educação;

c) a Coordenação da Receita do Estado - CRE e o Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, subordinados à Secretaria de Estado da Fazenda;

d) a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, subordinada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente;

e) os Departamentos Estaduais de Arquivo e Microfilmagem - DAMI, de Administração do Material - DEAM, de Transporte Oficial - DETO, subordinados à Secretaria de Estado da Administração.

Art.115 - Ficam criadas as seguintes entidades na administração indireta do Estado:

I - Departamento Estadual de Construção, Obras e Manutenção - DECOM, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Administração, com as finalidades e atribuições definidas no respectivo regulamento, assumindo o patrimônio e a receita da extinta Empresa de Obras Públicas do Paraná;

II - Fundação de Esportes do Paraná, com finalidades e objetivos voltados à assistência ao esporte amador, vinculada ao Secretário de Estado que atue nessa área, em conformidade com os respectivos estatutos aprovados por decreto do Chefe do Poder Executivo.

III - Fundação Rádio e Televisão do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social, com as finalidades e objetivos definidos nos respectivos estatutos aprovados por decreto, assumindo a receita da extinta Paraná Radiofusão - S.A., e a parcela patrimonial que couber ao Estado, pela condição de acionista majoritário;

IV - Fundação de Ação Social do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, com finalidades e objetivos definidos nos respectivos estatutos, aprovados por decreto, assumindo a receita e o patrimônio dos extintos Instituto de Assistência ao Menor e Fundação de Promoção Social do Paraná - PROMOPAR, inclusive as participações financeiras atribuídas por lei aos referidos órgãos extintos.

Parágrafo Único - Para a entidade criada pelo item I, deste artigo, ficam criados 1 cargo em comissão de Diretor Geral, símbolo DAS-1, 1 cargo em comissão de Diretor Administrativo, DAS-3 e 1 cargo em comissão de Diretor Técnico, DAS-3; e

aquelas criadas pelos itens II a IV, contarão com um Diretor Presidente e dois Diretores, com remuneração fixada por ato do Governador, obedecidos os parâmetros adotados para funções análogas.

Art.116 - Fica a cargo da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral a responsabilidade de planejar, programar, executar e controlar, de forma ininterrupta, a implantação dos dispositivos desta Lei.

Art.117 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n. 6.636, de 29 de novembro de 1974, mantidos os cargos nela criados e revogadas as demais disposições em contrário.

Álvaro Dias

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ PEDRO DA SILVA, agricultor, ocorrido no dia 25 de março último, pois tratava-se de pessoa muito conhecida no município, que gozava de grande popularidade junto ao povo de Francisco Alves.

Outrossim, solicito seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.04.87.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar, a fim de que seja registrado nos Anais desta Casa, pelo falecimento do Sr. PEDRO ANATER FILHO, ocorrido no dia 26 de março de 1987, na cidade de Salgado Filho.

O desaparecimento acontecido aos 65 anos de idade, deixou consternada a cidade de Salgado Filho e toda a região, pois o Sr. Pedro Anater Filho foi praticamente um dos fundadores daquela cidade, onde possuía notada influência, tendo sido candidato a prefeito nas últimas eleições.

Deixa viúva a Sra. Olívia Anater e os seguintes filhos: Pedro Anater, Juarez Carlos, Neiton José, Eneidir Paulo, Jucelino Francisco, Mauro Antônio, Carmem Terezinha e dezenove netos.

Requer ainda, que da decisão desta Assembleia Legislativa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.04.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem LUIZ FERNANDO MARTINI, ocorrido em 17 de março do corrente, em Campo Largo.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seu irmão, Sr. Altair Martini, residente na Rua Gonçalves Dias, 1503, Campo Largo - PR.

Sala das Sessões, em 01.04.87.

(a) ACYR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa da Assembleia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações pela investidura na Secretaria de Segurança Pública, do Dr. Antônio Lopes de Noronha; no Comando da Polícia Militar do Estado, do Cel. Rubens Hatiback; no Comando do Corpo de Bombeiros do Paraná, do Cel. Miguel Arcanjo Capriotti e, na Polícia Civil do Paraná, como Delegado Geral, o Dr. Renato Ortolane de Souza.

Sala das Sessões, em 01.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

A importância do setor de segurança do Estado e a grande responsabilidade que ora é colocada nos ombros destes ilustres homens públicos, justificam os votos de congratulações que espelham o nosso desejo de uma gestão realizadora e justa a todos a quem este é dirigido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER a consagração nos Anais desta Casa, de um voto de regozijo pela passagem do 87.º aniversário de fundação do Município de Jacarezinho.

Pede, ainda o envio de expediente aos Srs. Vereadores José Geraldo Machado, Odorval Spiacchi, Antônio Felício, Câmara Municipal de Jacarezinho, Rua Cel. Batista, 335.

Sala das Sessões, em 01.04.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Jacarezinho comemora hoje as festividades do 87.º aniversário de fundação deste Município. Nada mais justo do que homenagear a população de Jacarezinho, que pelo seu pioneirismo e capacidade de trabalho, transformou aquele município em pólo econômico, social e universitário do Norte Pioneiro e que, de maneira pujante, vem contribuindo para o

fortalecimento econômico do Estado do Paraná, e arrecadando divisas para o País com sua expressiva produção agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de votos de congratulações e manifestações de regozijo, expressos à pessoa do Professor Cláudio Paczkowski, Diretor do Colégio Regente Feijó, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, de Ponta Grossa, extensivos aos demais membros do Corpo Docente, pela magna data que assinala a 1.º de abril em curso, as comemorações alusivas aos sessenta anos de fundação daquele conceituado estabelecimento de ensino e, em particular, pelo seu significado histórico e representativo no contexto educacional do Paraná.

Desta decisão requer, ainda, seja dada ciência àquela Direção. Endereço: Praça Barão do Rio Branco, Prédio n. 194, Ponta Grossa, Pr.

Sala das Sessões, em 01.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Diante do importante evento que marca os sessenta anos de fundação do Colégio Regente Feijó, não poderíamos deixar de registrar dados de sua história, que por si, traduzem, também, grande parte da história do ensino paranaense.

Contando hoje com um número aproximado de 2.600 alunos, em três turnos, com cursos de primeiro grau, de quinta à oitava séries e, de segundo grau, com os cursos de Secretariado e Propedêutico, o Colégio Regente Feijó inicia sua história em 1927, quando, em conformidade com o Parecer n. 11, de 21 de fevereiro de 1927, da Comissão de Ensino Secundário, publicado no Diário Oficial da República, do dia 05 de março de 1927, sob n. 5052, recebeu a nomeação de "Ginásio Regente Feijó".

Por determinação governamental, foi então, locado o primeiro prédio, situado à Rua Dr. Colares, esquina com a Rua Augusto Ribas, onde iniciou suas atividades, contando em 1927, com setenta e dois candidatos.

Em 1932, foi equiparado como estabelecimento de Ensino Secundário. Em 1937, pela Lei n. 122, de 14 de janeiro de 1937, o Governo do Estado instituiu nos ginásios oficiais do Paraná, o Curso Complementar, obrigatório para os candidatos aos cursos superiores. Nesse mesmo ano, e em função do nível de ensino que já possuía, o Ginásio pôde contar com esse curso, em três classes, ou seja: pré-Jurídico, pré-Medicina, Farmácia e Odontologia, e a terceira classe, pré-Engenharia.

Em 1939, contava o Ginásio Regente Feijó com oitocentos alunos matriculados, e em função dessa demanda, seu espaço físico passou a ser insuficiente, mudando-se então sua sede para a Rua do Rosário, na Praça Barão do Rio Branco, prédio n. 194, onde funciona até hoje.

Finalmente, em 10 de junho de 1942, na conformidade com o Decreto-Lei Federal n. 4244, de 09 de abril de 1942, art. 2.º, § 2.º, foi-lhe atribuída a denominação de "Colégio Regente Feijó, Ensino de Primeiro e Segundo Graus".

Diante de tais fatos e pela magnitude da data, sentimo-nos todos, pontagrossenses, orgulhosos por, de uma forma ou de outra, participar e nos regozijar com esse feliz acontecimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei n. 29/87, de autoria do signatário, em virtude da vigência da Lei n. 8414, publicada no Diário Oficial de 24.10.86, (n. 2.410), declarando de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Proteção à Criança com Neoplasia.

Sala das Sessões, em 01.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, para que sejam tomadas as providências que se fizerem necessárias ao atendimento da solicitação do Município de Francisco Alves, a seguir:

- construção de três (03) salas de aula, anexas ao Colégio Estadual Vicente Tomazini, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, do Município de Francisco Alves, Paraná.

Sala das Sessões, em 01.04.87.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, denunciando a desesperadora situação enfrentada pelos agricultores de Querência do Norte, causada especialmente pelo aumento das taxas de juros.

Requer ainda, providências no sentido de que seja criada uma linha especial de crédito, baseada no juro agrícola, para livrar do caos os agricultores e suas famílias, associados à ADECOM - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Querência do Norte.

Sala das Sessões, em 01.04.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

Os agricultores de Querência do Norte, acreditando na força conjunta da comunidade, uniram-se na tentativa de solucionar os problemas que os afligiam.

Elaboraram projetos e conseguiram implantar alguns, como o arrendamento da área que permitiu assentar aproximadamente cem famílias de bóias-frias, fornecendo-lhes também condições de trabalhar a terra, e ensinando-lhes novas técnicas e a trabalhar em comunidade.

Outro projeto que obteve excelentes resultados, foi o do aproveitamento de várzeas, onde a comunidade reunida construiu represa e sistema de irrigação, através de aquedutos, tornando férteis terras anteriormente improdutivas.

Os projetos implantados, evidentemente, dependem de manutenção para seu total sucesso, e, numa fase posterior, previam o assentamento definitivo das novas famílias agricultoras, ex-bóias-frias. A exigência de investimentos obrigou os agricultores envolvidos nos projetos, a buscar recursos, tanto no Banco Oficial do Estado, quanto em bancos particulares, além dos recursos buscados junto ao Banco do Brasil.

Confiantes no Plano Cruzado e na política agrícola do Governo, os agricultores acreditaram que alcançariam sucesso, convertendo potencialidades ociosas em termos de mão-de-obra, terra, água, em forças atuantes.

Foi, pois, grande e infeliz a surpresa que tiveram com a série de golpes que vieram a ser-lhes desfechados, como o salto dos juros de 3,5% ao mês para 27%; a safra com preço defasado; retirada do subsídio da energia elétrica para fins de irrigação, dentre outros.

Os problemas mais urgentes são entretanto as dívidas contraídas, pois sendo a grande maioria de agricultores arrendatários das terras, não podem vendê-las.

Urge que achemos uma solução para que o fortalecimento econômico e social daqueles pequenos agricultores não venha a sofrer um irreversível colapso.

Temos confiança que Sua Excelência saberá lutar por estes seus governados, vítimas de uma política agrícola e econômica, incompatíveis com a realidade brasileira.

A reivindicação, que endossamos, é que

Sua Excelência interceda junto ao Banco Oficial do Estado, no sentido de que os agricultores tenham uma dilatação nos prazos de pagamento de suas dívidas, e a criação ou concessão de linha de crédito especial, com base no juro agrícola, àqueles que obtiveram empréstimos de entidades privadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando ligação asfáltica entre o Distrito de Alto Palmital e o Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões em 01.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O trecho compreendido pela ligação asfáltica em referência, compreende uma extensão de doze quilômetros, e trará acesso facilitado no escoamento da produção agrícola e no transporte de passageiros daquela região. O Distrito de Alto Palmital é um dos mais progressistas do Estado e merece o atendimento desta justa reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido este douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, DD. Governador do Estado do Paraná, para que, juntamente com o Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Engenheiro Heinz Georg Herwig, possa estudar a viabilidade de asfaltamento da estrada de leito natural que interliga os Municípios de Santa Fé a Astorga, passando pelos Distritos de Fernão Dias (Munhoz de Mello) e Santa Zélia (Astorga), pois ambos os municípios integram uma região de alta produtividade agrícola em consonância com os Municípios de Guaraçu, Nossa Senhora das Graças e Flórida.

Por outro lado, além de favorecer esta larga região produtora, paralelamente beneficiaria a COCAFÉ - Cooperativa Central dos Cafeicultores, instalada na cidade de Astorga, que congrega um vasto número de associados em seu meio e como também a usina de processamento de álcool situada neste mesmo município, no Distrito de Santa Zélia.

Sala das Sessões em 01.04.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos quanto a viabilidade de autorizar o Engenheiro Chefe do Quinto Distrito Rodoviário, a executar obras de revestimento primário, com máquinas da Patrulha Rodoviária do Paraná, no trecho de estrada da sede do Município de Cantagalo, passando pela localidade de Rio Divisa, Campo Alto, Rio Juquiá, onde é necessária a construção de uma ponte, daí pela Indústria de Madeira M.L. Vieira Ltda., até ligar a localidade de Tunas e PR-364, no Distrito de Goioxim, a aproximadamente 30 km.

Sala das Sessões em 01.04.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato da necessidade premente de oferecer melhores condições de tráfego para o escoamento das safras agrícolas e pecuárias, matérias primas para as indústrias e também para a liberação de uma linha de ônibus para essas localidades, o que facilitará sobremaneira o transporte coletivo dos moradores da região, bem como de alunos e professores das cinco escolas existentes nas proximidades.

Dado o exposto, oferecemos à elevada apreciação de nossos Pares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Em julho de 1985, foi sancionada pelo Poder Executivo a Lei n. 8119, de 01 de julho de 1985, que dispõe sobre a contratação de artistas profissionais nas feiras, congressos, convenções e demais eventos patrocinados pelo Governo do Estado.

A referida lei, que torna obrigatória e com prioridade a contratação de percentual mínimo de 60% de profissionais filiados nos Conselhos Regionais, Sindicatos ou Associações de Classe com sede em nosso Estado, valorizando, portanto, o artista de nossa terra, do Paraná, não foi até agora devidamente regulamentada pelo Poder Executivo.

É de nosso conhecimento que muitos eventos que ocorrem no Paraná, no momento, não contam com a participação de artistas locais, embora ontem com o apoio do Poder Público.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, solicitando do mesmo providências para baixar decreto que regulamente a referida Lei n. 8119. Tal medida

vai ao encontro do anseio de nossa gente, de reconhecimento dos valores de nossa terra e, temos certeza, vai de encontro aos compromissos assumidos pelo atual governo.

Sala das Sessões, em 01.04.87.

(a) NILTON BARBOSA.

O SR. 1.º SECRETÁRIO- (Lê expediente).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mensagem que acaba de ser lida, será publicada em avulso aos Senhores Deputados.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Bárbara, primeiro orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO BÁRBARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Desde a nossa posse como representante do povo paranaense nesta Casa, temos tido oportunidade de ouvir os mais variados pronunciamentos da maioria dos ilustres senhores Deputados, preocupados com a situação difícil das classes menos favorecidas da Nação brasileira e, em especial, do Estado do Paraná.

É justo que se defenda o trabalhador deste Estado, seja ele rural ou urbano, que se defenda também o pequeno produtor, seja ele agrícola ou mini-empresário. Todos merecem de nossa parte não somente o nosso apoio, mas também a nossa solidariedade pelo momento difícil que ora atravessamos.

Mas, Senhores Deputados, no Brasil de hoje dificuldades não são privilégios de uma classe, ou de um determinado momento da sociedade, mas de todos. O próprio Governador Álvaro Dias, usando do horário nobre da televisão, mostrou a todo o Paraná a situação em que se encontra o nosso Estado, que não chega a ser caótica como em outras regiões deste País, mas não deixa também de ser preocupante.

E assim como os trabalhadores, pequenos produtores, sejam eles da agricultura, indústria e comércio, a classe empresarial como não poderia deixar de ser, está passando por um período de asfixia econômica, concordatas, falências, insolvências, que são fantasmas constantes na vida do empresariado nacional. O Plano Cruzado I, elaborado pela equipe econômica do Governo, criou no meio empresarial otimismo, criou novas perspectivas, houve confiança, novos investimentos, o empresário acreditou no Governo. Nesta euforia contratou mão-de-obra, ampliou seus serviços, enfim ocasionou uma demanda no mercado como nunca havia acontecido nos últimos anos. Mas com a mesma velocidade de crescimento que ocasionou esta demanda, estamos vivendo hoje uma inversão, pois já não se vende mais;

da inflação zero apregoada pelos ministros da área econômica, passamos a viver a era dos juros astronômicos de 20%, 30% ou mais, ao mês.

O enfraquecimento da classe empresarial, com a diminuição da produção, com as falências, concordatas, gera desemprego, tensão social, desestabiliza econômica e politicamente a Nação.

Por tudo isso, Senhores Deputados, a classe política do Paraná não pode ficar omissa diante das dificuldades pela classe empresarial do nosso Estado, principalmente esta Casa de Leis, verdadeira caixa de ressonância dos problemas do nosso Estado. Assim sendo, quero sugerir às Comissões Técnicas que promovam debates com empresários e trabalhadores de todos os setores da economia paranaense, se preciso for vamos em Comissão à Brasília no sentido de sensibilizar aqueles que nos governam.

A Nação brasileira tomou conta do povo. Os movimentos populares, as greves, as passeatas, que antes só aconteciam nos grandes centros, são uma constante em todas as cidades brasileiras, mesmo aquelas situadas no mais longínquo ponto do território nacional.

Mas, Senhores Deputados, tudo isto parece não incomodar nossos Governantes Federais, basta assistir as campanhas publicitárias e veremos realmente que eles não estão preocupados com a situação do nosso empresário".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Pirajá Ferreira.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Senhor Presidente, Senhor Secretário e demais Parlamentares. (Lê).

"Chego a esta Casa, como representante de 52.812 paranaenses que confiaram em nossa mensagem e nos delegaram seu voto para exercer o mandato de Deputado Estadual nesta 11.ª Legislatura da Assembléia do meu Estado.

Antes de mais nada, utilizo-me desta tribuna para sincera e publicamente agradecer a estes paranaenses que depositaram em mim seu voto de confiança garantindo-lhes que colocarei no exercício de minhas funções, todo empenho e dedicação, a exemplo do que fiz no exercício da profissão de radialista, da qual muito me orgulho, assim como, no exercício das funções de Assessor de Imprensa da Prefeitura Municipal de Piraquara.

Venho com a humildade dos que desejam antes contribuir do que se beneficiar; antes servir do que ser servido; antes construir do que usufruir venho consciente de

que tenho um dever a cumprir; o dever de servir com fidelidade ao meu programa de ação e dedicação ao povo paranaense, pois, tenho a convicção de que a política é, acima de tudo, a arte de negociar a eliminação de conflitos, tendo sempre em mente a satisfação dos interesses fundados na real democracia.

E venho a esta Casa, primeiro para observar e aprender, pois tenho mais a aprender do que ensinar com os grandes nomes que nesta Casa ilustram a democracia, as técnicas da feitura de leis; as regras do regimento, as mecânicas do serviço público, os quais, no seu conjunto, constituem uma verdadeira ciência, digna da maior observância.

O Parlamento é a alma da democracia, pois constitui-se na tribuna das aspirações populares. O Parlamentar nada mais é do que um porta-voz destas aspirações. É o instrumento através do qual será atingido, de forma organizada, o bem comum em detrimento do interesse individual, do interesse de uma classe ou de grupos de pessoas.

De acordo com esta linha de pensamento, e conhecendo as necessidades urgentes do nosso povo, minha atividade parlamentar dará prioridade à saúde, trabalho (com divisão justa) educação (sem distinções ou preconceitos), segurança, moradia, salário compatível com o custo de vida e realidade social, sem discriminações de qualquer espécie ou privilégios sócio-econômicos.

Destaco também a preocupação em concretizar, através de lei, uma melhoria das condições dos aposentados e pensionistas no sentido de que sejam condignamente recompensados por uma vida inteira de dedicação e trabalho em prol do desenvolvimento do nosso País.

Por outro lado, saliento a necessidade de revitalização das técnicas legislativas, a fim de adaptarmos os procedimentos internos desta Casa de Leis à vontade proporcional do povo e ao regime de pluripartidarismo.

Eleito que fui por Curitiba e Região Metropolitana, pretendo, dentro dos limites do possível, torná-la mais humana e funcional, lutando pela criação de Postos de Saúde, pela instalação de Módulos Policiais que propiciem maior segurança à população, criação de uma infra-estrutura urbana que possa acolher o enorme contingente humano que anualmente migra do campo para a cidade, e tudo mais que possa servir ao bem comum.

Aproveito também, a oportunidade para saudar ao Ilustre Governador Álvaro Dias, desejando-lhe e confiando num governo de ação e dinamismo que coloque o nosso Estado na posição de destaque que merece e esperando que propicie à nossa população melhores condições de vida.

Para finalizar destaco que venho a esta tribuna com uma vontade inquebrantável de operar em nome e no benefício do povo, pronto a respeitar o direito do adversário que não vejo como inimigo político, sobretudo, venho fiel ao mandato que me foi outorgado, e do qual procurarei não me afastar, sejam quais forem as pressões, vantagens imediatas ou pessoais, porque, como Abraham Lincoln, entendo que "Democracia é o governo do Povo, pelo povo e para o Povo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, se fará uso da palavra. (Pausa).

Ausente. Consulto, igualmente o Deputado Artagão Mattos Leão. (Declina).

Havendo declinado, consulto o Deputado João Arruda.

Com a palavra o Senhor Deputado João Arruda, inscrito.

O SR. JOÃO ARRUDA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"Novos aumentos de preços marcam este início de abril.

Pão, leite, passagens de ônibus interestaduais e telefones são algumas das muitas majorações que, a partir de hoje, estarão atormentando mais a vida do brasileiro.

É evidente que, num contexto onde tudo sobe, não haveria como impedir que aumentassem os preços de alguns produtos ou serviços, ainda que considerados essenciais.

É o caso específico do pão e do leite. Há muito que os responsáveis por esses produtos vêm lutando com dificuldades e enfrentando crise. Há muito que o desalento tomou conta desses setores de produção, como de resto vai ganhando corpo em todos os demais.

No entanto, uma coisa é igualmente certa. Se, de um lado, o produtor precisa de preço condizente, de outro, o consumidor, cada vez mais bloqueado em seu poder aquisitivo, fica sem poder comprar.

Aí estão os exemplos da carne e dos veículos. Se antes, havia escassez, filas e ágio, agora o que se observa é a normalização da oferta, com a fuga dos consumidores ou compradores.

Nesse passo, não será surpresa se, mais dia menos dia, ao invés de filas para se comprar leite, tivermos o produto sobrando ou até sendo lançado aos porcos, por falta de quem possa se dar ao luxo de consumi-lo.

Leite e pão são produtos essenciais. O leite, principalmente, é quase insubstituível. Quando se trata de crianças, no entanto, o consumo nas camadas mais pobres

da população já é quase nulo. E menor se tornará daqui para a frente, pois dificilmente um trabalhador terá condições de pagar oito cruzados e cinquenta centavos por um litro de leite reconstituído, com baixíssimo teor de gordura.

Assim, tais aumentos são motivos de grande preocupação. Com certeza, com eles a vida dos trabalhadores, dos assalariados, vai se tornar ainda mais difícil.

Não colocamos em dúvida a necessidade de tais majorações, para os que produzem. Mas, entendemos também o drama daqueles que, vivendo de salários, não têm como fazer frente a tantos aumentos.

No fundo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, tudo isso revela o caos a que chegamos, com uma política econômica marcada pelo desacerto e pela falta de horizontes. Tudo isso retrata a incompetência dos responsáveis pela economia nacional, incompetência que está levando o País ao abismo da inflação desenfreada, e o povo à miséria e ao desespero".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto o Deputado José Alves, inscrito, se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Imprensa, Senhores Visitantes, nossa boa tarde.

Hoje, apesar de ser primeiro de abril, dia que a população conhece como o "Dia da Mentira", a verdade é que hoje, logo de manhã, já soubemos que subiu o pão de cada dia e que teve alta o leite. O leite Senhores Deputados, que é o alimento das crianças do nosso País, cujos pais, infelizmente ganham salário-mínimo. Desta forma, com o aumento do leite, para Cz\$ 8,50, a maior parte das nossas crianças jamais beberá este precioso líquido que lhes mataria a sede e a fome.

Em Maringá, tenho um programa de rádio de estilo popular, e quando estou lá, nos finais de semana, atendo a mais de vinte mães de família que vem pedir socorro, pedir dinheiro para comprar leite para os filhos. Aí, fico a pensar: como é que vai ficar a situação das crianças carentes, das crianças brasileiras, daqui para frente?

Notamos que a criança brasileira já é doente. Quantas vezes, em meu programa de rádio, assim como no programa do Deputado Algaci Túlio e do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, chega uma senhora grávida. A gente olha na face daquela mãe e vê que ela não tem sangue no rosto, é uma mãe desnutrida, doente, passa fome. Como nascerá esta criança? Já nasce doente, fraca,

sem nutrição. Na primeira febre já morre. Todos sabemos que o número de mortes infantis, com menos de um ano, é grande neste País, é enorme. Pois a criança ao nascer já está fraca, doente, porque o marido ganha salário mínimo, não comem carne, não se alimentam bem. A mãe já é doente, o filho já nasce morrendo. Qualquer dor de barriga, qualquer febre, o coitado já morre..E quando se salva, não morrendo no primeiro ano de vida, cresce fraco, amarelinho, com as pernas finas, pescoço do, com cinco, seis anos, já não tem mais dentes, cresce como um homem fraco, anêmico, doente. Com trinta, trinta e cinco anos, já está velho.

Esta é a situação deste País...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Comunico a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. JOSÉ ALVES - SÓ para concluir.

A situação do País é esta, a criança já cresce doente e a situação está cada vez pior, porque o leite, sobe, a criança não come e morre de fome num País onde o salário mínimo sobe 20% e a mercadoria sobe 100%.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Senhor Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"A primeira e a mais importante lição é a superioridade das massas sobre as elites que pretenderam tutelá-las. O povo, sempre que teve opção e informação, recusou os apelos à insurreição revolucionária e rejeitou a mentira oficial. O reconhecimento da primazia do povo é o ponto de partida do programa." (Coleção ALBERTO PASQUALINI, Vol. XXVI, pág. 19, Fundamentos do Programa do PMDB).

Ocupo, hoje, a tribuna do povo do Paraná para cumprir a desagradável missão de registrar o desconforto e a decepção que os paranaenses, como todos os brasileiros, sem distinção de ocupação econômica, vêm sentindo diante da indefinição dos rumos econômicos que estamos trilhando.

É decepcionante, para todos nós, que existindo, em todas as esferas do Poder, órgãos especificamente destinados ao planejamento, que não haja um esforço mais sério, resoluto e decidido, da coordenação e viabilização de uma política econômica, de tal forma que resulte algo definido, claro e compreensível à nossa gente, do que queremos, como alcançaremos, e quais

os caminhos a percorrer, em uma cronologia, ao menos, de médio e curto prazos.

Encareço, nesta hora, que o Governo mostre o que quer, que mostre o que sabe que pode, e que nos diga o que vai fazer, o quanto antes.

Esta, ao meu ver, é a forma de mostrar respeito ao povo, de caminhar ao seu lado, de merecer-lhe a confiança. Dar-lhe a conhecer, sem os véus do oficialismo, qual a realidade a ser enfrentada, ou ele continuará perambulando como um Quixote moderno, em divagações multifacetadas de pessimismo, preconizando o caos; vagando por caminhos sem luz e sem esperanças.

Em sendo verdade as intenções do Programa do PMDB, por que não sustentá-las na prática? Ou o PMDB e o seu Governo ousariam ainda afirmar que o povo que o fez vitorioso de ponta a ponta no Brasil, está feliz com os homens e a inércia do seu Partido?

A recente história deste País, é pró-diga de grandes intenções e malogros monumentais. Lamento que o PMDB não tenha aprendido as lições, e tenhamos assim, de amargar, ainda mais, o descrédito fundado que a nação tem pela política e pelos políticos.

Recuperar a fé do povo é uma meta que se impõe a todos, independente do sectarismo partidário. Mas, de minha parte, somente serei aliado do PMDB quando o respeito à vontade das maiorias extrapolar a literatura do seu programa de ação e revestir-se de sinceridade, pois aí, eu também terei certeza de que todos estamos construindo uma sociedade mais humana e mais feliz".

Faço estas afirmações no momento em que o povo brasileiro está diante de uma das maiores crises de nossa História.

Nós temos, hoje, uma política econômica que está escravizando o povo brasileiro. Nós temos uma política agrícola que nos faz até lembrar do Governo da Velha República, e, para completar este quadro todo, ontem as televisões mostraram ao povo brasileiro cenas estupefacentes, quando a política do PMDB, do Governador José Aparecido, de cassetete na mão, agrediu líderes do movimento bancário, e também Deputados eleitos pelo povo, como seus representantes na Constituinte!

Infelizmente o tempo não nos permite continuar.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Algaci Túlio, dentro do Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

"Esse processo não tramitou pela comissão de Finanças e teve muitas irregularidades". Quero chamar a atenção dos Senhores Parlamentares do PMDB para o fato de que estas palavras não são minhas, estas palavras são de Sua Excelência o Senhor Governador Álvaro Dias. Em meu programa de rádio, hoje pela manhã, na Rádio Independência, quando a minha reportagem foi até o Palácio, para saber a respeito do resultado da reunião do Senhor Governador com líderes bancários, foi feita a pergunta ao Governador a respeito do seu veto em relação à dívida da CIC. Sua Excelência disse exatamente estas palavras: - "Esse processo não tramitou pela Comissão de Finanças e parece que tem muitas irregularidades". E, esta frase dita pelo Governador, vem embasar o nosso posicionamento nesta Casa, quando da discussão do Projeto, quando pedimos a retirada deste Projeto de pauta, para ser examinado pela Comissão de Finanças. Alertamos a esta Casa que as irregularidades da tramitação poderiam prejudicar o projeto, poderiam levar o Senhor Governador vetar aquele projeto. E não deu outra, Senhores Deputados. Esta Casa, pela pressa de querer aprovar uma Mensagem Governamental, para querer se mostrar solícita para com o Governador, passou um atestado de incompetência ao aprovar aquela Lei, num momento de completo equívoco, quando aqui desta Tribuna levantamos informações, pedimos esclarecimentos, encarecemos até aos demais Parlamentares que seria de bom senso que se retirasse este Projeto de tramitação, para que passasse pelas Comissões, pela Comissão de Finanças, para que voltasse para a Comissão de Constituição e Justiça, mas, lamentavelmente não fomos ouvidos naquela ocasião! E hoje, Sua Excelência o Governador veta este projeto, que volta à esta Casa, para que todos nós agora coloquemos uma outra assinatura neste projeto, desdizendo tudo aquilo que foi dito. Aprovamos agora ou não aprovamos mais, porque o Governador não quer. E desta tribuna, os Senhores Parlamentares, os Anais desta Casa são testemunhas do alerta que eu, e principalmente o Deputado Rafael Greca fizemos em relação ao Projeto da CIC.

Dizíamos, e repito mais uma vez, que éramos favoráveis a que o Estado assumisse a dívida, porque esta dívida é uma dívida realmente do Estado e nós iremos comprovar isso quando vier para este Plenário o veto de Sua Excelência.

E votávamos favoravelmente pelo interesse por nossa cidade, mas alertávamos de que seria melhor retirar de discussão o projeto porque carecia de mais fundamento. E eu dizia - aí estão as notas taquigráficas do meu pronunciamento para comprová-lo que o projeto carecia de mais elementos,

de mais dados e até mesmo alguns parlamentares do próprio PMDB me apoiavam nas minhas ponderações. Mas, lamentavelmente a Casa aprovou o projeto.

E agora, vamos ter que aceitar o veto do governador. Quer dizer, pelo menos o Líder do PMDB nesta Casa, Deputado Caíto Quintana, fala aqui numa reportagem que está no Jornal "Correio de Notícias", que o veto voltará ao Plenário e que os Deputados irão evidentemente votar favoravelmente ao veto. Ora, eu não deleguei ao Líder do PMDB autorização para falar em meu nome aqui nesta Casa. Ele não sabe o meu posicionamento, ele não sabe se eu vou votar favorável ao veto. Eu vou talvez tentar convencer os amigos parlamentares de que é importante nós derrubarmos este veto. Eu sei, claro, que falar o que falo, é chover no molhado.

Mas não autorizo o Líder do PMDB a ir à imprensa e dizer que a Assembléia Legislativa vai votar favorável ao veto de Sua Excelência.

Muito obrigado, Senhor Presidente.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Consulto o Deputado Valderi Mendes Vilela se fará uso do seu horário. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, inscrito, por trinta minutos.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados e demais integrantes desta Casa. (Lê):

Há pouco mais de dois anos passados, dentro da militância de advogado de cidade do interior em nossa querida Bandeirantes e também como militante da política local, nós somávamos a milhares de brasileiros que ansiosamente esperavam pela chegada da Nova República.

Como milhares de brasileiros estávamos cansados do longo inverno democrático, de 20 anos, onde anseios de liberdade foram sufocados, onde as lideranças foram apagadas, onde a justiça debilitou-se.

Como o povo brasileiro no seu todo, queríamos mudanças e, também como todos, aceitávamos o líder que se impunha, Tancredo Neves, que vinha de uma longa vida de dignidade e sobriedade política.

Saíamos então para uma campanha que colocou a população do país nas ruas. A campanha das "Diretas Já", que tornava famoso um jovem Deputado, Dante de Oliveira. As multidões nas ruas eram a prova de que o povo queria e exigia mudanças.

Os vinte anos do governo da Revolução tinham sido desastrosos e tinham empurrado o País para o caos econômico e social. Faltou-lhe a responsabilidade, organiza-

ção, planejamento e, acima de tudo, pensava-se, então, faltava respeito ao homem e amor à Pátria.

Mas, a Nova República chegava e com ela tudo iria mudar. Novos tempos para o Brasil, era o que anunciava o grande Partido que tinha comandado a oposição do País e que naquele momento via coroado de êxito sua luta: o PMDB.

As esperanças eram grandes e de muitos. Nós estávamos entre esses, embora fôssemos mais comedidos na nossa expectativa de mudanças. Sabíamos que o civil que ocuparia o poder não tinha nenhuma fórmula mágica que iria salvar o Brasil de um dia para outro. O Dr. Tancredo Neves não conseguiria, sem sacrifícios, colocar um paradeiro nas injustiças sociais, nas mordomias que grassavam nos órgãos públicos. Não seria também um super-homem para melhorar, de um dia para o outro, as condições de vida do povo brasileiro.

Nós sabíamos que as crônicas moléstias sociais eram de difícil tratamento. Que a corrupção que grassava solta só seria reprimida com grande luta e muita força. Mas continuávamos acreditando, afinal, o PMDB preparou-se por longo tempo para as mudanças. Teria forças, coragem, capacidade e responsabilidade para fazê-las. Iria fazer o que prometera por tanto tempo: enterrar a Velha República e fortalecer a Nova.

Os lances verdadeiramente teatrais, ocorridos com o advento da Nova República, são conhecidos de todos: da morte de Tancredo Neves à ascensão triunfal de José Sarney à Presidência da República, as cenas vividas foram muito rápidas para que pudéssemos sentir toda sua amplitude e analisar as possíveis conseqüências para o País.

Mas o povo estava com tanta esperança de que a Nova República iria mudar tudo, que traria melhores dias ao povo desta terra, que aceitou tudo tranqüilamente. O parecer do eminente e incansável Afonso Arinos, foi o suficiente para que o mundo jurídico brasileiro desse por válido o mandato de José Sarney e o seu direito de substituto de Tancredo Neves que sequer chegara a assumir.

Mas, Senhores Deputados, a Nova República chegou.

E lá se vão mais de dois anos de vida deste fato que se chama de Nova República.

E dois anos, ou pouco mais, já é tempo suficiente para que se analise, para que se questione a Nova República.

É tempo mais que suficiente para que se faça um cotejo entre a Nova e a Velha República.

Mas, ainda havia uma esperança para a Nova República:

O PLANO CRUZADO I

Lembro-me já triste da euforia do povo brasileiro, e das expressões mais usadas dizendo que finalmente o Brasil possuía um verdadeiro governo.

Lembro-me com tristeza que a economista Maria Conceição Tavares foi à televisão e chorou quando se anunciava o Plano Cruzado I.

Senti arrepios. Perguntava a mim mesmo, porque outros Governos não haviam tomado posição idêntica para salvar o Brasil.

Mas, tudo não passou de fantasia; foram apenas três meses e o povo já voltou a sofrer, pois já eram anunciados o empréstimo compulsório sobre veículos, combustíveis, viagens.

Aumentou-se o imposto de renda.

Aumentou-se o imposto sobre as operações bancárias.

Aumento dos impostos do IPI, etc.

Os juros cresciam diariamente até chegar hoje ao seu mais alto patamar - 1.100% ao ano.

O ágio foi criado no Brasil.

Faltavam alimentos.

A inflação voltava a crescer assustadoramente.

Veio a bancarrota.

Após as eleições, com o Cruzado II, o PMDB e seu Governo destruíram as esperanças do povo e ainda hoje não sabem o caminho a seguir.

Aí está a Nova República.

Para o que propomos, Senhores Deputados, nos valem de uma farta matéria publicada pelo jornal "O Estado de São Paulo", no último 22 de março.

No início da Nova República o governo, com grande estardalhaço anunciou o fim das mordomias dos ministros e altos funcionários. Anunciou o fim do empreguismo. O fim das benesses, dos privilégios políticos. Anunciou o fim da corrupção, de um modo geral e em especial da corrupção eleitoral.

E o povo acreditou. Bateu palmas e deu seu apoio ao Governo pelas medidas moralizadoras pela austeridade administrativa que se prometia. Será que alguma coisa mudou, Senhores Deputados?

Será que as promessas feitas pelos realizadores e conquistadores da Nova República foram cumpridas? O Governo José Sarney conseguiu o passe de mágica que pretendia, para tirar o país do caos econômico?

Senhores Deputados, vejam o que diz o Ministro do Tribunal de Contas da União: "Nós fiscalizamos, nós julgamos as contas, nós denunciemos toda sorte de irregularidade, mas muitas das chamadas mordomias continuaram. Apenas para ilustrar este nosso pronunciamento, vamos repetir algu-

mas das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União, conforme o Secretário de Auditoria, Leopoldino de Oliveira Dias que, com os mil novos técnicos contratados já fez levantamento de quarenta e nove órgãos públicos.

"Continuam existindo ilegalmente gratificações semestrais de produtividade, locação de imóveis para os diretores, participação de lucros, auxílios para alimentação, transporte, restaurante, creche, assistência médico-hospitalar, farmacêutica e odontológica extras, seguro de vida em grupo e bolsas de estudos. Também gratificações e empréstimos de férias, auxílio de transferência, prêmio incentivo, ajuda de manutenção, auxílio moradia e até assistência para compra de óculos, lentes de contato e botas ortopédicas.

Quase não dá para acreditar no que o TCU relaciona. Lembra-se do Banco Meridional, aquele que foi estatizado depois do rombo de bilhões de cruzeiros do Sul-Brasileiro? Pois foi ele denunciado pelo TCU pelas várias e novas irregularidades que vem cometendo, começando pelo pagamento de quinze salários anuais aos seus funcionários, auxílio moradia para seus diretores, e outras tantas.

Pergunta-se: foi levado em consideração o sacrifício dos contribuintes para resgatar este banco?

E as viagens? É concebível que uma empresa precise que seus funcionários realizem mais de 15 mil viagens por ano? Não é fácil aceitar, mas o TCU descobriu que os funcionários que mais viajam no País são os da ELETROSUL, que em nove meses fizeram 13.685 viagens com uma média de 50 por mês.

O Ministério da Reforma Agrária, até hoje não conseguiu reformar nada, mas conseguiu gastar somas fabulosas com hospedagem em hotéis de luxo, gastos que, temos certeza, não foram para hospedar os lavradores que estão dia a dia mais miseráveis e desesperados.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC - envolvido no escândalo da CENTRALSUL, que custou ao País quase meio bilhão de dólares, também continua em atividade com sete carros oficiais de representação.

Os "jatinhos" continuam sendo a mania dos bancos oficiais.

A Caixa Econômica Federal foi flagrada pelo TCU com aluguel de um jatinho para levar seu presidente Marcos Freire, para seus fins de semana em Recife. Para o contrato de 8 milhões e cruzados não houve concorrência pública.

O Banco Central segue a mesma linha, seu jatinho continua sendo usado para levar seus diretores para fins de semana no Rio, ou São Paulo.

Conforme denuncia o Vice-Líder do nosso Partido o PDT na Câmara, "O diretor do Banco Central, Lício Faria, vai quinta-feira e volta na segunda do Rio para Brasília, no jatinho do banco, como fazia o ex-diretor Pêrsio Arida, que gastava na viagem Cz\$ 93 mil, que em voo comercial ficaria em Cz\$ 3 mil."

A SUCAN - Companhia de Saúde Pública é outro descalabro. Enquanto no Brasil morre uma criança de fome a cada cinco minutos, a SUCAM empresta seus seis aviões para "órgãos amigos". Dois deles inclusive estão no Paraná, com o Departamento de Estradas e Rodagem.

O Presidente Sarney, que usa e abusa do instrumento tão temido e criticado pela Nova República, o decreto-lei, determinou, por decreto, que as estatais reduzissem seus gastos em 20%. Não apenas não se reduziu nada até agora, como, pasmem Senhores Deputados, como a maioria delas concedeu aumento aos seus funcionários em plena vigência do Cruzado, quando todos os trabalhadores tinham seus salários congelados. O déficit das estatais, em 86, revela o TCU, foi de 13,3 bilhões de cruzados.

E o empreguismo, Senhores Deputados? Cumpriram-se as promessas feitas pelos homens do PMDB, que tinham no combate ao empreguismo uma de suas principais bandeiras? Será que o número de funcionários diminuiu? Será que nesta modalidade a Nova República inovou?

Não. Todos nós sabemos que o empreguismo continua como praga - se alastrando. Diz o TCU que o empreguismo continua apesar de todos os decretos para coibi-los.

"O Ministério da Administração, a partir de janeiro de 1987 teve de efetivar cem mil funcionários contratados anteriormente pelo artifício das chamadas "tabelas especiais". Enquanto isso há sessenta mil funcionários ociosos, segundo cálculos do Secretário de Recursos Humanos do Ministério da Administração, que acusa vários órgãos de pagarem gratificações indevidas, que acusa o IBC que, apesar de ter acabado continua com mais de três mil funcionários. O mesmo ocorre no IAA, pois dos 3.700 funcionários só foram remanejados 300.

Isto porque, como na Velha República, ninguém manda em funcionário público e não existe meios legais para as autoridades agirem.

Atualmente o governo gasta a quantia de aproximadamente 8 trilhões de cruzados mensais para pagar seus 856.991 servidores, sendo que desses, 300 mil são ociosos, nada fazem, de acordo com a economista Maria da Conceição Tavares, que ainda acrescentou, em pronunciamento em cadeia

nacional de televisão, que o governo não poderia demitir esses 300 mil servidores porque iria aumentar o n. de miseráveis no País. É o empreguismo. A maioria ativa sustentando a minoria ociosa e privilegiada.

E as mordomias dos Ministros? Acabaram? Não moram mais nas casas do Lago Sul, em Brasília?

Com grande campanha da imprensa o governo fez seus ministros saírem das mansões, hoje, passados dois anos, tudo voltou ao "status quo". Todos os ministros estão ocupando as mansões do Lago Sul, com todas as mordomias, carros oficiais, que às custas do dinheiro público, levam funcionários em casa, filhos nas escolas e mulheres em supermercados ou cabeleireiros.

Tapetes para mansão de Renato Acher custaram meio milhão de cruzados, pagos pela União, com o dinheiro do povo.

A Nova República, Senhores Deputados, não é mais nova faz tempo, porque entrou em processo galopante de deterioração. Porque, o que soube fazer foi - é triste, mas temos que admitir - foi aprimorar os defeitos maiores da Velha República.

Os Líderes da Oposição e inclusive homens do próprio Partido do Governo, o PMDB, na Câmara, diariamente fazem denúncias dos desmandos, da corrupção, das mordomias, das benesses que grassam no atual governo. Há dias o Deputado que já citamos, do PDT, Amauri Muller denunciou a terrível corrupção na concessão para emissoras de rádio e TV: "O Aécio Neves ganhou quatro rádios e muitos outros deputados ganharam também". A troco de que, pergunta-se?

Não podemos esquecer também o grande alarido que se fez com a abertura de 1544 inquéritos e processos de crimes contra a economia popular, envolvendo sonegação de produtos, cobrança de ágio, isto no auge do Plano Cruzado I. O que aconteceu? Alguém foi preso?

Dois anos são bastante para termos condições de procedermos à uma análise aprofundada entre os erros e acertos da Nova República. São o bastante para sentirmos que os compromissos assumidos pelos detentores do poder impediram as mudanças almejadas pelo povo.

Dois anos são o bastante para sentirmos que o grande Partido - o PMDB não conseguiu conservar suas origens democráticas e progressistas e viu-se invadido por inúmeros segmentos que o descaracterizaram.

Mas, Senhores Deputados, vinte e poucos minutos são pouco para se fazer uma análise crítica e aprofundada, como merece o assunto. O tempo que o regimento nos permite é suficiente apenas para umas rápidas pinceladas; que foi o que fizemos

aqui, mas que deu para mostrar que a Nova República é uma cópia mal feita da Velha República, onde apenas os erros foram aprimorados.

É do folclore brasileiro comemorar-se o 1.º de abril como o "Dia da Mentira". Hoje é 1.º de abril. Gostaríamos que o que acabamos de dizer fosse uma mentira e que as mudanças tivessem realmente ocorrido, que não estivéssemos hoje a sofrer as consequências vindas de um feixe de incompetência e irresponsabilidades, agravadas pela falta de credibilidade e pela falta do respaldo popular do nosso Presidente da República, que não foi eleito pelo povo.

Mas, queremos terminar afirmando que nem tudo está perdido. Enquanto houver homens - embora poucos - comprometidos apenas com o povo; e esta Casa é a prova de que eles ainda existem, as mudanças poderão ocorrer, embora com maiores dificuldades. Nós acreditamos que os entraves ao avanço democrático poderão ser removidos.

Caminhamos para uma encruzilhada onde os segmentos progressistas do partido do governo terão que optar por fazerem aliança com outros segmentos iguais, como o PDT, o PT, ao invés de alianças de entrave como a que permitiu a eleição indireta de Presidente da República e a posse do Senhor José Sarney".

O Sr. Algaci Túlio - Eu quero cumprimentar o nobre Deputado Valderi Mendes Vilela pelo seu pronunciamento pleno de verdades, tentar, também, colocar dentro do seu pronunciamento outros fatos. Vossa Excelência no início do seu pronunciamento, falava em Dante de Oliveira, jovem Deputado, esperança de renovação dentro do PMDB, o autor da emenda para as eleições diretas, e que hoje guindado ao posto de Ministro da Reforma Agrária, ele veio ao Paraná e declarou aos quatro cantos deste Estado que é favorável a que o mandato do Presidente Sarney seja de seis anos. O povo acreditou nos homens que vieram, com a esperança de renovação, o que lamentavelmente não aconteceu. O povo também acreditou que os órgãos de repressão não voltariam mais às ruas, mas os canhões, as baionetas, os tanques de guerra, voltaram. Também não acreditavam mais que nós tivéssemos uma política arbitrária, como aquela que ontem à tarde diante desta Casa aqui, ao final da tarde, impedia uma manifestação pacífica dos bancários que vinham apoiar seus líderes sindicais que estavam numa reunião com Sua Excelência o Governador. A polícia montou barricada, não deixou que nem mesmo os funcionários desta Casa pudessem passar no cordão de isolamento montado, nem que os funcionários do próprio Palácio pudessem atravessá-lo. Como o povo também acreditou que não haveria

mais cenas de violência como a que se viu em Brasília, contra inclusive parlamentares do nosso partido e do próprio Partido hoje do Governo. O povo também não acreditava mais que nós pudéssemos ver pequenos agricultores, em marcha de protesto, tivesse a polícia a impedir o seu caminho, ao passo que os grandes agricultores tiveram a polícia abrindo-lhes o caminho, dando-lhes segurança para que pudessem breçar estradas, fechar agências bancárias. O povo também não acreditava mais que pudesse ver homens de imprensa, companheiros meus de imprensa levando cacetadas, no meio das manifestações, enquanto faziam a cobertura jornalística.

Quero cumprimentá-lo mais uma vez Deputado, pelo seu pronunciamento, que é de grande valia para esta Casa.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu agradeço o aparte do deputado Algaci Túlio, e concedo o aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério - Muito obrigado, nobre Deputado. Vossa Excelência está fazendo um depoimento precioso sobre a situação econômica nacional. Vossa Excelência retratou com absoluta fidelidade o desastre do Plano Cruzado I, e em seguida, a grande traição cometida pelo Governo com o Plano Cruzado II.

Vossa Excelência retratou com a mais absoluta fidelidade a desorganização da economia nacional, o gasto de todas as reservas cambiais do País, e por fim a moratória em que nós nos vimos mergulhados.

Entretanto, hoje pela manhã, ao abrir os jornais eu fiquei confortado com o posicionamento do nobre Deputado Nilso Sguarezzi, hoje Deputado Federal, que foi Presidente desta Casa, e de alguns Deputados da Bancada do PMDB, alguns Deputados Estaduais, que lutam por um total rompimento com o Governo Federal, e achamos mesmo que o PMDB não pode mais atrelar-se ao carro do Presidente da República, não pode mais conestar com esta política econômica posta em prática pelo Governo da República.

Mas, entretanto, no mesmo instante em que temos esta satisfação, nós também, pela imprensa, tivemos conhecimento de que o PMDB, ontem reunido no diretório nacional, reunido com seu Presidente, Deputado Ulysses Guimarães, resolveu dar todo o apoio ao Presidente Sarney e ao Ministro Dilson Funaro.

Então, nós estamos presenciando um espetáculo Kafkaniano neste País; de um lado as legítimas bases do PMDB, repudiando a política econômica, e do outro lado, a sua cúpula, ávida em chegar ao Poder, em prosseguir desfrutando das mordomias a que Vossa Excelência referiu-se há pouco, per-

siste no apoio a um Governo falido, a uma política que está levando ao desespero toda a Nação.

Esta greve dos bancários é um reflexo do que ocorre pela Nação inteira. Nós já tivemos neste 1.º trimestre de 1987 quase quinhentas greves, das mais diversas categorias trabalhistas no País. Mas, não vai parar aí; nós estamos caminhando para o caos. Se o PMDB, através de suas legítimas lideranças não conseguir a demissão dos Ministros da área econômica do Governo, e não encurtar o mandato do Presidente Sarney, essa Nação, literalmente, irá para o caos e estará falida definitivamente.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Agradeço ao Deputado Erondy Silvério pelo seu aparte, e gostaria de dizer ao Deputado Algaci Túlio que mais longe ainda vai o fato do Ministro Dante de Oliveira hoje, ser favorável à manutenção do Poder, com um mandato presidencial de seis anos. Agora já não interessa mais as diretas, porque, de uma forma ou de outra, ele também chegou ao poder.

E gostaria, quanto ao aparte do Deputado Erondy Silvério, dizer que o verdadeiro PMDB, continua contra este tipo de coisa que acontece por aí, a nível estadual e a nível federal.

Mais ainda, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Quero aproveitar, permita-me Deputado, parte do seu espaço, que é também o espaço do nosso Partido, e dizer que a Bancada do PDT do Paraná quer repudiar o ato de selvageria, de desrespeito as autoridades, cometido ontem pela Polícia Militar de Brasília, pela violação da imunidade parlamentar, segundo o artigo 32 da Constituição.

Consideramos da mais alta gravidade a situação política em nosso País, pelo desrespeito aos eleitos pelo povo e perguntamos - Que País é este onde o povo e seus legítimos representantes são escoiceados e agredidos pelos ilegítimos governantes e seus representantes. Ilegítimos porque o Governador José Aparecido, do Distrito Federal, foi nomeado pelo Presidente Sarney, que é um Presidente espúrio e ilegítimo, que assumiu a vice-presidência daquele que nunca assumiu a presidência.

Aquilo a que assistimos pela televisão, é a mais deplorável demonstração do enfraquecimento político de um País. Cidadãos brasileiros que votaram para eleger seus representantes, o povo brasileiro, jornalistas e seus legítimos representan-

tes parlamentares escoiceados e agredidos pelos ilegítimos detentores do Poder dominante.

Por tudo isso, repudiamos o ato de selvageria praticados ontem pela Polícia Militar do Distrito Federal, assim como repudiamos também todo poder ilegítimo e toda a forma de opressão e massacre exercido contra aqueles que entram em greve por justiça salarial.

Já demos um basta à ditadura de 1964; agora damos também um basta à esta ditadura mascarada de democracia e conclamamos a todos os brasileiros, parlamentares desta Casa a lutarmos pelas diretas já.

Muito obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Muito bem, Deputado Algaci Túlio, seu aparte fica fazendo parte do nosso pronunciamento de hoje, ele é muito oportuno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrado o horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PDT se fará uso da palavra.

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Professora Tereza Nicola, que empresta a sua venerável presença como ouvinte desta sessão desta Assembléia.

Hoje teve muita felicidade, muita presença de espírito o Deputado Valderi Vilela, em fazer a crônica dos acontecimentos nos últimos anos deste país, referindo-se à data folclórica nacional consagrada como o "Dia da Mentira".

Realmente é de se imaginar quanto de primeiro de abril estampam os jornais desta Capital e o quanto estampam os jornais da República, num tempo dito de democratização.

Fique o primeiro alerta destinado à Bancada do Partido da Frente Liberal. Cuidem-se, Senhores Deputados da Frente Liberal! Logo serão Governo e serão sozinhos, porque a Aliança Democrática se desmonta a olhos vistos.

Assim é que do lado de lá o barco parece fazer água. Já deu o tombo no Senador Affonso Camargo, dando Bom Dia Paraná dia destes, e dizendo que passa para a oposição. Ele, o Senador, que de biônico se fez eleito pelo Plano Cruzado; logo ele, eleito pelo Plano Cruzado, fantasiado de felicidade, porque vestiu-se todo o PMDB de "Felicidade Geral da Nação". Agora se faz primeira voz da oposição na mídia nacional.

Parece que já não tem lágrimas, no vídeo global, a professora Maria da Conceição

Tavares. Parece mesmo que se anuncia como morto o PMDB, - e morto assassinado -, pela palavra do Deputado Chico Pinto, como informa o Jornal "O Estado do Paraná", que é um jornal sério e que há tanto tempo tem estampado as manchetes de oposição.

Parece que os Deputados do Paraná comecem a pedir o rompimento com o Governo. Sobre tais coisas gostaria eu de me reportar à esta Assembléia, e à consciência política do Estado, sobretudo em memória do primeiro de abril, o que escreveu o "Jornal da Tarde", em data anterior. "O PMDB é Governo. É Governo na alegria, e na dor parece que deixa de ser Governo. Durante estes mais de dois anos da Nova República, o PMDB tem se comportado de maneira perigosamente ambígua. Nomeia Ministro e funcionários dos mais altos escalões da administração Federal. Usufrui das delícias da sua situação de partido governistas. Mas, ao mesmo tempo, age como se ainda estivesse na oposição todas as vezes que esta postura pode lhe render simpatias populares".

O PMDB pratica o situacionismo envergonhado.

Não era situacionista envergonhada a declaração do Deputado Paulo Furiatti no mesmo "Estado do Paraná" que li esta manhã, quando dizia que se vai cobrar dos Secretários de Estado a filiação partidária; cobrar para nomeação para os cargos no interior e aqui na capital a filiação partidária. Um parágrafo ou dois antes o Deputado Paulo Furiatti dizia que se vai abandonar o barco do Governo porque apoiá-lo já não condiz com o programa do partido e com a orientação do partido.

Que partido é este que quer ser como a "Jano Bifronte", aquela deusa ambígua dos antigos romanos, que olhava para frente e olhava para trás. Que partido é esse, que tem um dia um olhar posto nas bandeiras libertárias das diretas, no amarelo da rendição nacional - que nós esquecemos, parece, mas haveremos de relembrá-lo logo. E tem, no mesmo dia, o mesmo olhar fixado na Igreja da Santa Cruz dos Militares, onde os próceres da revolução de 1964 se reúnem para celebrar um cadáver que parece resuscitar antes da Páscoa, em tempo de Quaresma.

Vejam: ontem, vieram a Palácio os bancários e o Governador não os recebeu. Recebeu Lideranças, mas o povo foi barrado diante desta Assembléia. Não de há pouco tempo se cobriram de grades os extensos painéis de vidro desta Assembléia, que enfrentaram os anos da ditadura sem que os políticos tivessem medo do povo. E as grades tentam nos proteger.

Proteger-nos de quem? Do povo que nos elegeu?

Grades na porta da Capela, grades na porta do Palácio! Portões de ferro e muro muito altos no Palácio que antes era de todos os paranaenses. Já não podem os meninos e as meninas de Curitiba - como fazia eu quando menino - , andar no grande Mapa do Paraná que Bento Munhoz da Rocha lá fez erguer para que víssemos a geografia do Estado.

Há que se pedir audiência!

Pois é, a volta ao Poder, local parece cada vez mais distante. Veio pesado e veio soturno o veto do Governador aos créditos de apoio à dívida da Cidade Industrial de Curitiba. E há que levantarmos a voz - os que somos eleitos por Curitiba e os que somos eleitos pelo Paraná todo -, levantemos a voz em defesa desta Cidade Industrial. Porque, por incrível que pareça, o Governador Álvaro Dias não escolheu morar nos bairros operários dos empregados na Cidade Industrial, senão que veio morar na mais privilegiada das ZR 1, na chácara de Francisco de Azevedo Macedo, aqui, atrás do Cassino do Ahú.

Há que levantarmos a voz porque os Legislativos já não são prestigiados.

Sangrou, ontem, o rosto do Senador do PDT pelo Distrito Federal, espancado pela Polícia do outrora liberal José Aparecido, quando à porta do Banco do Brasil, com companheiros de resistência democrática, tentava encontrar uma solução pacífica para as negociações entre os bancários e os banqueiros. Parece que os banqueiros Ministros foram mais ágeis em mandar que a mão da polícia descesse forte e ferisse a imunidade parlamentar. Sangrou ontem, também, o operário Olli Della Giustina, do Município de Nova Prata do Iguçu, trabalhador Rural, que junto com o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais José de Souza Sobrinho, apanhou da polícia do Governador Álvaro Dias, no Município de Dois Vizinhos. Porque Sua Excelência disse que quer os protestos à margem dos caminhos, não quer os protestos atravancando as estradas.

O cuidado diplomático que o Secretário Rubens Bueno, este "gentleman" que conhecemos do plenário, tem tido em evitar espancamentos em Curitiba, não acontece no Interior do Estado. Parece que a postura palaciana de descer cassetete nos trabalhadores não vale para Curitiba, mas vale para as fronteiras.

Percebam, houve tumulto no trevo de Umaramã e nas manifestações em Irati e em São Mateus do Sul. E não é a primeira. Eu soube que na outra manifestação em Irati, já não puderam Deputados do Governo andar com a mesma segurança pelas ruas daquela cidade, que também é cidade da Nossa Senhora da Luz.

Em Medianeira, os guinchos da Polícia

Rodoviária arrastaram as máquinas para que se livrassem as estradas. É, de cachorros, de guinchos e correntes se faz, ao que parece, o aniversário desta Nova República.

Era isso, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais trabalhadores desta Casa.

O PT através deste expediente vem a público mais uma vez repudiar a violenta repressão de que foram vítimas os agricultores do Sudoeste, do Noroeste do Estado e do Rio Grande do Sul.

Repudiamos também a repressão usada contra a greve dos bancários de Brasília, repressão que atingiu também alguns companheiros nossos, parlamentares, e que mostra claramente o caráter da Nova República, que de democrata nada tem.

Bastou os pequenos agricultores romperem com a reacionária Frente Ampla da Agricultura, integrada pelos grandes agropecuaristas e até pela UDR, para que o Governo que aceitou passivamente as manifestações desses últimos, enviasse suas baionetas e seus cavalos para mostrar serviço diante dos pacíficos trabalhadores. Foi só os pequenos agricultores, que levantaram a cabeça para num movimento só seu apresentar as suas próprias reivindicações e já o regime amargo dos poderosos demonstra a sua coragem quando se trata de esmagar e de acabar com o movimento popular.

Quanto aos bancários, se é que ainda não se sabia essa é também a lição com todas as suas conseqüências. Porque uma coisa é o banqueiro abrir às 11:30 horas, cobrar juros de 800 a 1000% ao ano, demitir funcionários. Desse lado tudo é permitido.

Outra coisa é bancário fazer greve por salário que lhe permita uma vida digna. Nesse caso, a nossa República está aí, com a sua tropa de choque, para agredir não só os grevistas, mas também os Parlamentares que intercederam por eles.

E ainda se tem a coragem de dizer que vivemos numa democracia.

O PT coloca-se firmemente ao lado dos pequenos agricultores, dos bancários e demais trabalhadores que, apesar da repressão da Nova República e, embora tendo que reconhecer que a repressão de hoje se assemelha em tudo com a da Velha República, eles têm a coragem de lutar incessantemente, pacificamente, de forma ordeira e or-

ganizada, pelos seus direitos.

Há mais ainda, em Londrina, hoje pela manhã, por volta de 11 horas, a mando do Governo do Estado do Paraná, a Polícia Militar passou a reprimir duramente os trabalhadores bancários em greve, violando um direito que a nosso ver parecia já conquistado, o direito da liberdade sindical e o direito de greve. Desse modo, seis dirigentes sindicais foram presos, golpeados com cassetetes pela Polícia Militar, levados a Delegacia, onde até há alguns minutos, três dirigentes sindicais aguardavam pelo interrogatório da Delegacia da Polícia Civil de Londrina, como se tivessem cometido algum crime.

E, neste confronto, não foram só os dirigentes, só os bancários que foram feridos e atingidos pelos cassetetes. Também os profissionais de imprensa, que estavam fazendo a cobertura da greve, mostrando a verdade dos fatos, foram atingidos. Os dirigentes sindicais, Joaquim Borges Pinto, Odete Tomaz de Aquino e Geraldo Fausto dos Santos, foram as vítimas principais desta conduta abusiva da Polícia Militar do Governo do Estado do Paraná.

Protestamos contra essa orientação para a violência contra os trabalhadores, e responsabilizamos o Governo Estadual, que confessou através de declarações suas, e através também do Secretário de Segurança deste Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados acho fundamental que esta Casa se manifeste contra este tipo de violência.

Nós deveríamos propor moção de repúdio à Secretaria de Segurança, diante de atitudes deste tipo.

Concedo o aparte, já solicitado há três dias, ao nobre colega Deputado Nereu Carlos Massignan.

O Sr. Nereu Carlos Massignan- Muito obrigado, nobre Deputado.

Eu tenho a paciência de aguardar a oportunidade que Vossa Excelência me concede, apesar dos três pedidos já feitos, e do reconhecimento de Vossa Excelência de que há três dias estou solicitando aparte.

Eu quero me ater especificamente a greve dos bancários.

Quando Vossa Excelência se refere à Nova República, eu prefiro me referir aos banqueiros. Neste momento em que os bancários passeiam pelas ruas reivindicando um salário digno e justo, nós devemos escolher e saber que o inimigo maior do bancário, é o banqueiro. Banqueiro, este cidadão encastelado nos seus lucros escorchantes. Banqueiro, este cidadão insensível, morno, que não tem sensibilidade nenhuma de ver que a situação dos bancários realmente é uma situação crítica.

Bancários, que tiveram a solidariedade

pluripartidária naquela ação da polícia em Brasília. Quando eu vejo parlamentares de todos os partidos serem agredidos, como foi o Parlamentar do PCB, como foram os Parlamentares do PDT, o Senador do PDT, do Distrito Federal, como foi o Deputado, bravo Deputado por São Paulo, João Hermann, agredido violentamente pelas costas por um policial, nós vemos que realmente estamos vivendo tempos difíceis que colocam a todos nós nesta contradição vil, de vermos os banqueiros insensíveis se recusarem a sentar no banco e negociarem com os bancários.

Vimos, por outro lado, nobre Deputado, que o Banco do Brasil, através de sua Presidência, teve a sensibilidade de sentar e conversar com aqueles bancários.

(Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Comunico ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado e a Mesa lhe concede trinta segundos para a conclusão.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Concluo, Senhor Presidente, dizendo o seguinte: Solidarizo-me com os bancários e digo que os banqueiros que não sentarem e que não quiserem sentar para dialogar, são os responsáveis por esta indignidade que se cometeu contra os bancários.

Muito obrigado.(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PL, se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

A Imprensa nacional tem publicado, nos últimos dias, notícias de pretensas aproximações do Partido Liberal com o Governo Federal, com o objetivo de compor com a Aliança Democrática. Como representante desse Partido, nesta Casa, sinto-me na obrigação de esclarecer o fato, uma vez que a realidade não é bem a que vem sendo divulgada.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que é o Governo Federal que vem se aproximando do Partido Liberal, com propostas de composição com a Aliança Democrática. No entanto, somos um partido doutrinário, o que se antepõe a um acordo fechado, de apoio irrestrito, aos atos do Executivo, seja Federal ou Estadual.

Por isso, uma coisa queremos deixar clara: O Partido Liberal não é um balcão de negócios, não está à venda, nem seus princípios são modificáveis ao sabor do

vento. O PL tem uma doutrina definida, com base no neo-liberalismo consciente, e está determinado a defendê-la em todas as circunstâncias.

O que o Partido Liberal pretende é manter a sua postura neo-liberal, apoiando o Governo nas medidas que considerar benéficas ao povo brasileiro. Mas, também se reservará o direito de criticar, onde lhe parecer que houve erros nas ações governamentais.

O PL, na verdade, será um Partido que estará pronto para ouvir. Porém, também quer ser ouvido. E, sob hipótese alguma, aceitará ser engolfado pelos acordos e conchavos, que formam os vícios existentes nas lides políticas dessa Nação. Não faremos Oposição fanática e inconsciente, mas um trabalho que se aproxima mais da crítica construtiva, moderada e coerente, como deve ser o comportamento do verdadeiro cidadão, que ama sua pátria. Mas, também não está disposto a perder a sua identidade, através de um apoio cego ao o que o Executivo venha a fazer.

O PL já provou, no passado, que não está interessado em cargos, ou outras promessas que venham a ser feitas, em troca desse apoio. Há alguns meses, houve oferta de cargos em Brasília, numa tentativa de atrair o Partido à Aliança Democrática. Essa oferta, segundo as informações, foi prontamente rejeitada, pois não estamos interessados em cargos e favorecimentos que possam ser considerados espúrios. Queremos sim, defender nossos princípios, mesmo que venhamos a perder vantagens. Acreditamos, sim, que a hora é de seriedade. Não há mais lugar para o tráfico de influências em benefício próprio.

O que precisamos é a oferta de medidas, que salvem o nosso País da bancarrota total.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PFL se fará uso de seu horário. Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB. (Pausa).

Ausente, consulto à Liderança do PDS. (Pausa).

Ausente, consulto à Liderança do PMDB, se fará uso de seu horário.

Com a palavra, o Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Falou-se insistentemente no dia 1º de abril, o dia nacional da mentira. E aproveitando o "dia da mentira", falou-se muito a respeito do Governo que aí está, da situação que aí está, da Nova República:

falou-se de água, em navio, de integrantes procurando abandonar o Brasil e por aí a fora. E como brasileiros ficamos a imaginar o que será deste País se não tivermos urgentemente Deus a nos orientar, a nos apoiar. Eu faço coro com aqueles que dizem que o PMDB deveria romper com a estrutura que aí está. Uma estrutura que nada mais é, que a seqüência daquilo que nós vimos no Governo autoritário do PDS. O que é que nós podemos esperar de um Governo presidido pelo Senhor José Sarney, que até ontem era um dos líderes maiores da violência, era um dos líderes maiores do PDS, e o líder maior que conduziu o Congresso Nacional a derrubar a emenda das "diretas já". Claro está que Sarney assumiu numa contingência, quando morria o Presidente da Nova República, que por certo haveria de conduzir este País ao seu grande destino.

Se não dá com Sarney, daria com quem, com o PFL?

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR - Oportunamente. Com o PFL? Com o PFL é impossível, porque o PFL é uma cópia fiel do PDS e é Governo. Se vai mal o Governo da Nova República com o PMDB, vai mal também o PFL que integra esse governo e participa ativamente deste governo. Então nós poderíamos quem sabe, tentar a sorte com o PDS, o que não é possível porque é um partido que está em extinção, os seus eminentes líderes ao ver este partido fazendo água o abandonaram.

Então, nós iríamos de que? De PT, que tem aqui o representante que ocupa com freqüência a tribuna desta Casa? Mas ir com o PT, que já demonstrou a sua incompetência no momento que assumiu uma Prefeitura de uma das Capitais deste País, onde não se paga o funcionalismo público há quase cinco meses, e onde doze mil funcionários serão colocados na rua, por incompetência única e exclusiva do Governo do PT, que vem a esta tribuna dizer que é o salvador do mundo, que vai salvar o mundo, que vai salvar a república, e não salva sequer uma cidade, uma Capital deste País. O próprio PT, há tão pouco tempo, com alguns militantes seus envolvidos em assaltos a banco e outras atitudes que envergonharam esta Nação.

Nós iríamos, então de PDT? Eu também acho que não daria certo. O PDT no Paraná é também uma filial do PDS. Em termos nacionais, o maior líder do PDT, indiscutivelmente, é o Senhor Leonel Brizola. Se o PDT amanhã disputar o governo e assumi-lo, é indiscutível que assumirá com Leonel Brizola. Mas, não vai dar certo, porque o Senhor Leonel Brizola vai levar este País ainda mais para o fundo do buraco, como

levou o Estado do Rio de Janeiro para a miséria total, para a corrupção e até para a violência.

O Sr. David Cheriegate - Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. FERRARI JÚNIOR - Eu vou conceder os apartes, por ordem.

O Deputado Tadeu Lúcio Machado, já pediu aparte, o Deputado Nestor Baptista e o Deputado Pedro Tonelli. Com o tempo nós vamos conceder os apartes.

Mas, governar com o PDT, com Leonel Brizola seria também um desastre. E causa desencanto a gente ver integrantes dessas Bancadas na tribuna, condenando o PMDB e dizer nas entrelinhas, que serão eles a salvação desta Pátria.

É incrível que isso esteja ocorrendo.

No "dia da mentira", no dia 1.º de abril, lamentavelmente vimos fatos negativos que condenamos, que a Bancada do PMDB, condena, de violência policial contra trabalhadores, Bancada que se levanta e condena, firme e viril. Nós vemos companheiros na tribuna se apresentando como salvadores do mundo, homens que apoiaram ontem uma situação muito pior do que a que ocorre hoje.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Nobre Deputado Ferrari Júnior.

É muito oportuna a análise que Vossa Excelência, faz na tribuna, hoje, indicando qual o partido que efetivamente deveria estar no Poder. E se nós fizemos uma retrospectiva, veremos que quem está no Poder, é realmente quem deveria estar, que é o PMDB, que ao longo desses vinte anos de ditadura, resistiu, fez ecoar as suas vozes em todos os quadrantes do território brasileiro.

Muitos líderes nossos, do PMDB, do MDB, não chegaram a ver o que hoje estamos vendo; porque queriam antes chegar ao Poder para evitar que o País chegasse à beira do caos, como chegou. E é evidente que interessa tanto aos homens do PT quanto aos homens ligados à UDR, porque os extremos se afinam, nobre Deputado, interessamos desestabilizar a situação política de democracia que hoje o Brasil vive.

Nós vemos hoje, de um lado, o PT com sua capacidade de incediamento, sendo incentivado pelo dinheiro da UDR. Quer dizer, paradoxalmente, nós vemos o PT servindo à UDR.

E eu até dizia ontem, que se o PT assumir o Governo no Brasil, o Ministro da Agricultura vai ser o Sr. Ronaldo Caiado, não tenho a menor dúvida disto, será o Sr. Ronaldo Caiado.

Portanto, nobre Deputado, é paradoxal o que temos hoje no Brasil: homens sem afinidades políticas e sem quaisquer objetivos políticos. Continua a velha tese do "quanto pior, melhor". Entretanto, havemos de, com responsabilidade, conduzir este País a um porto seguro.

Muito obrigado, e parabéns.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Muito obrigado a Vossa Excelência pelo aparte, o qual nos ajuda, e muito, naquilo que nós pretendemos mostrar, desta tribuna, neste dia primeiro de abril, onde tantas mentiras são constantemente contadas.

O Deputado Valderi Mendes Vilela, falava há pouco sobre a corrupção.

Esteja certo, Excelência, que toda vez que Vossa Excelência denunciar corrupção praticada pelo governo atual, pelo governo do PMDB, ou por um dos seus integrantes, nós estaremos ao seu lado fazendo coro com a sua firmeza, porque não estamos aqui para tentar esconder nenhuma corrupção, nenhuma manifestação nefasta que possa efetivamente prejudicar este País.

No passado, Partido do Governo achava que tinha que se curvar ante o seu governo, apoiando tudo. A Bancada do PMDB nesta Casa tem dado demonstração inequívoca de sua firmeza de caráter, apoiando inclusive pedidos de informações formulados por eminentes Deputados de outras Bancadas.

Ainda ontem, a Bancada do PMDB aprovava um requerimento, uma solicitação do PDS e, vendo isto, nós mais acreditamos nesta Bancada, nos mais acreditamos neste Partido, que mesmo com as dificuldades existentes, mesmo com essa mescla citada no início do nosso pronunciamento, há de conduzir este País ao seu grande destino, se Deus quiser.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrado o Horário das lideranças, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

A Ordem do Dia de hoje será dedicada à composição das Comissões.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Luiz Fernando Martini, ocorrido no dia 17 de março do corrente

ano, no Município de Campo Largo. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Pedro da Silva, ocorrido no dia 25 de março do corrente ano, no Município de Francisco Alves. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Anater Filho, ocorrido no dia 26 de março do corrente ano, no Município de Salgado Filho. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 29/87, em virtude da vigência da Lei n. 8414, declarando de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Proteção à Criança com Neoplasia. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 87.º aniversário de fundação do Município de Jacarezinho. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, pela passagem do 60.º aniversário de fundação do Colégio Regente Feijó, do Município de Ponta Grossa. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo determine ao Sr. Secretário dos Transportes, que sejam feitos estudos para o asfaltamento da estrada que interliga os Municípios de Santa Fé a Astorga, passando pelos Distritos de Fernão Dias (Município de Munhoz de Mello) e Santa Zélia (Município de Astorga). - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando a execução de revestimento primário, no trecho de estrada da sede do Município de Cantagalo, passando pelas localidades de Rio Divisa, Campo Alto e Rio Juquiá. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo as providências necessárias ao atendimento da solicitação da construção de três (03) salas de aula, anexas ao Colégio Estadual

Vicente Tomazini, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Francisco Alves. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências para baixar decreto que regulamenta a Lei n. 8119/85, que dispõe sobre a contratação de artistas profissionais nas feiras, congressos, convenções e demais eventos patrocinados pelo Governo do Estado. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica entre o Distrito de Alto Palmital e o Município de Boa Esperança. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Agricultura e Abastecimento, pleiteando uma linha especial de crédito, baseada no juro agrícola, para livrar do caos os agricultores e suas famílias associados à ADECOM - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Quêrência do Norte. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela posse dos titulares da Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a substituição do Delegado de Polícia, Nelson Max Humming, do Município de São João do Ivaí. Em discussão. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Deputado Domingos Scarpellini, homem também preocupado com a Segurança Pública deste Estado, encaminha à Mesa desta Casa, um requerimento propondo a que o Senhor Secretário da Segurança Pública substitua o Delegado Nelson Max Humming, de São João do Ivaí.

Entendo que Sua Excelência o Deputado, tem conhecimento de alguns atos ilícitos praticados pelo homem da segurança, porque também tomei conhecimento de atos arbitrários praticados por este delegado.

Mas entendo que a função do Parlamentar, a nossa função de políticos, não é

exatamente uma função de "caça às bruxas", de nos tornarmos aqui caçadores de cabeças.

Entendo, nobre Deputado Domingos Scarpellini, que até nós mesmos poderemos encaminhar à Mesa documento propondo a retirada ou a colocação de pessoas em determinadas posições da Secretaria de Segurança Pública. Mas, é preciso também que, quando esse requerimento vem à Mesa, venha também com respaldo popular, porque já presenciei - e eu sei que não é essa a intenção de Vossa Excelência - nos meus longos anos de atividade como homem de imprensa e ligado à área de segurança, que às vezes vale mais o interesse político do que propriamente o trabalho de um delegado ou de um policial numa cidade, em especial no interior do Estado. No seu caso, entendo perfeitamente que esse delegado tem usado de truculência. Mas entendo ainda que cabe à comunidade, cabe à população, e Vossa Excelência, porta-voz dessa população, poderia trazer junto ao seu documento um abaixo-assinado dos vários segmentos da sociedade de São João do Ivaí, das entidades de classe, das associações de bairros, para que engrossassem este seu documento para que, aí sim, ele tivesse uma validade plena.

Nós agora, como integrantes da Comissão de Segurança desta Casa - tenha a certeza, nobre deputado -, iremos exercer uma fiscalização rígida em cima da área de Segurança. Queremos ver realmente os homens que trabalham na área de Segurança, prestando realmente a segurança, e não transmitindo a insegurança a nossa população.

Por isso, nobre Deputado, apenas pedi para discutir a fim de alertar os demais companheiros de plenário para que evitemos encaminhar à Mesa um requerimento apenas com a justificativa do Parlamentar. Seria importante que viesse junto a esse requerimento um abaixo-assinado e a posição tomada pelos demais segmentos da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua em discussão o requerimento.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não queríamos nós que um requerimento e um assunto desta natureza se tornasse um assunto polêmico porque por si só o nosso requerimento e a nossa justificativa traz

no seu bojo o respaldo da população ou melhor de uma parte da população do Vale do Ivaí.

Não vejo razão para atender aqui a reivindicação feita pelo Deputado Algaci Túlio, de se juntar, a uma denúncia e a um pedido de providências, assinaturas ou abaixo-assinados de associações, cidadãos ou de instituições que estão ligadas à vida da comunidade a que se referiu o Deputado que discutiu esse assunto.

Do meu requerimento consta, inclusive, a fotocópia a carteira de identidade de um cidadão que está denunciando na Cidade de São João do Ivaí por roubo e que, no entanto, foi preso, foi torturado no pau-de-arara, foi-lhe dado o tratamento que se dava aos políticos do regime arbitrário que a Nova República encerrou.

Na represa do Senhor Lupércio, que é uma área vizinha a São João do Ivaí, o delegado de polícia daquela cidade, vem, sistematicamente, torturando com afogamentos os presos para que estes confessem crimes. E o que é mais grave, Senhor Presidente e Senhores Deputados é que além da tortura física, ainda tentam, conforme vem acontecendo, praticar extorsões, o que se provará no curso da sindicância e do inquérito policial que deverá ser aberto contra as autoridades policiais de São João do Ivaí, onde a polícia pega dinheiro de envolvidos em crimes, para aliviar a sua situação processual.

Ora, nós não juntamos ao nosso Requerimento fotografias de cidadãos sendo, torturados, não juntamos aqui o seu choro, o seu grito, o seu lamento. Mas temos para oferecer, no momento oportuno, as provas que se fizerem necessárias. E aqui, Senhores Deputados e Senhor Presidente, encaminhamos um documento trazendo uma justificativa e apelando para que se respeite os direitos humanos, onde os tratamentos cruéis, desumanos e degradantes não venham a ser uma constante nas delegacias e nas ações da polícia do nosso Estado, que está aí para zelar e para tratar dos interesses da segurança do povo, e não para aterrorizar e intimidar o cidadão.

A polícia apresenta suas armas, e nós apresentamos e queremos o cumprimento das leis. A polícia apresenta sua força, o povo exige e apresenta o seu direito. Ora, se a truculência, se a brutalidade, a tortura voltará a ser a maneira comum de se tirar depoimentos, teremos implantado, novamente, um estado de terror, de arbítrio, e estaremos certamente mergulhados no caos.

A minha assinatura neste documento, também deve ter o seu significado, nobre Deputado. Porque eu não iria subscrever um documento sem que tivesse as provas, sem que tivesse me conscientizado da veracidade

de dos fatos. E aqui coloquei o meu nome e a minha assinatura, porque tenho plena convicção da denúncia e da necessidade de fazê-la.

Se peço as providências, se peço o afastamento dos envolvidos, é porque parte da população também a mim se dirigiu para trazer o seu reclamo, para trazer a sua preocupação. E não poderia exigir que a presença das vítimas aqui, através de abaixo-assinado ou de suas presenças físicas fosse condição para que esta Casa viesse a respeitar aquilo que entendemos ser de justiça.

Tem a Secretaria da Segurança Pública todo o aparato policial suficiente para apurar, para investigar, para enfim pôr a bom termo a conduta da Polícia em São João do Itaipó. Por isto o nosso pedido. Por isto estamos aqui defendendo esta parcela que vem sendo atingida no seu mais sublime direito, direito de ir e vir, garantido pela Carta das Nações Unidas...

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Estou encaminhando, discutindo o requerimento, portanto, vejo-me impedido de conceder o aparte a Vossa Excelência.

Portanto, se Cartas são feitas para não serem respeitadas, o que estamos nós aqui fazendo? Se estamos aqui para elaborar leis que não são cumpridas, estamos aqui perdendo um tempo útil e desgastando e desmoralizando o poder civil.

Precisamos do cumprimento das leis. Precisamos respeitar as leis e as Cartas Internacionais, que regem o destino dos povos livres e soberanos do mundo.

Portanto, Sr. Presidente, era o que tínhamos a falar sobre este requerimento, que no momento apresentamos a esta Casa de Leis, com o objetivo de que o Paraná tenha efetivamente contribuído para que os direitos humanos sejam respeitados.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, em momento algum este Deputado duvidou da assinatura aposta pelo Deputado Domingos Scarpellini. Apenas este Deputado, que é integrante da Comissão de Segurança Pública, sugere aos demais Parlamentares que, quando forem encaminhados requerimentos como esse, que procurem incluir um pouco mais de informações a esta Casa.

Peço também, a Vossa Excelência, Sr.

Presidente, para que este requerimento seja encaminhado à Comissão de Segurança, para que esta Comissão possa tomar conhecimento do seu teor e dar o seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua em discussão o requerimento. Em votação. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, encarecendo o melhoramento da sinalização existente na BR-277, entre os Municípios de Curitiba e Campo Largo.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domingos Scarpellini, inscrito.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamento profundamente usar a tribuna hoje para relatar um episódio da minha vida particular, mais propriamente uma coisa pessoal. Há dois dias atrás, procurei o Centro de Saúde da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Fiz um eletro aqui nesta Casa, atendida pela médica Oni Ribas Bueno, por sinal uma ótima profissional.

Fui encaminhado ao Hospital Evangélico para que hoje, quarta-feira, às nove horas da manhã, no 4.º andar, sala 405, ser atendido pelo médico Dr. Paulo Rossi, que deveria fazer um exame mais aprofundado para realmente poder diagnosticar, com mais precisão, o meu estado de saúde.

Cheguei ao Hospital Evangélico, na ante-sala da sala 405, no 4.º andar e lá estavam alguns outros pacientes da Previdência Social e outros particulares.

Fui atendido por uma enfermeira que prontamente pegou o encaminhamento aqui da Assembléia e o levou ao médico. E eu neste momento disse a ela: "Senhorita, eu quero informar-lhe - já que você me disse que a consulta médica vai custar Cz\$ 800,00, que eu só tenho Cz\$ 500,00 no bolso e o meu secretário, que está aqui comigo, tem Cz\$ 200,00. Portanto, nós somos detentores de Cz\$ 700,00 e o exame vai custar Cz\$... ..800,00. E gostaria que você comunicasse isso ao médico porque os bancos estão fechados e não tenho talão de cheque. Portanto, nós vamos ter que acertar esses Cz\$ 100,00 de outra maneira. Ou fica um paletó penhorado, uma pulseira, para que depois a gente venha resgatá-la. E ela, inclusive, num ar transbordando até um riso, entrou para a sala do Dr. Paulo Rossi, que era o

médico que iria me atender.

Passou das 9:00 horas, das 9:15, das 10:00, das 10:30, outros eram atendidos, e eu não.

Perguntei à enfermeira se eu iria ser atendido e ela me disse que eu deveria perguntar ao médico.

Adentrei à sala, e o médico disse-me que não poderia atender porque não recebia parcialmente os seus honorários.

Então eu disse que precisava de mais aquele exame e que dentro de mais ou menos uma hora nós iríamos voltar ao hospital para resgatar os objetos que ficariam lá em substituição aos Cz\$ 100,00. Ele respondeu que não poderia fazer tal coisa porque o hospital não era casa de trocas de mercadorias.

Imaginem os Senhores que, com todo o meu espírito esportivo, com todo o meu espírito de paz e compreensão, neste momento, eu confesso, eu perdi a cabeça, Srs. Deputados, e me comportei, talvez, de uma maneira que para aquele que não está sendo agredido, passa a ser uma maneira anormal. Disse a esse médico umas palavras carinhosas que certamente ele levará para todo o sempre guardado em sua mente, porque se o atendimento médico é negado quando faltam Cz\$ 100,00, imaginem quando falta tudo.

Na ante-sala havia alguns contribuintes da previdência social desde às 6:00 horas da manhã, aguardando atendimento, e que para lá foram porque estavam com hora marcada. Os corredores atulhados de seres humanos em busca de atenção, em busca de tratamento, em busca de compreensão.

Imaginem o que é feito com os pobres previdenciários deste País nos leitos dos hospitais.

E por incrível que pareça, este médico ainda é médico do Instituto de Previdência do Estado, que trata da saúde dos nossos irmãos, funcionários públicos, é médico da Previdência Social, trata da saúde dos nossos irmãos trabalhadores, que lá vão em busca de um atendimento médico-hospitalar. Assim, com este quadro que eu vi hoje, semelhante ao que tenho testemunhado em muitas outras oportunidades, mas que hoje coloca-me em uma situação de vergonha ao saber que este é o Brasil em que nós estamos vivendo!

Um País em que não se respeita o direito do idoso!

Não se respeita o direito das crianças!

Não se respeita os direitos essenciais dos paraplégicos!

Não se respeita os direitos essenciais que o cidadão e a pessoa humana tem!

Ora, nós estamos realmente às portas do caos!

Nós precisamos de uma reforma que atinja não apenas os setores da vida

pública, mas que atinja a todos os cidadãos desta Pátria!

Este não é o Brasil que eu aprendi a amar, quando criança; não foi este o País que me disseram que era o País da igualdade, da fraternidade, da riqueza. Este é o País da vergonha! O País onde há safadeza; onde os grandes estão a torpedear os pequenos! Este não é o Brasil dos brasileiros!

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós estamos todos envolvidos em um novo tempo, este novo tempo chama-se Nova República! Se agora as coisas estão assim, imaginem como eram antes. Todos precisamos, tendo oportunidade, denunciar estes descabimentos que acontecem, dentro da nossa sociedade, para que nós, com toda a força, com todo o trabalho, com toda a crítica, com toda a auto-crítica, possamos entregar, aos nossos filhos, no futuro, um País melhor do que nós recebemos. Nós não podemos mais comprometer as gerações do futuro, e para isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos nos acovardar de muitas vezes termos que fazer a auto-crítica interna do Partido, a auto-crítica de governo e até a auto-crítica pessoal, para que realmente, juntos, possamos dar uma contribuição maior, para que este País seja, realmente, uma grande Nação de homens e trabalhadores que constroem a sua felicidade em comum.

Ouvi, certa feita, alguém responder que gostaria de ter como profissão, um ofício, uma atividade, e através deste ofício, desta profissão, fazer um número maior de pessoas felizes. Este não é o caso do Dr. Paulo Rossi, não é o caso daqueles que não entendem que a vida é uma só! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Em Explicações Pessoais, com a palavra, o nobre Deputado Algaci Túlio, inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senhoras Deputadas. Entristece-me, na verdade, o pronunciamento feito por Sua Excelência, o Deputado Domingos Scarpellini. Mas, caro Deputado, este realmente é o retrato deste País; este é exatamente o que eu retrato diariamente na minha profissão como homem de imprensa.

Este é o retrato que o companheiro, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, mostra na televisão, e que o companheiro, Deputado Pirajá Ferreira também mostra na sua emissora de rádio.

Este é o retrato fiel de um país que não mudou nada, Deputado, ou se mudou, talvez até tenha sido para pior. Eu tenho certeza que até poderia se dizer que a Velha República está envergonhada; que a Velha República pode até processar a Nova

República por plágio, porque copiou tudo, ou mais até, o que acontecia nos tempos da ditadura.

Lamento profundamente o que aconteceu. E vejo que o seu caso, Deputado é até um caso de polícia. E faço-lhe um convite para que amanhã me visite na rádio e vá pessoalmente fazer esta denúncia do que lhe aconteceu ontem. Porque isso acontece diariamente com milhares e milhares de assalariados; com milhares de sem-terras; com milhares de bancários que ganham salários miseráveis, enquanto os banqueiros enriquecem adoidadamente.

Acontece com os pobres funcionários da COPEL, que também estão reivindicando melhorias salariais. Este é o retrato do que acontece diariamente com o povo sofrido deste país. E veja, nobre Deputado Domingos Scarpellini, ontem, numa assembléia, os professores da rede municipal de ensino declararam greve, a partir de amanhã, em todas as escolas do município de Curitiba.

E por que é que os professores entram em greve a partir de amanhã? Pela insensibilidade de um prefeito, pela insensibilidade de um homem que antes, quando era Deputado Estadual, ou antes, até mesmo de se eleger para esta Casa, era quem comandava as passeatas desta cidade; era quem insuflava o povo para as passeatas; era um homem que incentivava as invasões de terras; era o homem que saía sempre à frente e, quem sabe, até como Deputado, nesta tribuna, tenha vindo aqui defender o professorado, o funcionário público, o trabalhador, o bancário, as classes trabalhadoras desta cidade.

E hoje, o que acontece? Este mesmo homem, guindado à posição de Prefeito nesta Cidade, vira as costas para este povo. Este homem coloca a polícia na porta da Prefeitura, para não permitir a entrada dos munícipes para falar com Sua Excelência, o Senhor Prefeito, para marcar uma audiência.

E os professores da rede municipal, estão sem condições de sobrevivência, pagam para trabalhar, sim, porque o professor hoje paga para trabalhar, o professor vai à sala de aula por um idealismo, não pelo salário que ganha. O professor vai à sala de aula para garantir a sua futura aposentadoria, não para garantir o seu salário minguido de cada mês.

E eu tenho em mãos aqui, da Escola Municipal Isa Nacli, escola de primeiro grau, uma carta aberta à população, que diz: "Já passamos do limite de condições de sobrevivência. Após tantos anos investidos no magistério, o professor, que estuda em média dezesseis anos para se especializar na sua nobre profissão, tem a desilusão que apesar de ter se dedicado tanto a tão nobre profissão, é tão pouco va-

lorizado. Os órgãos governamentais nos tratam com descaso, não nos recebem para o diálogo, e achatam o nosso salário muito abaixo do índice de aumento do custo de vida."

E aqui também nesta nota encaminhada aos pais das comunidades, os professores apresentam um demonstrativo, Sr. Presidente, Srs. Deputados - este número reduzido de Parlamentares que ainda permanece nesta Casa - onde dizem que o professor ganha Cz\$ 2.843,94, ou Cz\$ 94,79 por dia. Uma diarista - e não quer o professor e nem este Parlamentar diminuir esta ou aquela profissão - mas, uma diarista ganha em média Cz\$ 3.000,00, cento e cinquenta cruzados por dia; um cobrador de ônibus, ganha hoje, Cz\$ 2.200,00 por mês, mais Cz\$ 300,00 de ajuda de custo; ganha, portanto, quase mais que um professor; um motorista de ônibus ganha 4.500 cruzados por mês, mais 300 cruzados de ajuda de custo; um servente de pedreiro ganha 3.600 cruzados por mês, 120 cruzados por dia, e mais ainda, uma ajuda de custo.

Os aumentos que aconteceram, os índices de custo de vida, a 151,16%; o salário-mínimo, 116,67%; os ônibus aumentaram 85,71%; o salário do professor aumentou 30%.

O professor não tem mais condições de exercer a sua profissão, e está abandonando a escola em busca de outras profissões que lhe dêem melhores condições de vida, ou é obrigado a dar aulas em duas ou três escolas, ficando cansado e sem tempo para preparar as suas aulas, e sem tempo para a sua família!

Chegou a hora do basta!

Assim não dá para continuar!

É esta a situação, Sr. Presidente, Srs. Deputados. É a situação do professorado do município é a mesma situação, também, dos professores do Estado.

É preciso que haja sensibilidade!

É preciso, acima de tudo, honestidade de propósitos! É preciso, acima de tudo, que tudo aquilo que foi pregado em palanque na campanha eleitoral seja, hoje, cumprido, para que o povo não seja mais enganado!

Os professores da rede municipal de ensino de Curitiba estarão em greve a partir de amanhã. As crianças estarão sem as suas aulas. Os pais, sem saber, na verdade, o que fazer.

E nós não vemos a sensibilidade de Sua Excelência, o Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, que diz não ter dinheiro para pagar os professores; que diz que vai a Brasília tentar junto aos demais Prefeitos um movimento, para que o Governo Federal assuma a responsabilidade do pagamento aos professores.

Mas, este mesmo Prefeito que diz estar

a sua Prefeitura sem recursos, é o mesmo Prefeito que nas televisões, nos jornais, nas emissoras de rádio, nos cartazes pela cidade, nos painéis, faz propaganda da sua Prefeitura, do seu trabalho na Prefeitura, trata-se de uma propaganda acima de tudo enganosa, uma propaganda para aqueles que chegam nesta Cidade ou aqueles que só a vêem pela televisão, tais pessoas podem até acreditar na propaganda mas nós, Vereadores durante quatro anos nesta Cidade, morando aqui há mais de trinta anos, sabemos da situação em que se encontra o povo, principalmente o da periferia. E vem este mesmo Prefeito, usando de uma incoerência total pois, ao mesmo tempo que diz não ter dinheiro para aumentar as professoras, ao mesmo tempo que diz não ter dinheiro para aumentar o funcionalismo público municipal - que hoje também faz uma assembléia e pode também decretar a greve a partir de amanhã - é este o mesmo Prefeito, Srs. Deputados, que quer desapropriar um terreno na área nobre do Batel, o que vai custar milhões de cruzados para os cofres do município. Este município que diz ele endividado, e que pior ficará agora, já que o Governo não aceitou a dívida da CIC. É esse mesmo Prefeito, que num ato revanchista, Sr. Presidente, Srs. Deputados, num ato de puro revanchismo pretende desapropriar uma área para evitar que ali se construa um shopping center, um clube privê ou coisa parecida, não importa o que vai sair, mas o que se construirá ali manterá a área verde, não derrubará uma árvore. No entanto, Sua Excelência o Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, conhecido na Prefeitura Municipal de Curitiba como "Al Khadaf", esse mesmo Prefeito vai gastar o dinheiro que não tem para, num ato de revanchismo, não deixar que se construa nada no Batel, ao transformar uma área verde numa praça pública para ser usada por vagabundos, por maconheiros, porque o povo do Batel não vai sentar em banco de praça, o povo do Batel não deixará que a babá vá com a criança brincar numa praça neste momento de insegurança em que todos nós vivemos.

Então, Sua Excelência o Prefeito desta Cidade gastará dinheiro em algo sem necessidade, já que ali se erguendo um clube de serviço, um shopping center, gerar-se-á mais mão-de-obra e mais impostos. Ele quer fazer exatamente o contrário; ele quer evitar que isso aconteça, ele quer aumentar a insegurança. Essa a posição que venho apresentar da tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para deixar aqui lavrado o meu protesto em face da má administração que sofre esta Cidade. Esta Cidade que foi modelo e exemplo para todo Brasil, e hoje se encontra num verdadeiro estado de calamidade pública, pela incoerência, pela ma-

neira como vem sendo administrada pelo Sr. Roberto Requião de Mello e Silva.

A minha preocupação neste momento é pelo estado, pela situação em que ficarão os professores da rede municipal de ensino, pelo estado em que poderão ficar milhares de funcionários públicos que hoje à noite irão para uma assembléia e poderão também deflagrar uma greve. Isso tudo me preocupa, porque como vereador mais votado nesta Cidade, como homem que representa este município, tendo conseguido extraordinária votação dentro desta Cidade, pelas condições em que se desenvolveu o pleito, tenho a responsabilidade de vir a esta tribuna e deixar patenteado aqui o meu protesto e as minhas críticas ao atual estado de desmando que nós vemos na nossa Prefeitura.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto o nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti se fará uso nas Explicações Pessoais.

Com a palavra Sua Excelência, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do companheiro, o Sr. Deputado Domingos Scarpellini. Ouvi atentamente, nesta Casa, o pronunciamento do companheiro e homem de imprensa, Sr. Deputado Algaci Túlio.

Senhores, uma série de problemas atravessa a Nação brasileira. Quando estava eu no PDS, - porque entendo que não é o partido político que faz o homem, mas, sim o homem é que faz o partido político; o homem ou as suas idéias, com as suas aspirações, com os seus ideais, com a vontade de trabalhar. Não é o PMDB que me faz nesta Casa, eu é que estou tentando levar as minhas idéias ao PMDB.

Quando fui eleito pelo PDS, como vereador mais votado da minha cidade, e a polícia batia, e eu recebia telefonemas anônimos na rádio e na televisão dizendo: "a polícia do PDS está matando". A polícia do PDS, - lembro-me, matou o ex-Deputado Heitor de Alencar Furtado; quantas ameaças recebi.

Hoje, estou no PMDB, recebo também as mesmas ameaças; a polícia do PMDB está matando e batendo; a polícia do PMDB está acharcando, ou está achacando, tomando. Hoje, apresentava no meu programa de televisão, uma criança de dez anos. Uma criança que já teve uma série e inúmeras passagens pela polícia da Capital, e pela região metropolitana.

Um menino de dez anos que é tachado pelo Delegado de Polícia, que pela sua inteligência, ele já tem um determinado QI

avanzado para a malandragem. Mas, é um menor abandonado. Mais uma problemática que foi defendida na época do PDS, e agora na época do PMDB.

Meus queridos Deputados, Deputado Domingos Scarpellini, Algaci Túlio, Valderi Mendes Vilêla, estou cansado, estou enojado. Hoje, apresentei uma criança de dez anos na televisão, e tenho certeza, de que após quatro anos, eu vou apresentar esta mesma criança, na televisão. Estou cansado de, de quatro em quatro anos assistir programas eleitorais, estou cansado de ver a minha classe política indo à rádio e à televisão em época de eleições, dizendo que vai salvar o menor abandonado neste País; e que vai criar leis específicas ao menor abandonado; uma solução ou várias soluções.

Passam-se os anos, Sr. Deputado Domingos Scarpellini, passam-se os anos, Sr. Deputado Algaci Túlio, e os menores estão aí abandonados.

Na Cidade de Londrina, o Juiz de Direito, a quem admiro e respeito, - vejam bem, Srs. Deputados, criou o "Projeto Meninos de Rua". Ele apanha todas as crianças da cidade e faz a triagem. Alugou um barracão enorme, e ali ele ensina a fazer vassoura, cadeira, mesa e tapetes. O Juiz está tentando dar, à criança que entra às 7:00 horas da manhã, toma o café da manhã, almoça, faz o lanche da tarde, e o jantar; e depois então, as crianças voltam às suas favelas, aos bairros pobres da cidade.

Hoje conversava eu com esse juiz sobre o problema de pagar o aluguel do barracão; não tem dinheiro. O problema é buscar subsídios. Então, às vezes me magoa. Vejo tantas propagandas, gastam-se fortunas com banquetes, e com propagandas neste País. Gasta-se dinheiro neste País às vezes com coisas tolas, imbecis, e um projeto como esse da minha cidade, o juiz telefona para mim dizendo que não tem Cz\$ 9.000,00 para pagar o barracão, onde ele está abrigando cem crianças abandonadas. Educando essas crianças, levando alguma coisa para essas crianças. Então, magoa, enoja de ouvir no rádio de manhã, Sr. Deputado - ouvi o seu programa hoje - de ouvir o Pirajá Ferreira, tantos outros radialistas, jornalistas, como meu amigo e irmão Fernando, denunciando na "Folha de Curitiba", no "Jornal do Estado" e em tantos outros órgãos da imprensa da Capital, o problema do menor abandonado.

Outro dia, na Capital, um menor matou um cidadão para roubar um relógio; foi estampado nas páginas dos principais jornais da Capital, e não se tem dinheiro para aplicar no menor abandonado. Daqui há quatro anos, nós, os demais Deputados desta Casa, estaremos assistindo, porque sinto as suas idéias, Sr. Deputado Domingos

Scarpellini. Sinto as idéias do Sr. Deputado Algaci Túlio e as do Sr. Deputado José Rogério Carvalho e dos demais Parlamentares desta Casa. Sinto na carne, daqui há quatro anos, juro por Deus, Paraná, vou ver em palanques vários políticos dizendo que vão salvar os menores abandonados do meu Estado. Vou ver em palanques, milhares de políticos com propagandas belíssimas na televisão, dizendo: "Oh menor! Você será a salvação do meu governo".

Nós vamos salvar o menor, vamos dar de comer e vamos abraçá-lo. Aí todo mundo é eleito. O Luiz Carlos Alborghetti continua na televisão filmando o menor abandonado; aí passam-se mais quatro anos, novamente, e mais uma campanha política vamos ver o mesmo espetáculo hilariante; salvar o menor abandonado do Brasil.

Enquanto isso, o Senhor Deputado Domingos Scarpellini está fazendo uma campanha, em Apucarana, rifando um boi para dar dinheiro ao menor abandonado. Enquanto isso, Senhor Deputado Algaci Túlio em sua rádio está fazendo campanhas e mais campanhas para o menor abandonado. Eu na televisão gritando, implorando e mendigando verbas. Verbas para um projeto que um juiz está fazendo na minha cidade. Mendigando, correndo, me humilhando, indo as firmas e implorando Cz\$ 9.000,00 para pagar um aluguel. Agora, quando vem, essas coisas que me magoam porque não sou servil do PMDB, e sim, pertencço ao PMDB, mas servil às minhas idéias, dos meus ideais, da minha vontade de ser. Por isso, não gosto de bajulação de servilismo. Não gosto de banquetes. Primeiro porque já não sei comer em festas de ricos de elite.

Gasta-se dinheiro para banquetes, para festas, para promoções. Gasta-se para tudo neste País. Mas, terminou a eleição, por incrível que pareça, como um conto de fadas. Aparece uma fada e faz plim-plim, plim-plim e desaparece aquela vontade e o som emocionante do palanque. Desaparecem as idéias da verdadeira Constituinte, desaparece tudo. A fada vai embora; espera-se mais quatro anos e aí vem o fadão e faz plom-plom e vai tudo mundo lutar pelas mesmas coisas de quatro anos atrás. E isto continua e vai continuar a vida inteira.

Ouvi hoje, Senhor Deputado Domingos Scarpellini, Vossa Excelência falar nesta tribuna de um orgulho. Ouvi o Senhor Deputado Algaci Túlio e tantos outros Senhores Deputados da Bancada do PMDB; a Bancada do PDT, da Frente Liberal, do PT. Para mim é um orgulho, uma satisfação de ver as denúncias, e cobranças que precisamos neste País.

O Sr. Valderi Mendes Vilêla - Vossa Excelência permite-me um aparte?
(Assentimento)

Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, realmente fico muito feliz com o seu pronunciamento nesta Casa e louvo Vossa Excelência pelo subsídio que traz hoje a estes Senhores Deputados que ficam e permanecem nesta Casa. Lamentamos apenas - e queria deixar registrado - que neste exato momento se encontram neste Plenário os Senhores Deputados Eduardo Baggio, Antônio Costenaro Neto, Domingos Scarpellini, José Rogério, Pedro Tonelli, Antônio Annibelli, Pirajá Ferreira e a Senhora Deputada Vera Agibert. Porque teria que ser um pronunciamento para que todos os Senhores Deputados que compõem esta Casa, soubessem que Vossa Excelência quando usa esse microfone diz a verdade, transmite o que Vossa Excelência pratica. Eu que o conheço muito bem, sei que Vossa Excelência pratica o que fala; e quando diz que não é servil de partido político, realmente nós adoramos tal pronunciamento porque deveria ser a tônica de todos os Parlamentares desta Casa.

Parabenizo Vossa Excelência e desejo que continue no seu trabalho como grande Parlamentar que é.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só vim a esta tribuna porque me emocionei com o pronunciamento do Senhor Deputado Domingos Scarpellini e do Senhor Deputado Algaci Túlio. Ouvi atentamente as denúncias. Esta Casa é um Parlamento, e Parlamento pelo que entendo é para falar, para trazer idéias, denúncias, debates.

E ao encerrar este último segundinho que me resta...

O Sr. Domingos Scarpellini - Vossa Excelência me permite um aparte, Senhor Deputado? (Assentimento).

Estou ouvindo atentamente as suas palavras motivado pela vivência, pelo dia-a-dia...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Comunico a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado e consulto se quer fazer o uso de mais quinze minutos que esta Presidência lhe faculta.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Aceito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está deferido.

O Sr. Domingos Scarpellini - ..., motivado pelas injustiças, desigualdade que as ruas, as praças, os bairros, favelas e o campo nos oferece diariamente, motivado pelas lições de como a vida se apresenta ao nobre Deputado, é que Vossa Excelência fala de cátedra... e senhor de uma situa-

ção realmente secular nesse País.

Sinceramente, estou com pena do Brasil, e evidentemente, assim, estando também do povo deste País. Se nós temos este quadro crônico, e estarrecedor do menor abandonado, do menor que não é abandonado, mas é o menor pobre de periferia, fruto da desigualdade, do desencontro gerado pelo capitalismo selvagem que se implantou neste País. Se temos essa preocupação com o menor, temos também, evidentemente com os trabalhadores que vivem num estado de profunda miséria, insegurança, incultura. E movem-se dentro de um cenário trágico, habitando as favelas, os mocambos, os presídios e por fim os cemitérios. Assim tem sido a vida da grande maioria dos brasileiros que nasceram neste País do céu azul, das verdes matas, e de terras abundantes onde tudo o que se planta dá.

Que destino nos reservou, e nos oferece, a todos, à Nação brasileira? Senhor Deputado conheço as unidades, os presídios onde se recolhem os infratores. Conheço a Penitenciária do Ahú, a Penitência Central do Estado, e a Colônia Penal Agrícola, onde vivem recolhidos os nossos detentos. São os seres humanos que lá se encontram a sair com um grau muito maior de violência e periculosidade. Os aparelhos, que deveriam estar aí para corrigir aqueles que praticam crimes, que delinqüiram, são os nossos presídios, está aí para oferecer mais "know-how" ainda àqueles que para lá vão.

Ouvimos do Governador José Richa, que mudanças e transformações seriam feitas. Sentimos o dissabor de não ver isto realizado: na área do menor, da habitação, transformar os presídios em celas mais humanas. E o tempo passa e com ele passam-se as vidas, as pessoas e cada vez mais os crimes contra a humanidade são perpetrados - nas ruas, nas escolas, e nos presídios.

Portanto, Vossa Excelência tem na sua palavra não só a palavra, em que está contida a violência, mas também a sabedoria, do dia-a-dia, que vem para esta Casa para ilustrar e honrar ainda mais este Parlamento porque Parlamento é o lugar de se falar, de se discutir o passado, o presente, e de se propor uma discussão de futuro, que é o que Vossa Excelência faz nesta tarde.

Muito obrigado.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência concede-me um aparte? (Assentimento)

Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Suas palavras, como já dizia no meu pronunciamento, é o retrato deste País deusmano, onde apenas a grande elite tem vez, onde apenas aqueles afortunados têm condição de sobreviver com dignidade. Tenho certeza que com sua vinda à esta Casa

de Leis, somando aos demais Pares, havermos, se não mudar tudo Senhor Deputado, porque não somos salvadores da Pátria, como muita gente diz, vocês parecem que querem salvar o mundo. Mas acho que todo o homem tem que ter um ideal na vida e por este ideal é que trabalhamos.

Veja que as eleições passaram. Vossa Excelência é de origem do PDS, também sou. Como Vossa Excelência nunca poupei ao PDS críticas. Mas queria dizer que nós companheiros de imprensa, independentemente de política ou de momento de eleição, sempre estivemos com as portas abertas das emisoras de rádio, televisão, do gabinete da Câmara, e da Assembléia. Fora do período eleitoral, sempre atendemos a população.

O que lamento, e sei também, que é o seu lamento, é que estes mesmos políticos que antes das eleições abraçaram crianças, carregaram crianças no colo, ofereceram tudo para todos, passadas as eleições acabam virando as costas para o povo. Eu, a exemplo de Vossa Excelência pela função que exercemos, e a nossa função política, pelo trabalho que fazemos junto à comunidade, continuamos sempre com as portas abertas. E se amanhã ou depois porventura não viermos a nos reeleger, continuaremos o trabalho, porque somos imbuídos de um ideal de justiça. E é isto que quero deixar claro neste momento, por que me orgulho de poder apartear-lo neste pronunciamento de grande importância para esta Assembléia Legislativa. Quero mais uma vez cumprimentá-lo e somar as minhas palavras às suas.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado.

Quero agradecer a honrosa presença do Senhor Prefeito de Prudentópolis, o ex-Deputado Gilberto Agibert e do Doutor Alcione Pimpão, brilhante advogado e pioneiro do Município de Londrina, que também visita esta honrosa Casa de Leis.

Sejam bem vindos.

Quero também agradecer a presença do Presidente desta Casa que, no plenário, vem prestigiar todas as bancadas que aqui estão, para fazer de suas Explicações Pessoais, os verdadeiros anseios da comunidade do meu Paraná.

Amanhã, Senhores Deputados, tenho a primeira audiência com o Senhor Governador Álvaro Dias. Peço a Deus que me ilumine nesta audiência. Vou acompanhado de alguns líderes do Paraná onde fiz alguns votos, pessoas que vêm ao meu gabinete, marcaram audiência pois querem falar com o Governador. Levarei comigo não a maior votação do Estado, mas a humildade, e a vontade de querer trabalhar. Quando faltar um minuto para terminar esta Audiência, vou solici-

tar para ficar sozinho com o Governador, e, com humildade, saber se o Governo tem condições de pagar o aluguel desta Casa que abriga cem menores carentes, no meu Município, já que lá ele fez mais de cento e cinquenta mil votos. Saberei se existe possibilidade, desta tal de PROMOPAR que eu nunca dependi disso, na minha vida, nem preciso, peço a Deus que não venha precisar, se existe possibilidade também de ajudar estes menores que precisam deste teto para se formar!

Amanhã será a minha primeira audiência, peço a Deus que o Governador Álvaro Dias cumpra apenas um tape apresentado na televisão, que gravei, e disse-lhe que iria esperar, se ele não cumprir, vou apresentá-lo em rede estadual.

O tape que gravei, Senhor Deputado Domingos Scarpellini, Senhores Deputados, foi quando o Governador aparecia ao lado de menores abandonados, drogados, e disse que iria procurar solução. Está gravado! Amanhã vou cobrar verbas para uma casa que está abrigando cem menores, ex-drogados, carentes, que precisam de um lugar ao sol. Em minha primeira cobrança, se eu não for bem sucedido voltarei à esta Tribuna e continuarei cobrando! Se for bem sucedido, voltarei a esta tribuna e direi: Fui bem sucedido. Mas, isso não quer dizer que esta casa de Londrina, se ela for bem sucedida, vai resolver o problema, de todas as casas, e de todos os municípios do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Nada mais havendo ...

Pela Ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria que se consignasse, em Ata, o número de Senhores Deputados que permaneceram até o final da sessão, no dia 1.º de abril de 1987; todos os que ficaram aqui até o final da sessão.

É, companheiro Algaci Túlio, para que o povo, lá fora, saiba realmente quem é que trabalha, nesta Casa.

É o nosso pedido a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) O seu pedido será considerado, Sr. Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 02, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

Marco ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após com a Ordem do Dia já anunciada.

Levanta-se a sessão.